

58ª Reunião Extraordinária do CNRH- 20251126_144959UTC-Meeting Recording

26 de novembro de 2025, 11:48AM

3h 1m 40s

 **Aldo Azevedo- SEMARH-TO** 0:07
Ninguém vai agora não.
Obrigada.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 0:11
E a todos.

 **Aldo Azevedo- SEMARH-TO** 0:15
É isso tudo, valeu, obrigado. 3 participantes.
Pode deixar aberto aí?

 **Jefé Leão** 0:28
Olá, bom dia.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 0:31
Bom dia.

 **Atiliana da Silva Vicente Brunetto** 9:47
Bom dia.

 **Leonardo CERH/MS** 9:52
Bom dia.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 9:52
Yeah.

 **Atiliana da Silva Vicente Brunetto** 9:54
Pinheiro, se não estava sendo ouvida, está bom?

 **Claudia Elisabeth Bezerra Marques** 9:54
Bom dia.

 **Atiliana da Silva Vicente Brunetto** 9:59
Tatiana do Ministro das mulheres.
Bicca Bicca Bicca.
Você também do de Abreu Tiago Tiago Tiago, imagina, estamos aqui enquanto vivermos por aqui. Então, imagina, quando eu chegar em casa, avisa, avisa, uhum.
Beijo, beijo.
Deixa eu abrir a porta?

 **Debora Calheiros - FONASC** 15:07
Hhh.

 **Alexandre Saia** 15:21
Bom dia, meu caro Elias.

 **Debora Calheiros - FONASC** 15:23
Costa.

 **Elias Adriano dos Santos** 15:23
Bom dia a todos aí.

 **Alexandre Saia** 15:26
Bom dia, Débora.

 **Debora Calheiros - FONASC** 15:28
Bom dia.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 15:31
Jose Santos.

 **Pedro Emílio Pereira Teodoro** 15:31
Onde a pessoal.

AS Alexandre Saia 15:32

Bom dia.

Estamos aguardando aí o quórum mínimo para iniciar. Está bom, pessoal? Só mais alguns instantes.

E **Elias Adriano dos Santos** 15:42

Alexandre.

Beleza, estamos aqui.

AS Alexandre Saia 15:44

Santos.

A Adalberto Felicio Maluf Filho 16:15

Tá bom dia pessoal.

 CNRH 16:20[illegible]

AS Alexandre Saia 16:20

Onde é secretário?

P **Pedro Emílio Pereira Teodoro** 16:21

Bom dia.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 16:24

Bom dia, bom dia a todas e todos, tudo bem?

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 16:27

Dia Amanda.

AS Alexandre Saia 16:28

Bom dia, Jefferson, bom dia a todos.

A **Adalberto Felício Maluf Filho** 16:30
Pessoal está tímido com as câmeras aí.

MF **Marcelo da Fonseca** 16:31
Andre Andre Andre Andre Andre Andre Andre Andre.

E **Elias Adriano dos Santos** 16:31
Bom dia a todos aí nesse Queiroz.

T **Thiago Gil Barreto Barros** 16:32
Bom dia.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 16:34
Mhm.

AS **Alexandre Saia** 16:36
Só mais alguns instantes, pessoal, gente, vamos aguardar o.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 16:37
Bom dia, pessoal.

AS **Alexandre Saia** 16:42
O coro mínimo para a gente iniciar, tá?

G **Gustavo dos Santos Goretti** 16:51
Vocês.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 16:56
Hhh.

AS **Alexandre Saia** 18:32
É, eu consulto a Secretaria executiva, se já temos quórum mínimo.

 **CNRH** 18:40

Alexandre, eu não consegui verificar em tempo real aqui. Eu recomendo que a gente faça a chamada após iniciar, fazer a abertura da reunião, porque entre titulares, suplentes e convidados a gente tem 42 representacaocnicombrt, então se

AS Alexandre Saia 19:10

Vamos fazer a abertura então?

Lembrando que nós estamos gravando essa reunião.

É.

Antes de iniciar, eu queria consultar, não é o conselheiros e conselheiras presentes se temos algum requerimento de urgência a ser apresentado, além daquele que já foi incluído tempestivamente na pauta.

Bom, não temos novos requerimentos de urgência.

DF Debora Calheiros - FONASC 19:45

Oi, oi, um minuto.

Bom dia.

Eu estou representacaocnicombradores, Dona Maria Antônia acho que não entrou ainda, eu sou suplente. A gente queria um

IG Iara Bueno Giacomini 20:00

E.

DF Debora Calheiros - FONASC 20:04

Entrar com uma minuta de resolução com é pedido de urgência, mas ainda não temos a confirmação. Temos 5 assinaturas por enquanto, que é em relação ao artigo quarto da última lei.

IG Iara Bueno Giacomini 20:10

E.

DF Debora Calheiros - FONASC 20:20

É referente a questão é da 9433, alteração da lei assinada recentemente, sancionada recentemente. Então, é como a gente ainda não tem as assinaturas, eu queria.

Queria que fosse colocado como pauta para a próxima reunião, por favor, porque é

importantíssimo que o conselho se manifeste em relação a essa nova alteração da lei 9433.

AS Alexandre Saia 20:53

É registrado, Débora, mas eu vou pedir para que é em nome da instituição.

E Elias Adriano dos Santos 20:53

Alexandre.

DF Debora Calheiros - FONASC 20:57

E a Constituição?

AS Alexandre Saia 20:59

you desligue o microfone por favor os demais tá dando o eco aqui é eu peço que vocês formalizem tá essa indicação de pauta ao a secretaria executiva do CNRH tá bom

DF Debora Calheiros - FONASC 21:00

Costa.

Alexandre.

Vaz.

Alexandre

Sim.

a nossa proposta é que o conselho avalie né e retire o artigo quarto dessa dessa dessa nova a a proposição né de alteração da lei não houve debate

IG Iara Bueno Giacomini 21:26

Alexandre.

DF Debora Calheiros - FONASC 21:34

o Consuelo Nacional não houve discussão alguma o MDI é o mdr deveria ter passado isso para o conselho Então essa é a nossa posição e a sociedade civil também estava se articulando para isso

Mas infelizmente só temos 5 assinaturas por enquanto, então é.

OK, nós vamos formalizar. Tem previsão da próxima reunião, por favor?

AS Alexandre Saia 22:04

Possivelmente, Débora, a gente vai informar depois, mas é está prevista ali para o dia, se eu não me engano, 5 de maio em São Luiz, tá?

DF Debora Calheiros - FONASC 22:07

Dourado.

IG Iara Bueno Giacomini 22:08

Alexandre.

DF Debora Calheiros - FONASC 22:09

Santos.

Costa.

AS Alexandre Saia 22:15

É uma proposta que tem que a gente está avaliando, viu?

DF Debora Calheiros - FONASC 22:20

5 de maio só.

AS Alexandre Saia 22:22

Sim.

DF Debora Calheiros - FONASC 22:23

OK, é, a ideia também é colocar essa.

Essa crítica, essa discussão, levar isso para as instâncias superiores judiciais, judicializar essa questão que não houve debate e quem formaliza e propõe a questão da política Nacional de recursos hídricos é o conselho Nacional.

OK, obrigada.

AS Alexandre Saia 22:47

Okay.

Bom, gente, algumas recomendações é que a gente adota para as reuniões por videoconferência, então é, fazemos um apelo que os conselheiros e conselheiras

utilizem aí a funcionalidade de levantar a mão para pedir a palavra.
de Almeida para que a gente possa controlar a ordem das falas somente os
membros né Tem direito a fala é e também podem transferir esse direito a fala para
convidados se assim entenderem

IG **Iara Bueno Giacomini** 23:15
O.

AS **Alexandre Saia** 23:24
É, pedimos encarecidamente que as falas se restrinjam ao prazo máximo regimental
de 3 minutos, tá?
Então, fiquem atentos a essas recomendações, por gentileza.
É.
Então, iniciamos hoje a nossa 58a reunião extraordinária do conselho Nacional de
recursos hídricos nesse dia 26/11/2025.
Eu passo a palavra para os conselheiros e conselheiras que tenham algum informe e
que queiram apresentar, eu já chamo o conselheiro Ramon.

JR **João Ricardo Raiser** 24:03
O Daniele, eu lembro quando eu comecei a pegar nessas coisas.
Porque ele fazer o nome da fernandosouzacoelho@gmail.com aqui, cinza tal, não sei o
que chegar na semear, tá assim.

RC **Ramon Rodrigues - Ceará** 24:10
Mas tem alguém com microfone aberto aí?
Bom dia a todos e todas. Bom dia Alexandre.
Eu queria, inicialmente, saber se já foi feita, dizia no meu tempo de colégio a
chamada que eu cheguei agora, queria só registrar minha participação e queria fazer
minha preocupações da Débora, desde essa semana que ela tá tendo.

JR **João Ricardo Raiser** 24:19
Sinara Sin
Com ferro aqui.

RC **Ramon Rodrigues - Ceará** 24:38

Contando aí os conselheiros, eu não sei se ela colocou minha assinatura no documento, mas eu já autorizei. Débora, sou titular do conselho estadual do Ceará.

JR **João Ricardo Raiser** 24:48

Montenegro ainda tive uma situação que a.

RC **Ramon Rodrigues - Ceará** 24:50

É uma preocupação sua. É a nossa preocupação sobre essa modificação, nossa lei de aves. Está bom? Era só isso mesmo.

DF **Debora Calheiros - FONASC** 24:56

Costa.

AS **Alexandre Saia** 25:00

OK, Ramon, ainda não fizemos a verificação do quórum, tá? Agora apenas informes, estamos na abertura.

DF **Debora Calheiros - FONASC** 25:00

Sim.

É só um minuto para responder ao senhor Ramon. Oi, bom dia, senhor Ramon. A gente conseguiu só cinco assinaturas e precisa ser 10. Uma das cinco é a do senhor, eu agradeço. E nós vamos apresentar então para a próxima reunião, apesar que vai ser só em maio.

Mas é isso.

E também a dona Maria Antônia também não entrou.

Eu só queria dar um informe, pode ser, senhor Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 25:44

Pois não é o momento agora. Mas eu, Débora, eu já tenho um pedido aqui da Jordana, está? Eu peço para você que utilize a levanta a mãozinha levantada sempre está para pedir a palavra.

DF **Debora Calheiros - FONASC** 25:44

No outro fone.

OK, posso? Desculpa, é eu.

AS Alexandre Saia 25:56

Mas já que você está com a palavra, pode continuar, pode fazer seu informe.

DF Debora Calheiros - FONASC 26:01

Sim, é que nós fizemos uma reunião com o Ministério Público Federal aqui em Mato Grosso do Sul, como representante da Marcia Antônia, o fonasc, é que é relacionado a questão da consulta pública da Agência Nacional de Sobre as vazões do Rio Paraná, que estão prejudicando imensamente a atividade dos pescadores na.

No trecho é a jusante de Porto Primavera até o Remanso de Itaipu é com baixas vazões em toda a cadeia de hidrelétricas do Rio Paraná.

E baixas vazões, prejudicando a conservação do Rio Paraná, a conservação da biodiversidade do Rio Paraná.

Em especial dos peixes. E é prejudicando a atividade dos pescadores profissionais artesanais, que são comunidades tradicionais. Então o Ministério público federal vai agir nesse sentido porque a agência nacional de águas.

Também está decidindo, sem passar previamente pelo conselho. E que isso, na nossa opinião, seria irregular. Então é.

Nós temos essa demanda dos pescadores aqui de Mato Grosso do Sul, que está sendo avaliada pelo Ministério público federal também para entrar com algum procedimento a ação civil pública. Obrigada.

AS Alexandre Saia 27:39

Consuelo Jordana.

DF Debora Calheiros - FONASC 27:39

Alexandre.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 27:42

Bom dia a todos. Alexandre, o meu é mais uma questão de ordem, porque eu acho que a gente tinha que fazer o quórum antes de começar a reunião. E aí já foi declarada aberta, já está em informes, já está em apresentação de pedido de urgência, sem a gente verificar quórum.

 **ovidiojr** 27:42

Bastos.

Alexandre.

 **Jordana Gabriel Sara Girardello** 27:58

Então eu estou eu estou perdida com essa sequência.

 **Alexandre Saia** 27:58

Jordana, é da é na pauta, tá claro lá que é abertura em informes, tá? Na sequência vem a verificação do quórum, viu? É uma organização nossa interna aqui da Secretaria executiva, tá?

 **Jordana Gabriel Sara Girardello** 28:09

No.

Mas para mim é que uma reunião só pode ser aberta se ela tiver coro. Alexandre, você me desculpa, mas se não existe coro, você não consegue abrir uma reunião.

 **Alexandre Saia** 28:20

Tá, mas nós não entramos nos itens de pauta ainda, Jordana.

 **Jordana Gabriel Sara Girardello** 28:22

Você declarou a reunião aberta e aí você entrou nos informes e você entrou no pedido. Se tinha algum pedido de urgência a ser apresentado, eu entendo que a ordem está prejudicada pela sequência que vocês escolheram.

 **Alexandre Saia** 28:31

Tá bom?



CNRH 28:32

O pedido de urgência está na ordem certa, Jordana, porque ele não pode ser recepcionado antes da abertura da reunião. Ele só pode ser recepcionado antes da abertura da reunião pelo regimento. Então, depois que a reunião está iniciada.

AS Alexandre Saia 28:36
Tá bom?

J Jordana Gabriel Sara Girardello 28:45
Aí não precisa ter quórum, por exemplo, se não tiver quórum, não tem problema, não fica prejudicada a aprovação.

 **CNRH** 28:50
Não, a gente não aprovação, a gente não delibera ele ainda, a gente só recebe. Então, se tiver algum requerimento de urgência para ser colocado, tem que ser antes do início da reunião. Aí depois, tendo o quórum, reunião inicia e julga a pertinência de, na verdade, a plenária acolhe ou não esse requerimento de urgência, mas ele não pode se recepcionar.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 28:53
A apresentação.
Tá.

 **CNRH** 29:09
Depois da abertura, por isso que a gente entrou no requerimento e aí acabou já emendando em algumas falas, mas de fato, agora a gente tem que passar para o córum frente de córum.

AS Alexandre Saia 29:18
Tá, mas como já temos pedidos de fala, eu é Ângelo Lima.

AL ANGELO LIMA 29:29
Bom dia a todos e todas. É primeiro deixar registrado é que realmente. É AMB 3304 se transformou na lei 3304.
É 11 afronta gestão de dos vivos do ponto de vista.
É de termos um equilíbrio, é de termos é de fato, é uma companhia.
E em relação aos usuários, em relação a todos os setores, porque muda, modifica completamente os princípios da lei 9433, em que diz respeito a.
A integração da Gestão Ambiental na Gestão de Recursos Hídricos e o Consuelo

automaticamente deveria ter e reforça a necessidade, muito embora.

Que já tenha virado lei de termos no debate sobre isso, porque isso traz consequências e poderá trazer consequências muito pesadas para a gestão de recursos hídricos do ponto de vista.

Que tem que ter um usuário querendo se sobrepor a outros usuários do ponto de vista da lei 93. É fundamental que esse conselho passe a olhar e.

E a gente atentamente possa debater esses aspectos, porque é um absurdo, é mesmo aquilo que já estava no artigo quarto da MP, que ainda colocava no setor elétrico.

Comparando com abastecimento humano e dessalientação animal.

É colocando um usuário em detrimento de outros usuários. Então é absurdo que a gente não tenha aqui no conselho automaticamente um debate sobre isso, porque é não acho que nem seria necessário que tivéssemos.

E.

É uma. É uma situação de emergência, um requerimento de emergência. Quer dizer, precisamos estar muito atentos a isso que está acontecendo, porque isso.

Souza e a sequência da vida da nossa lei e especialmente desequilibra o sistema.

Então é registrar isso bastante fortemente e.

Dizer que a gente pensará e tirar algumas medidas em relação a isso, mas que de fato é um absurdo.

Montenegro.

AS **Alexandre Saia** 32:28
John Raiser.

JR **João Ricardo Raiser** 32:35
Bom dia, vocês me aparecida

AS **Alexandre Saia** 32:37
Sim, estamos ouvindo.
Está ficou mudo, João.

JR **João Ricardo Raiser** 32:47
Oi, só reforçar esse posicionamento que foi colocado. Nós representamos o comitê de bacia, fomos procurar, fomos procurados também. Acho que talvez aí nessa é.

Em razão do tempo, não foi possível, não deu certo a nossa manifestação, mas nós temos o apoio a essa, a essa, esse questionamento também. Alguma discordância quanto à forma como está sendo proposta, mas isso inclusive foi discutido do que. Talvez seja o melhor caminho é. E mesmo reconhecendo a importância do setor elétrico, a importância da do setor usuário, do planejamento energético, de tudo, é o que causa um incômodo muito grande. É a forma de construção dessas propostas. É e a forma como Ela Foi passada, parabenizar os setores que se mobilizaram, porque de uma forma muito intensa se tirou o que era visto claramente como um grande problema, que era é aonde estava que equiparava a prioridade de uso. Com o saneamento, isso foi retirado, mas se manter a representacaocnicombr Consuelo da Costa Costa da nossa preocupação institucional quanto ao conselho, questões que afetam tão fortemente o sistema. Tema é não está nem passando pela discussão aqui no conselho. Isso nos incomoda muito. É essa atuação de questões que estão sendo discutidas e encaminhadas que afetam a política Nacional e que não passam aqui pelo conselho, então. Muito mais do que o incômodo do reconhecimento da. A importância do setor elétrico, de todo o planejamento, do qual, inclusive, a maior parte dos usuários depende, porque depende de energia, mas a forma de construção de um sistema que se diz participativo e integrado é a percepção de que não é esse o caminho. E aí, então, essas 2 questionamentos, não deve ser este o caminho? E o conselho precisa ter uma atuação mais ativa dentro desse processo. Obrigado, Alexandre. Uma boa reunião para nós.

AS **Alexandre Saia** 34:51
Obrigado, João Wilson.

W **Wilson de Azevedo Filho** 34:57
Bom dia a todos. Eu só pedi a palavra para reforçar a preocupação do nosso segmento com essa lei do dia 24. Agora é lei que.

C **Climaco** 35:08
Santos Santos Santos Santos Santos.

W **Wilson de Azevedo Filho** 35:12

E o 269, que modificou a inteligência é da política nacional de recursos hídricos, incluindo como prioridade é a geração de energia e outros itens.

C **Climaco** 35:17
Costa.

W **Wilson de Azevedo Filho** 35:28
Então é só pra ficar o nosso registro de contrariedade como a com a forma como isso foi construído e está afetando a política nacional.

C **Climaco** 35:34
No.

W **Wilson de Azevedo Filho** 35:43
No nosso entendimento, de uma maneira muito incisiva, é só isso. Obrigado, Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 35:51
Jordana.

J **Jordana Gabriel Sara Girardello** 35:54
É em relação à questão da manifestação também. O Ângelo é, a gente tem conversado Ângelo desde que a medida provisória aglutina essa emenda bizarra que eu considero bizarra, mas assim é mais manifestar OA.
Apoio de que isso precisa sim ter uma manifestação do conselho Nacional, como até coloquei com Ângelo, eu acho que não seria aquela forma apresentada, mas precisa sim ser trazida ao conselho. Precisa sim o conselho se manifestar.
É como guardião da lei, da política, que cabe sim ao conselho nacional. É. E eu acho que conseguimos sim, às vezes pautar isso como uma extraordinária, sabe? Débora, eu acho que a gente tem força.

C **Climaco** 36:35
E de Almeida.

J **Jordana Gabriel Sara Girardello** 36:42

É para solicitar que isso venha como e não só para esta medida provisória que virou lei, mas para várias que estão tramitando no conselho, no Congresso, que ferem e que alteram a autonomia dos comitês de bacia também.

C Climaco 36:43
Alexandre.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 36:57
Então, acho que cabe um manifesto grande do conselho em relação a não ser ouvido é quanto a qualquer alteração que fere as principais diretrizes aí da nossa política. Nacional de recursos hídricos, então, só para manifestar também quanto ao mérito, somos totalmente de acordo, mas a.
A gente precisa da melhor forma do conselho estar se manifestando e, se for o caso, que a gente traga uma extraordinária, é para ter uma.
Uma deliberação, não diria 11 comunicado. Aí eu não sei qual seria a melhor forma, mas para que isso de fato escale e mostre a indignação que eu acho que todos os setores aqui é tem sentido com essa, esse atropelo e esse.
E essa mordida que o conselho vem sofrer há algum tempo?
manifestar esse apoio em relação ao mérito dessa matéria.

AS Alexandre Saia 37:59
O aparecida da vagas.

A aparecidapimentelvargas 38:02
Bom dia, gente.
Alexandre de representar o setor que está sendo massacrado aí nessa, nessas falas, a gente.
A gente tem que primeiro saber de onde vem essa proposta. Eu quero deixar claro que não teve um movimento algum da Abragel quanto a isso, tá? Eu acho que vem de encontro justamente ao que a gente vem falando que a Jordana reforçou aí. Isso só demonstra o enfraquecimento do nosso sistema de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão do
Ricardo, participamos de uma mesa na BR hidro, João Ricardo, anteontem, justamente falando sobre o futuro do sistema de Gestão de Gestão dos hídricos e eu acho que é principalmente nesse ponto que nós temos que nos pegar é e mostrar

que o CNRH.

É, tem sim, que fazer valer os seus direitos e se manifestar em toda e qualquer questão que seja afeta AO sistema de Gestão de Gestão dos hídricos.

É na minha fala hoje eu vou mostrar mais uma vez também esse enfraquecimento na apresentação que eu vou fazer. E eu acho que isso é muito importante. É, não quero diminuir aqui a importância dos reservatórios de geração de energia elétrica para regularização e para segurança hídrica.

W **Wilson de Azevedo Filho** 39:09
Alexandre.

A **aparecidapimentelvargas** 39:18
Mas a gente tem que ver a forma como isso é colocado, sem gerar. É talvez esse tipo de dúvidas. Eu acho que houve um equívoco, inclusive de redacional aí na forma como isso está posto. Acho que um parágrafo abaixo.

C **Climaco** 39:19
Dourado.

A **aparecidapimentelvargas** 39:34
É, cita essa questão da segurança hídrica, já poderia resolver, mas eu acho que é uma questão que a gente tem que discutir entre nós aqui internamente, sabe? É, concordo com essa reunião extraordinária para que a gente consiga fazer uma melhoria dessa redação sem estar.
É.
Colocando essa culpa no é em num setor que eu, pelo menos na associação que eu represento, que são os PCHS e CGHS, não houve nenhum movimento quanto a inclusão desse item na revisão da 9433.
E até onde eu sei, ouvi, eu não sei se tem alguém do Montenegro aí, mas o eu já vi é. Mas houve manifestação contrária do Montenegro.

C **Claudia Elisabeth Bezerra Marques** 40:18
Presente.

A **aparecidapimentelvargas** 40:20

Eu não ouvi quem é que está?

Tem alguém, não é do Montenegro? Eu não estou. Eu não consegui ver, só ouvir.

C **Claudia Elisabeth Bezerra Marques** 40:27

É na Cláudia aqui de Almeida.

CF **Christiany Salgado Faria** 40:29

Eu estou sim, eu aparecida

A **aparecidapimentelvargas** 40:32

Oi, bom dia meninas. É, mas a gente sabe que uma OMME desde e das manifestações que fez foi também sobre a preocupação dessa desse artigo na dessa alteração do artigo da 9433, tá?

Então, o setor também, tanto o ministério quanto o setor também está preocupado.

A questão é a forma da gente colocar, sabe? E o que colocar?

Porque aí eu acho que saiu um pouco truncado.

L **Larissa Cayres de Souza** 41:01

Alexandre Pereira de Melo Santos de Melo Santos.

AS **Alexandre Saia** 41:03

É Ângelo.

A **aparecidapimentelvargas** 41:04

Obrigada.

AL **ANGELO LIMA** 41:07

Aproveitando isso para quem não seja.

É possivelmente, talvez novamente surpreendi-los. Eu gostaria de saber o informe sobre OGT é do 40.

Em 56 a gente a gente representacaocnicombr e a e até agora nenhuma reunião do GT foi chamada. Quer dizer, eu acho que a gente precisa, é, tiramos, deliberamos que criassem OGT. Quer dizer, temos que.

Inclusive, trabalharam, houve aquela discussão até de trabalhar na possibilidade de ainda solicitar a retirada para quem falta de C



Carvalho de Carvalho de Melo Santos.

AL

Tranquilamente OA questão do da proposta e até agora nenhuma.

Reunião, nenhuma informação. Eu acho que isso mesmo é muito importante aqui rápida.

[illegible]

Da nossa Aline 9433.

AS

Pessoal, eu vou passar a palavra para Cláudio e para o Elias. Aí eu faço um apelo para que a gente inicie a apreciação da pauta da após a verificação do quórum, tá? Então vou pedir para os demais que.

Se possível, a gente esgote esse tema agora, nessas 2 falas e demos, vamos dar prosseguimento, Cláudia.



é Bom dia pessoal aqui é Cláudia do Ministério de Melo e energia é sobre esse tema que está sendo falado da alteração da 9433 foi inclusive objeto de apreciação aqui pelo próprio Ministério a gente foi até objeto de discussão nossos VT também E nós fizemos aqui uma manifestação de forma objetiva quando da apreciação da MP 1300, da 1304 e até da 1306 ou 8.

Sei que foram uma série de MPs que foram é que saíram as últimas MPs, que sempre tinha emenda aí, só deixando claro que então não era de iniciativa do próprio Ministério de Minas e energia, que era uma emenda de iniciativa parlamentar.

E que aqui, quando foi posto para o Ministério analisar a nossa área, aqui se manifestou de forma contrária, por vários motivos, dentre aqueles, inclusive aqueles que a Aparecida colocou aqui da forma da redação que foi colocada também, que poderia eventualmente.

Ser é posto de uma forma diferente, mas assim a gente tem, inclusive é nota técnica

sobre esse assunto aqui, falando com o posicionamento do Ministério de menos energia, só pra deixar claro.

AS Alexandre Saia 44:02
Elias.

E Elias Adriano dos Santos 44:06
e ande a todos aí nós recebemos o Ângelo nos procurou eu comuniquei a diretoria colegiada do ceivap né e fomos orientados a levar essa discussão para Plenário do comitê e depois a gente tem um posicionamento é isso eu a gente vem falando aí há muito tempo a questão da Franco dade dos comitês de Bastos
Obtente de bacias não tem força política, tá? E com o atual Congresso que nós temos aí, que é mais corporativista do que coletivo, a gente essas surpresas não é, não é, não é novidade nenhuma.
Então acho que é um aprendizado que daqui para frente é os comitês se organizem. Pereira de Carvalho.
Porque, do contrário, a tendência é cada vez mais os grupos mais organizados que estão dentro do parlamento. Com a cara que tem hoje, a tendência é sempre é diminuir o poder. Se é o estado, ele sempre procura ter mais.
Como uma quem está melhorizado, está sempre é tentando aumentar a sua área de poder, não é? Então acho que isso é um alerta para o sistema, para todos nós aqui, como sociedade, é como defensor da questão dos recursos hídricos.

W Wilson de Azevedo Filho 45:24
Okay.

AS Alexandre Saia 45:26
Obrigado Elias bom então vamos para é verificação do quórum Lembrando que os informes de ordem geral estão sendo encaminhados A cada 15 dias pela secretaria executiva então não teremos mais esse tipo de informe

W Wilson de Azevedo Filho 45:39
Hhh.

AS Alexandre Saia 45:42

Então é, eu vou pedir apoio da Secretaria executiva para verificação do quórum.



CNRH 45:52

OK, bom, eu vou chamar pelas instituições, tá? Daí eu peço que conselheiros ou titulares se manifestem da presença.

Iniciando pelo ministério de.

AS Alexandre Saia 46:03

Gustavo.



CNRH 46:06

Desculpe, pode falar, Alexandre.

AS Alexandre Saia 46:06

Nayla, nós temos um pedido aqui de fala do Alberto, coordenador do CNRH, Alberto.



CNRH 46:12

Sim.

A Alberto Batista da Silva Filho 46:13

OPA, bom dia a todos e a todas. Bom, é só para responder o Ângelo, para ele fez um questionamento e não deixar ele sem resposta. A gente não tem por hábito, é, digamos assim, escorregar. Não vamos, não vamos, não vamos é fazer isso agora. Então, Ângelo, eu estou atento a isso que você falou. Se vocês lembrarem bem, nós temos ainda uma moção pendente, aquela moção lá da reunião da Paraíba, mas aqui a Secretaria executiva, ela providencia toda a instrução do processo.

Agora, tem fases de instrução que não dependem da Secretaria Executiva. E é justamente no caso do GT, Angelo, existe um comando de que haja autorização da Casa Civil para se criar grupos de trabalho.

Aí e enfim, é. E aí a gente segue esse rito. O processo passa para pela nossa Secretaria executiva, Gabinete do ministro e posteriormente encaminhada a casa civil, o que acaba atrasando um pouco esse processo, então.

É, a gente pede desculpa, mas dizer que a Secretaria executiva está atento e acompanha constantemente os processos que estão ainda pendentes, sejam de publicação ou de alguma manifestação, a manifestação nossa. Então a gente está atento a isso, mas a gente também.

Fica muito a distrito desse fluxo e, enfim, é assim que a gente tiver novidades em relação a isso. Comunicaremos ao conselho, é aos membros do conselho, para que vocês tomem conhecimento da criação, porque inclusive.

A gente depois vai ter que no Plenário, como foi feito no GT do Paraguai, é escolheu o coordenador do GT do na 4546. Obrigado, Alexandre.



Alexandre Saia 48:08

Então, pode dar sequência a naila a verificação do quórum.



CNRH 48:13

OKA, primeira cadeira do Ministério da integração e desenvolvimento regional. O diretor Nelton tá presente.



Nelton Miguel Friedrich 48:25

Presente.



CNRH 48:28

Bom dia, diretor.



Nelton Miguel Friedrich 48:30

Bom dia, bom dia a todos e todas.



CNRH 48:30

Segunda.

Segundo a cadeira do Ministério da integração e desenvolvimento regional.



Marcus Aurelius Aragão Veras 48:40

Bom dia a todos, presente Marcus.



CNRH 48:45

Bom dia, primeira cadeira do Ministério da agricultura e pecuária, mapa.



Gustavo dos Santos Goretti 48:54

Bom dia é Gustavo Goretti, titular do Ministério da agricultura.



CNRH 49:01

Bem-vindo, Gustavo, obrigada, Ministério das cidades.



Marcio Leao Coelho 49:06

Presente, Márcio leão, titular pelo Ministério das cidades.



CNRH 49:12

Dia, Márcio, Ministério da ciência, tecnologia e inovação.



Daniel de Castro Jorge Silva 49:13

Presidente Daniele.



Rochane Caram 49:17

É bom dia, meu nome é Roxanne karan é presente pelo semaden MCTI.



CNRH 49:25

Dias da Santos, Ministério da Defesa.



Diogo de Moura Figueiredo 49:30

Capitão de fragata, Figueiredo, presidente titulado do Ministério.



CNRH 49:35

Envindo, Capitão, Ministério do desenvolvimento Agrário e agricultura.



Adalgisa Maria Chaib Ferreira 49:42

É adalgisa, sou suplente. A Rejane não vai poder participar. Bom dia a todos.



CNRH 49:49

Bom dia, adalgisa. Ministério de desenvolvimento, assistente social, família e combate à fome.



Camile Marques Sahb 49:56

Bom dia, Camile. Camile sabe aqui presente.
Titular.



CNRH 50:01

Dia Camile.
Ministério de desenvolvimento, indústria, comércio e serviços.
Alexandre.
Paulo e Gabriela.
Serra direitos humanos, cidadania.



Patrícia Boson CNT 50:19

F.



CNRH 50:26

Pana Daniele.
Ministério da educação.
Representante do Ministério da fazenda.



Mauro Rodrigues Sanjad 50:37

Bom dia, Mauro Santos Jade, presente.



CNRH 50:41

Dia, Mauro, acho que o Diogo levantou a mão. Diogo, você já teve a presença registrada, se for a respeito, Capitão.



Diogo de Moura Figueiredo 50:49

Não é assim. Só queria, se possível, ditar a presença do meu suplente também. Paulo César é Brandão.



CNRH 50:57

Tá OK, ótimo. Registrado é só esclarecendo agora para a conferência do córum, a gente busca registrar ao menos uma presença para computar de fato o córum e

depois a gente faz a verificação de todos os presentes, já que o teams ele registra automaticamente.

D Diogo de Moura Figueiredo 51:00

Hhh.

O Pereira.



CNRH 51:12

Consuelo e na lista de representacaocnicombr, vai estar todo mundo devidamente registrado aqui.

Ministério da justiça e segurança pública.

Ministério do meio ambiente, mudança do clima, primeira cadeira.

A Adalberto Felicio Maluf Filho 51:37

Acho que é minha presente, tanto o Alberto quanto o supremo Serra.



CNRH 51:44

Brigada, secretário, segunda cadeira do Ministério do meio ambiente e mudança do clima.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 51:50

É andersonbezerrammagovbr az
lara.



CNRH 51:54

Bem-vindo, Anderson, Ministério de Minas e energia.

CF Christiany Salgado Faria 52:00

Presente, Cristiane.

C Claudia Elisabeth Bezerra Marques 52:03

Presente e suplente, Cláudia Elisabeth.

A Adalberto Felicio Maluf Filho 52:08

A Rachel também é a segunda semente de Almeida representa



CNRH 52:13

OK, Cláudio, eu vou verificar porque parece que é houve substituição no a pedido do conselho, tá do MME para substituição aqui na.

Na composição, mas depois a gente vê isso sem problemas. A a presença já está registrada pelo titular. A segunda cadeira do Ministério do Minas de Minas e energia.



Claudia Elisabeth Bezerra Marques 52:37

Então é deve ser segunda cadeira mesmo, se eu suplante.



CNRH 52:39

Desculpe, Cláudio, confusão minha, desculpe.



Claudia Elisabeth Bezerra Marques 52:41

É, tá o Guilherme Wilson, eu estou presente, tá?



CNRH 52:44

Desculpe, desculpe, Ministério das mulheres.



Claudia Elisabeth Bezerra Marques 52:45

Sem problems.



CNRH 52:53

Ministério da pesca e agricultura.



Atiliana da Silva Vicente Brunetto 52:54

Desculpa, a Tiliana é segundo o suplente presente isso.



CNRH 52:58

A Tiliana.

Bem-vinda, tiliana, Ministério da pesca e aquicultura.



Atiliana da Silva Vicente Brunetto 53:02

Obrigada.

B **Bianca Larissa de Mesquita Sousa** 53:08
Bianca presente.

 **CNRH** 53:09
Ministério Bianca bem-vinda, Bianca.

B **Bianca Larissa de Mesquita Sousa** 53:12
Obrigada.

TL **Tatiane Almeida Lemos** 53:13
Bom dia, Tatiane, presente também.

 **CNRH** 53:14
Ministério do planejamento e orçamento OK, bem-vinda, Tatiane.

TL **Tatiane Almeida Lemos** 53:19
Obrigada.

P **Pedro Emílio Pereira Teodoro** 53:19
Bom dia, Pedro Teodoro, segundo suplente do Ministério do planejamento e orçamento, só registrando a titular se encontra de férias e o primeiro suplente está em outro compromisso de trabalho.

 **CNRH** 53:31
Tá ótimo bem-vindo, Pedro. Minissérie de portes e aeroportos.

L **Luiz Sérgio da Cruz Silveira** 53:39
É Luiz Sérgio Silveira, é suplente.

 **CNRH** 53:44
Bem-vindo, Luiz Sérgio, Ministério dos povos indígenas.

TL **Tatiane Almeida Lemos** 53:47

E a Tito Santos Santos Santos Santos Santos Santos Santos Santos Santos Santos
Santos Santos Santos Santos Santos Santos Santos Sant

 **Sammy Oliveira - MPI** 53:52

[illegible]

Tatiane Almeida Lemos 53:53

Hhh.

 CNRH 53:57

Tiana pontini.

Desculpa, eu não entendi quem falou agora.

 Sammy Oliveira - MPI 54:05

Sammy Sammy Oliveira, membro suplente do MP.

 CNRH 54:07

Sammy.

OK, Sammy, se você foi alterada, foi solicitado alteração para titular, tá, Sammy?

Agora você é a titular da cadeira do MPI bem-vinda Ministério das relações

Exteriores.

Juliane Becker Facco 54:22

É presente, Juliane, titular? É. A lista está desatualizada. Faz muito tempo que a Luciana e o Nero são os suplentes.

 CNRH 54:35

Tá, eu vou verificar, Juliane, mas é, Eu Acredito que não chegou para gente, tá? Mas vamos verificar. A gente conversa sobre isso depois, mas de qualquer maneira, a tua representacaocnicombr e a da MRE está com presença. Obrigada.

JF **Juliane Becker Facco** 54:36

Tá.

Tá.



CNRH 54:49

Ministério da saúde.

Ministério do turismo.

Representando o setor dos irrigantes, conferas.



Roberto de Paula Pinto 55:07

Alberto, Ministério de turismo.



CNRH 55:10

Alberto e piso.



Roberto de Paula Pinto 55:11

Suplant.



CNRH 55:12

OK, bem-vindo Bastos.

Confederação da agricultura e pecuária do Brasil, CNA.



Jordana Gabriel Sara Girardello 55:20

Jordana presente.



CNRH 55:23

Linda Jordana, representando as instituições carregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



Ilana Ferreira 55:39

É ilana como suplente, perdão.



Alexandre Saia 55:39

Night.



CNRH 55:43

Bem-vinda, Elana.

IF Ilana Ferreira 55:43
Santos, obrigada, bom dia.

 **CNRH** 55:47
Representando as concessionárias e autorizadas de geração de energia elétrica.

AS Alexandre Saia 55:57
Aparecida Vargas está presente aí.

A aparecidapimentelvargas 55:58
Maria Aparecida presente, eu não sei se a marizete está.
Acho que não.

 **CNRH** 56:06
Nem vinda Aparecida.

A aparecidapimentelvargas 56:08
Obrigado.

 **CNRH** 56:09
A representando o setor hidroviário e portuário.
As 2 titulares suplentes CNT.
Representando o setor industrial minério metalúrgico.

M Mario Augusto de Campos Cardoso 56:28
Mário Cardoso presente.

PM Pedro Macedo 56:33
Pedro Macedo.

PC Patrícia Boson CNT 56:33
Ai desculpe, já voltei com o microfone desligado. Presente. Bom dia a todos.
Desculpe.



CNRH 56:33

Bing do my.

Patrícia, bem-vinda, Patrícia.



Pedro Macedo 56:46

E Pedro Macedo, do setor industrial e minério, ali a associação brasileira do alumínio, segundo suplente.



CNRH 56:59

Consuelo bem-vindo, Pedro. Então essa é a segunda cadeira do setor industrial minério metalúrgico registrada a presença do.



Pedro Macedo 57:01

DPOG.

A Cláudia deve, a Cláudia deve entrar logo mais. Já está com problema na máquina, tá? Mas enfim, a minha. A presença do setor já deve estar confirmada.



CNRH 57:14

Está confirmado, obrigada representacaocnicombr dos pescadores.

Débora correto, Débora?



Debora Calheiros - FONASC 57:22

Isso, bom dia, a dona Maria Antônia não pode participar.



CNRH 57:28

Game and Nina.

Representando o.



Debora Calheiros - FONASC 57:32

Obrigada.



CNRH 57:37

Representando o setor de lazer e turismo.

W **Wilson de Azevedo Filho** 57:40
É Wilson Azevedo presente.

 **CNRH** 57:44
Em lindo Wilson.

W **Wilson de Azevedo Filho** 57:46
Obrigado.

 **CNRH** 57:48
Representando as organizações técnicas de ensino e pesquisa.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 57:56
Jefferson Nascimento, segundo suplente presente.

 **CNRH** 58:01
Bem-vindo, Jefferson.

C **Carlo Renan Caceres de Brites** 58:03
É bom dia, Carlos Renan Brites, primeiro suplente presente.

 **CNRH** 58:08
Bem-vindo, Renan.
Organizações não governamentais com atuação em colegiados de recursos hídricos.

AL **ANGELO LIMA** 58:17
Vazilou o Bernardes.

 **CNRH** 58:19
E lindo anjo.
Jose.
Dias da Costa de Rios, domínio da união, primeira cadeira.

JR **João Ricardo Raiser** 58:28

Quero O Presente.

Bom dia.



CNRH 58:31

Bem-vindo ao recado, bom dia.

A segunda cadeira dos comitês de bacias hidrográficas de _rios de domínio da união.

Elias correta, Elias?



Elias Adriano dos Santos 58:45

Vem presente.



CNRH 58:48

Bem-vindo.

Organizações representativas dos povos indígenas, com atuação em colegiados de recursos hídricos.

Temos 2 cadeiras, a poemi, ACQLP, faec, algum representa

Organização Nacional de representação dos municípios.

Agora, as vagas dos conselhos estaduais, então, a primeira vaga, conselho estadual,

Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.



Leonardo CERH/MS 59:37

Bom dia, Leonardo Mato Grosso do Sul, presente.



CNRH 59:41

Onde é Leonardo?

Segunda vaga Distrito Federal, Goiás.



Andrea Vulcanis 59:49

Bom dia, Andréa Vulcanes, presente.



CNRH 59:53

Me linda, Andréa, próxima vaga.

Santos, Aristides do Sul e Paraná.

 **João Ricardo Raiser** 1:00:02
So.

 **Wilson de Azevedo Filho** 1:00:05
H

 **Vinicius Constante - CERH/SC** 1:00:07
Bom dia a Gabriela não vai poder participar hoje, pediu para que eu acompanhe. Eu não sei se eu estou como suplente dela. Vinícius constanti aqui de Santa Catarina.

 **Wilson de Azevedo Filho** 1:00:17
E.

 **CNRH** 1:00:19
Bem-vindo, Vinícius. Você pode participar como ouvinte, sem problemas, mas AO suplente dessa cadeira é Rio Grande do Sul e Paraná. Santa Catarina é o titular, então o suplente é Rio Grande do Sul e Paraná. Então a gente não consegue registrar a presença no regimento, não prevê a substituição.

 **Wilson de Azevedo Filho** 1:00:29
Sim.

 **Vinicius Constante - CERH/SC** 1:00:31
Perfeito.
Ok.

 **CNRH** 1:00:37
Mas seja bem-vindo à reunião.
Rio de Janeiro e São Paulo.

 **Elias Adriano dos Santos** 1:00:45
E.

MN **Marcela Peixoto Nectoux** 1:00:46

Bom dia.

CNRH 1:00:48

Bom dia, Marcelo.

MN **Marcela Peixoto Nectoux** 1:00:50

Oi, eu sou a primeira suplente, a Moema não vai participar hoje.

CNRH 1:00:54

Bem-vinda.

Cadeira do estado de Rondônia, Amapá e Tocantins.

DS **Daniely Sant'Anna** 1:01:02

Bom dia, Daniele, presente.

CNRH 1:01:06

Filho da Daniele.

DS **Daniely Sant'Anna** 1:01:08

Obrigada.

CNRH 1:01:09

A Amazônia, Roraima, Pará.

RC **Ramon Rodrigues - Ceará** 1:01:24

Amor Rodrigues, presente, bom dia.

CNRH 1:01:26

Bem-vindo, Amanda.

Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Gomes.

Yep.

 **Alexandre Saia** 1:01:52
Alexandre.

 **CNRH** 1:01:53
Pereira em Minas Gerais e Espírito Santos.

 **Marcelo da Fonseca** 1:01:58
Marcelo Franco presente.

 **CNRH** 1:02:00
Bing to Marcelo.
Nós temos 38 instituições representadas, então quórum atingido, Alexandre, que está.
Seguindo a reunião, podemos dar início.

 **Alexandre Saia** 1:02:14
Obrigado, Naila.

 **CNRH** 1:02:14
Vou.

 **Alexandre Saia** 1:02:16
Vamos então fazer aqui a leitura aprovação.
E clip Rossato Alberto.
Eu vou pedir pra você projetar, então, Laila.

 **CNRH** 1:02:27
Interna.

 **Alexandre Saia** 1:02:28
Obrigado.

 **CNRH** 1:02:29
Compra inicialmente nos faz ficar a cg

AS Alexandre Saia 1:02:31

Okay.

Queiroz na oitava reunião extraordinária do CNRH, 26 de novembro de 2025.

Abertura informes, aprovação da ata ordinária da quinquagésima reunião de 2025.

Item 3 requerimento de urgência

Discussão sobre a situação de estresse hídrico enfrentada pelo estado de São Paulo, com destaque para os impactos observados na bacia do Rio Paraíba do Sul em função das transposições atualmente existentes que atendem as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Bem como em relação aos demais usos múltiplos.

Pereira da Costa.

o processo 59.000 21 125/20025/2002 e tem quatro deliberação sobre a minuta de resolução CNRH que aprova a revisão de Coeficiente e preços unitários básicos clubes da cobrança

pelo uso dos recursos hídricos em corpos d'água de domínio da união e da alteração do cronograma sobre o processo de revisão da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias PCJ processo 59000 00 3165 barra 2025.

de Carvalho 42. Item 5 Deliberação da Moção de Itaipu para apoio ao desenvolvimento de ferramenta de classificação de dano potencial associado e aprimoramento do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens. SNSHB, processo 59018 zero 27 barra 2025 68, item 6 deliberação sobre a prorrogação, pelo prazo de 1 ano, dos mandatos dos membros, titulares e suplentes do comitê da bacia hidrográfica do Rio.

W Wilson de Azevedo Filho 1:04:09

Alexandre.

AS Alexandre Saia 1:04:20

Piancó, Piranha-Açu, CBHPPA processo 59012 464 barra 2025 78, item 7 encerramento.

Então é imprimir.

Luiz Gomes coloca a abre a palavra aos membros quanto se há algum questionamento em relação à pauta ou se podemos aprovar.

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:04:49
Okay.

AS **Alexandre Saia** 1:04:51
E não havendo questionamento, considera-se então ata aprovada, passamos então a aparecerida

AL **ANGELO LIMA** 1:05:01
Olha, deixa eu passar a aprovação da Alexandre, da da proposta de Carvalho, mas eu queria registrar que eu acho que em função da resposta do Alberto.
É que eu acho que a Secretaria Executiva eu podia verificar, já que inclusive não representacaocnicombr Essa questão do andamento de várias questões, como, por exemplo, a questão da moção em relação a ver com

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:05:29
Montenegro.

AL **ANGELO LIMA** 1:05:30
Custo orçamentário era uma moção emergencial e a gente quer dizer, já passou e ela não conseguiu ir adiante, então a gente que precisa ver com que forma e podemos ajudar secretarias e.
Para que haja uma celeridade, quer dizer, a gente aprova uma noção que é a emergencial, como essa foi essa do da questão orçamentária, etc, e ela não anda, quer dizer, qual seriam os mecanismos que a gente

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:06:01
Okay.

AL **ANGELO LIMA** 1:06:03
Pudesse ter pra que coisas como essa que o conselho decide possam ter celeridade. E nesse caso, era uma urgência urgentíssima. Então é, e mesmo esse essa questão do GP aí, então?

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:06:09
Okay.

AL **ANGELO LIMA** 1:06:19
Soares a gente representacaocnicombr a isso porque eu acho que estamos à disposição para ajudar no sentido de verificar quais são os melhores mecanismos para que a gente faz uma emoção que é urgente e ela simplesmente não anda. É uma coisa que, quer dizer, prejudica bastante a decisão aqui é do conselho.

AS **Alexandre Saia** 1:06:45
Franco ricard

JR **João Ricardo Raiser** 1:06:49
Seria só um pedido de esclarecimento. Bom dia, seria um pedido de esclarecimento na sequência disso, Alexandre, mas ligado a essa questão que o Ângelo levantou da criação do grupo de trabalho, sobre se isso é um registro na Casa Civil ou se é alguma autorização.
Ou qual é esse procedimento de que o conselho determina a criação de um grupo de trabalho para execução ou para trabalhar ou para aprimorar? É um tema e isso está sujeito ou a registro ou a concordância, por exemplo, da casa civil?
É me causa estranheza pela a autonomia que o conselho precisa ter sobre o exercício das suas atividades. É então só um esclarecimento quanto a isso e como o Ângelo colocou. É uma solicitação sobre o andamento da moção que foi aprovada em maio. Sobre os recursos orçamentários do sistema Nacional de gerenciamento de recursos hídricos, que são operacionalizados pela agência Nacional de águas e que a gente não teve uma resposta ainda da do andamento dessa.
nessa moção Veras Bastos.

AS **Alexandre Saia** 1:07:55
Eu já passo pro.
De representa o Alberto pra esclarecer essas dúvidas e passar pro Marcelo Fonseca Alberto.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:08:05

É bom dia novamente, João e Ângelo é no caso da do GP.

É, se não me falha de Melo, eu vou até é guardando a chegada do nosso colega Eduardo de Melo nessa questão.

Que eu vou mostrar pra vocês, na verdade, você vai ter uma autorização para criação do GT, entendeu? No caso da do GT do.

Dourado em relação à moção, ela, como ela veio, como eu disse na última reunião acoplada.

L **Luis Sérgio da Cruz Silveira** 1:08:39
No problem.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:08:42
Com algumas indicações de qual eram os mecanismos que deveriam ser usadas, é? Bernardes.

No canal, atenção o esses recursos, ela necessitou de alguns ajustes, que a ajustes que eu digo é informações que foram solicitadas pela conjur, em que essa parte era a atribuição da própria Secretaria executiva.

O que ela fez rapidamente? Parte a gente dependeu de uma manifestação da Ana. É providenciamos AO encaminhamento para a Ana. A Ana já nos devolveu essa solicitação de informações que foi feita pela própria conju.

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:09:21
Alexandre.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:09:24
E demos sequência ao trâmite. E aí é realmente isso tem demorado? É principalmente a consideram essa da moção. É realmente ela foge um pouco da normalidade por causa do prazo.
Uma moção que foi aprovada em maio e mas a gente vai, se vocês entenderam pertinente durante a reunião, eu posso retornar a esse ponto e dizer de forma muito é pontual em que estágio ela se encontra.
Tanto uma contra a outra, se vocês me permitem, como a reunião deve se estender ainda por um período, a gente volta a esse tema e a Secretaria executiva informa os 2 casos em que pé exatamente ela se encontram cada uma dessas 2.
É manifestação do conselho.



CNRH 1:10:13

Alberto, se você me permite, eu posso atualizar já para a gente não perder o gancho. É essa moção do PL 4546, desculpe da dos recursos orçamentários da Ana. Tá desde 15 do 10.



Alberto Batista da Silva Filho 1:10:18

Fique à vontade.



CNRH 1:10:29

Para análise da conjur, então já temos 40 dias, 41 dias.

E a gente está aguardando o retorno. E a sobre a criação do GT da PL do PL 4546, está para manifestação da casa civil.

Desde.

18 do 11 não é esse processo, ele já ele já voltou.



Alberto Batista da Silva Filho 1:10:52

É, se você puder, é, se você puder, ná lara, é, leia aí, leia na íntegra o que é que foi pedido para poder esclarecer aos conselheiros.



CNRH 1:11:01

É o parecer da Conjur. Foi favorável à formação do GT. É, ele veio para a gente no dia.

É agosto, em final de agosto, ele foi emitido até chegar para a gente aqui levou alguns dias, mas em início de setembro ele já foi rececionado e chegou.

AO encaminhamento é que toda a formação de colegiado e a formação de um GT no âmbito da Plenário é um colegiado, ele tem que ter anuência da casa civil, então em busca dessa anuência que nós estamos agora e aguardando essa esse retorno. Então a celeridade que a gente precisa, a gente está dando aqui, mas de fato.



Alberto Batista da Silva Filho 1:11:38

Pronto, obrigado Nayla.



CNRH 1:11:43

O processo burocrático, ele é aluno.

SM Sammy Oliveira - MPI 1:11:46

Alexandre.

A Alberto Batista da Silva Filho 1:11:47

Obrigado, nália. E aí Costa a Regina. Não se trata de autorização, mas sim uma anuência e estamos aguardando que isso seja a nos encaminhado. Assim que isso for feito, a gente tomar as providências para, como eu disse, compor o próprio GT.

SM Sammy Oliveira - MPI 1:11:50

Santos.

Bom dia.

Alexandre.

O.

A Alberto Batista da Silva Filho 1:12:03

E depois, posteriormente, definir o seu coordenador para iniciar os trabalhos do GT.

SM Sammy Oliveira - MPI 1:12:10

Franco.

A Alberto Batista da Silva Filho 1:12:10

Alexandre.

AS Alexandre Saia 1:12:12

Já passo para o Marcelo Fonseca.

MF Marcelo da Fonseca 1:12:16

Bom dia a todos eu queria até que ficasse registrado em ata porque eu acho que essa forma como está sendo conduzida é um tira toda a legitimidade desse conselho com essa burocracia direta engessada se o conselho não tem autonomia de criar um grupo de trabalho para discutir a política

Que nós estamos fazendo aqui? Essa é a pergunta que eu levo ao presidente deste conselho, porque deslegitima todo o nosso trabalho. Não é tomada de decisão, é uma discussão. Nós temos aqui autonomia para tomar decisões. Nós não nem

estamos tomando decisão.

Nós estamos abrindo uma discussão, eu acho que precisa, sim, ter uma reunião de Almeida Pereira de S

E se representacao

Urgência para que nós, no exercício da nossa função de conselheiro, tenhamos autonomia para discutir e propor as melhorias e os ajustes necessários para a política no qual nós estamos aqui investidos por esse conselho, então, assim.

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:13:06
Alexandre.

SM **Sammy Oliveira - MPI** 1:13:11
Alexandre.

MF **Marcelo da Fonseca** 1:13:19
Acho que é um desrespeito à forma como está sendo tratado e isso precisa ser corrigido urgentemente para que a gente consiga é avançar com a gestão de recursos hídricos aqui no país. Obrigado, gente.

SM **Sammy Oliveira - MPI** 1:13:30
Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 1:13:32
Anderson.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 1:13:34
Obrigado, Alexandre. Bom dia a todos e todas. Com relação à questão do consulta à casa civil, realmente me causa estranheza, Alexandre, porque anteriormente não era necessário fazer esse pedido de anuência à casa civil para um GT dentro de um. Escopo do colegiado CNRH como se fosse nas câmaras técnicas. Temos algumas limitações de 10 membros. É e 3 GTS ao mesmo tempo, pelo regimento lá da resolução 215, se eu não me engano, é EOCNRH da mesma forma, a plenária poderia.

SM Sammy Oliveira - MPI 1:13:54
Alexandre.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:14:07
constituir esse GT e como foi constituído acho que tem essa limitação né de 10 membros e também três de Tito da Plenário se eu não me engano tá só de cabeça que eu não me recordo a necessidade de solicitar anuência da casa civil para um GT desse tipo dentro da estrutura do CNRH
Tá certo? E uma outra coisa é sobre a pauta na é na a ordem da pauta é, vamos ter uma reunião aqui, é o de urgência agora na Secretaria executiva e gostaríamos de pedir é alteração da ordem de pauta, Alexandre.
Para colocar AO item da do comitê PCJ aonde nós vamos fazer como coordenadores da Câmara, aqui de Almeida, Cobrança, uma apresentação. Então, se for se todos estiverem de acordo, gostaria só de pedir para que a gente é colocasse de pauta no começo da tarde.
É quando a gente for dar o intervalo agora do almoço para que a gente possa começar, claro, se tiver vencidos, é e completamente os itens amanhã começarmos à tarde com esse item de pauta, se for possível.

SM Sammy Oliveira - MPI 1:15:04
Hello.

AS Alexandre Saia 1:15:09
Perfeito, Anderson, a gente já consulta o conselho é deixa eu passar para o João ricardo John ricard

 **CNRH** 1:15:09
Santos de Melo de Melo de Melo de Melo de Melo.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:15:12
Brigado.

JR João Ricardo Raiser 1:15:19
É, eu queria é reforçar essa esse questionamento que está sendo colocado quanto a

composição de grupos de trabalho dentro do âmbito do próprio conselho. Não está sendo criada uma nova instância, um novo conselho. Isso é a organização de 1/01/1 atividade dentro do fluxo do próprio conselho Nacional.

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:15:22
E.

JR **João Ricardo Raiser** 1:15:39
E aí a sugestão de que, se isso for uma perspectiva de uma percepção de interpretação, que se busque outros colegiados, como o Conama, é e outros colegiados, para verificar qual o procedimento que eles adotam, porque é como já foi dito, e esse foi o intuito da minha pergunta, nos parece como conselheiros absurdo.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:15:40
Okay.

JR **João Ricardo Raiser** 1:15:58
É que nós deliberemos sobre a criação de um grupo de trabalho para discutir e aprimorar propostas que vão impactar as e o que tratam das nossas atribuições diretamente ligadas a gestão de recursos hídricos e nós estamos sujeitos então é uma autorização, é um consentimento, é uma validação, é o que de uma.

SM **Sammy Oliveira - MPI** 1:16:07
Alexandre.

JR **João Ricardo Raiser** 1:16:17
Outra instância dentro do governo é isso. No meu entendimento, não existe. Então que se verifique, por exemplo, porque eu duvido. E aí peço ao Marcelo, é a secretária Andréa, que está aqui representando o CNICOMBR de Goiás, para que eles apontem ou se manifestem, por exemplo, de como é o andamento.
É dessas matérias no Conama, porque eu não tenho histórico de questões como essa. É decisão interna do conselho. Isso se encaminha e se resolve. Não é um novo colegiado.

M Mario Augusto de Campos Cardoso 1:17:45

Tá, tem mais um microfone aberto aqui, mas era isso que eu ia colocar. Eu acho que a gente deveria, se pudesse fechar o microfone, a gente deveria ter nesse caso específico Alberto, a parte da própria pessoa da Costa da Costa do advogado da Costa, que chegou a essa conclusão que era necessário a validação e anuência. parte da Casa Civil, até para esclarecer melhor porque é diferente no CNRH em relação aos outros colegiados. Obrigado.

AS Alexandre Saia 1:18:13

Alberto, vamos ouvir conselheiros. Aí eu deixo você no final para responder, pode ser, é. Eu vou passar então para a conselheira Jordana.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 1:18:25

Tito bom, vou chover no molhado, mas para registrar a manifestação também é indignação. A gente já tá aí desde o ano passado criando GT e agora esse GT especificamente ele precisa ter esse entendimento que vai engessar.

A gente sabe que engessa não se trata de criação, é de um novo colegiado, é tudo dentro da estrutura prevista do próprio CNRH. Então, e a gente está há quanto tempo parado nisso? Então eu acho que assim.

Precisa ser dada a devida atenção, porque o conselho, infelizmente, parece que a gente tá cada reunião que passa, cada semestre que passa, a gente perdendo o poder de decisão, a gente fica se batendo em coisas ridículas, vocês me desculpem e a gente não consegue.

E lançar com a política que é crucial pro país.

A aparecidapimentelvargas 1:19:28

É dando só pra poder tentar contribuir um pouquinho mais para tudo que foi falado até agora. Se a gente lembrar agora, num passado bem recente, OGT Paraguai atiraram de tela. OGT Paraguai foi criado e não passou por isso.

Tá, é. E o que foi colocado aí? Alberto, fala sobre um colegiado. OGT não é um colegiado colegiado da CNRHE. Aí sim, se for ter alguma alteração, que é de um ato, não é inferior a decreto, ele não vai poder acontecer.

Mas OGT está dentro da estrutura do colegiado e eu sempre a gente teve autonomia para tudo isso. Se a gente tiver que ter uma manifestação da casa civil para criar um

GT no âmbito do CNRHE que a gente pode falar, acho que a gente pode sabe colocar nossa violinha no saco e ir para casa, porque. Sistema acabou de vez mesmo, não faz mais sentido.

AS Alexandre Saia 1:20:23
Wilson.

W Wilson de Azevedo Filho 1:20:26
É bem, eu ia pedir para ver qual era a norma que recomendava ou que obrigava a passar a criação de GT no âmbito de órgão colegiado para casa civil. Eu vi o que foi projetado aí na tela e me desculpe, eu não essa. O que foi projetado não implica necessariamente no encaminhamento da criação do GT no âmbito do conselho Nacional de recursos hídricos, a casa civil. Eu não sei de quem foi essa orientação, mas seja qual for a pessoa que deu essa orientação, ela está completamente equivocada.

AS Alexandre Saia 1:21:14
Camile.
Microfone está desligado, Camile.

CS Camile Marques Sahb 1:21:26
Oi, pessoal, não. Eu acho que eu vou retirar minha fala porque acho que todos os outros já falou. Não tem cabimento essa impossibilidade de criação de um grupo dentro do âmbito de um conselho já existente. Grupo de trabalho está previsto aí na no regimento, gente.

AS Alexandre Saia 1:21:43
A secretária da Alberto.
Yeah.

A Adalberto Felicio Maluf Filho 1:21:47
Então, pessoal, eu presido as a Câmara técnica no Conan. A gente cria grupo de trabalho frequência. Esse ano o Marcelo Augusto Rodrigues. Ele deve ter criado uns 10 grupos de trabalho. É, eu acho que talvez a conjura que tenha se confundido, porque o decreto.

12000 002 de 2024, no artigo 28, quando ele fala dos requisitos para ato administrativo de criação.

Ou Almeida Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de Melo Pereira de S

Lições, a gente propôs um colegiado com vários iniciais, aí sim, fechamos formulário e colocamos, porque é um novo colegiado criar grupo de trabalho. Desculpa, não tem, não me parece que enquadre desse decreto. Eu só IA pedir, pessoal, a gente tem uma pauta.

Alexandre de Melo Santos, a gente não podia aqui pra Secretaria, a gente pudesse superar esses desafios, como André Santos comentou, discute à tarde, mas vamos votar e aprovar as coisas que estão na pauta. Se não, a gente vai passar a manhã inteira e não vai conseguir deliberar aquilo que o conselho e as preocupações do início do dia foram super importantes. MMA super sensível.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 1:23:00
Consuelo.

A **Adalberto Felicio Maluf Filho** 1:23:03
Mas eu gostaria de pedir que a gente pudesse avançar para a pauta. E aí, volta depois desse item à tarde, vai criar GT, não vai? Vamos ouvir aqui.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 1:23:04
Alexandre.

A **Adalberto Felicio Maluf Filho** 1:23:12
Se a con Cruz e a Luiz Carvalho se viu para criar grupo de Carvalho que não me parece razoável e, se possível, vamos entrar na pauta, por favor.

AS **Alexandre Saia** 1:23:27
Eu consulto os demais conselheiros e conselheiras que pediram a palavra, se podem abrir mão da palavra, se o assunto já está esgotado.



CNRH 1:23:28

De acordo.



Debora Calheiros - FONASC 1:23:33

Então.

Gustavo.

É, eu só queria uma coisa rapidinho, porque a questão é.



Gustavo dos Santos Goretti 1:23:36

Perim.

O.



Debora Calheiros - FONASC 1:23:43

Que.

e se aparecidapimentelvargas se enviar nota técnica que ela comentou inicialmente que não teve eu não tive a palavra no começo e se ela pudesse mandar por e-mail para todos os conselheiros e

É no caso, para fechar essa discussão dos gts, é, os pescadores não foram incluídos no GT Paraguai, então não é um problema que eu acho que a Secretaria executiva deveria, é.

Avaliar porque os pescadores são os mais atingidos, não é em relação a qualquer atividade, como os a proliferação de hidrelétricas, hidrovia, et cetera, e eles não estão.

É nesse GT, só para registrar, obrigado.

Alexandre.



Alexandre Saia 1:24:38

Bom, vamos retomar então a nossa é a nossa pauta, tá? Eu peço aos demais conselheiros e conselheiras para a gente não. O tema já está esgotado. A Secretaria executiva vai buscar informar.



Debora Calheiros - FONASC 1:24:39

Consuelo.

Veras.

Alexandre.

AS Alexandre Saia 1:24:53

Todos e todas.

Se houve mesmo um equívoco, se não houve, a gente vai esclarecer, isso está bom?

NF Nelton Miguel Friedrich 1:25:00

O Alexandre, como diretor, me coloco de imediato nessa atenção especial a esse assunto, se possível, o mais breve possível. Não tenho um retorno muito concreto sobre isso, com essas observações muito bem recebidas aí.

AS Alexandre Saia 1:25:12

Okay.

NF Nelton Miguel Friedrich 1:25:15

Obrigado.

AS Alexandre Saia 1:25:17

Obrigado, diretor.

Bom é então em primeiro lugar a gente vai colocar em apreciação a pauta com o pedido do Conselheiro do MMA de inversão da pauta do item 4 a deliberação sobre a minuta de resolução

envolve o comitê pcj né a inversão dessa pauta para o final então colocamos abrimos a palavra aos conselheiros e conselheiras se aqueles que estiverem de acordo permaneçam Como estão

C Claudia Elisabeth Bezerra Marques 1:25:40

I.

AS Alexandre Saia 1:25:52

E se houver alguma, algum questionamento que apresente, por gentileza, João climaco.

JC joao climacofilho 1:26:04

É bom dia a todos. Primeiramente, queria saudar todos os conselheiros e manifestar a minha satisfação e, ao mesmo tempo, meu desapontamento por.

Ter que tratar desses assuntos que são de caráter de Gestão, de Gerenciamento e, no caso, a política de Gestão dos Santos e dos Santos, dos Santos, tem no Consuelo uma evidência cada vez maior de Gestão dos Santos e

Com a política de água, há, na verdade, pelo visto, uma atuação deliberada de esvaziar a competência do conselho em vários momentos que aqui estão se falando. Eu quero resistir esse meu desbontamento e a satisfação.

So.

Santos na nessa representação, por conta de que os fatos reais que estão acontecendo estão sendo obscurecidos por uma tática burocrática.

E No.

E a Seca Pinheiro.

Se passa?

Para trazer esse papel?

eu tenho consciência que essa Cristo não é só minha era muito subjetiva às vezes nas falas mas acho que vai chegar a hora que a gente vai terminar falando que o conselho não serve mais para fazer nada representa a sua competência uma ordem de

De um de um Ministério, de outro Ministério pode alterar a Secretaria do da casa civil, pode definir competência. Não acho que nesses momentos a Secretaria devia-se pensar-se como membro de uma Secretaria de um conselho, não como membro de um governo.

Um conselho que é um conselho de estado, então é lamentável tudo o que está acontecendo na política de recursos vivos e o conselho servindo para a legitimar um processo de retrocesso que cada vez mais.

o desencontro de toda uma história de toda uma visibilidade positiva que o conselho teve é lamentável eu acho que a secretaria nesse caso aí ela deveria ter um posicionamento jurídico

Santos.

É essa limitação de do.

Do da Secretaria de governo federal, lá do Ministério.

To do de Melo.

De competência desse, desse Ministério da educação civil, é em dizer o que a gente, como a gente pode fazer? Eu acho que está se usando a burocracia.

Seca.

Para se evitar que o Consuelo de Souza Pereira de Souza, infelizmente não está tendo um pensamento, uma visão como membro do Consuelo eSIM como membro do Governo, é lamentável. Eu acho que desse jeito.

Se o conselho e a Plenário não se não Tomar posicionamentos mais firmes, até mesmo conselhos de Melo e as decisões que eram para ser.

Horizontal, transversais fica toda mais centralizada. É um registo que devo fazer porque não posso passar na história. Está voltando ao Consuelo Pereira e a decadência. Muito obrigado.

R

Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos 1:29:26

No.

AS

Alexandre Saia 1:29:36

É, eu faço um apelo que está sendo apreciado aqui. Agora é a pauta da reunião, tá?

Com o pedido de inversão, tá?

Esse assunto já colocamos o anos de Carvalho.

É Leonardo.

LM

Leonardo - CERH/ MS 1:29:54

É bom dia a todos, Jane, rapidinho que eu preciso só colocar, acho que 2 pontos, um é que já foram colocados 2 vezes aqui que o GT Paraguai é não tem representante dos pescadores e isso é a gente pode confirmar até com outro consulente.

Okay.

Santos mais represent

e representacaocnicombrismo no GT do Paraguai. Então só para reafirmar isso.

Alexandre, eu acho que uma coisa que a gente poderia colocar aqui nas nossas reuniões até de caminhamento era que o chat pudesse funcionar.

Porque eu queria me ministrar favorável as falas do Marcelo Franco, o conselheiro Marcelo Franco, que colocou sobre a criação do GT, ter que passar por uma instância do ministério e assim, e eu realmente não queria falar porque

JC

joao climacofilho 1:30:37

Jose.

Alexandre.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 1:30:49

la Tomar.

reunião no Santos e no Santos e o Santos e o Santos e o Santos não tá funcionando como ele não funciona a reunião do Consuelo fica complicado a gente falar a gente a gente a gente a gente da palavra que eu acho que atrapalha muito a reunião mesmo

Lopes, é só isso.

AS **Alexandre Saia** 1:31:09

Lembra Leonardo depois eu vou só pedir pra naila esclarecer.

Funcionamento do chat, a questão do teams é.



CNRH 1:31:17

É só desculpa, Alexandre, vou esclarecer. Já até tinha intenção de falar nisso, o chat.

Ele fica desabilitado nas reuniões plenárias feitas online para não ter prejuízo à ata. A ata da reunião, pelo regimento, ela é própria.

AS **Alexandre Saia** 1:31:19

Pode falar?

G **Gustavo dos Santos Goretti** 1:31:28

Okay.



CNRH 1:31:32

De gravação, então no Tito.

JC **joao climacofilho** 1:31:34

Santos.



CNRH 1:31:35

Na própria transição. E então qualquer assunto colocado e discutido no chat, ele não entraria e traria prejuízo a construção da ata. Então ele é propositalmente a gente pede que as manifestações sejam feitas por voz levantando a mão.



joao climacofilho 1:31:52

AS

Alexandre Saia 1:31:52



Debora Calheiros - FONASC 1:31:53

Foi só respondendo, Leonardo, que atualmente as vagas são.

Filho para Aristides.

e dentro da Costa dos Santos e representações diferentes né E como é os pescadores profissionais artesanais são os mais atingidos nesse tipo de atividade que estamos tendo na bacia do Alto Paraquai

E a gente fez o pedido, mandamos o ofício e não obtivemos resposta. Então, e em tempo hábil, inclusive, muito obrigado.

AS

Bom, não havendo manifestações em relação à ata, considera-se aprovada com a inversão de pauta do item 4.

Em seguida, a gente já coloca.

O requerimento de urgência, a gente abre a palavra para os conselheiros e conselheiras.

Vamos fazer aqui uma leitura do requerimento primeiro.

requerimento de urgência assunto inclusão em caráter de Gestão de Gestão de
Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de
Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de
Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de Gestão de G
Interna do CNRH o comitê de integração da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
ceivap por meio de sua diretoria colegiada vem respeitosamente perante vossa
excelência com fundamento no artigo 11 parágrafo primeiro da resolução CNRH
número 215 2020 requerer

Em caráter de urgência, a inclusão do seguinte e na pauta da Costa Vaz reunião extraordinária do CNRH a realizar-se no dia 26/11/2025 discussão sobre a situação de estresse hídrico enfrentada pelo estado de São Paulo.

Com destaque para os impactos observados na bacia do Rio Paraíba do Sul em função das transposições atualmente existentes que atendem as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de S Paulo, bem como em relação aos demais múltiplos estabelecidos na bacia.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 1:33:51
Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 1:34:03
Justificativa da urgência.

A apresentação deste rendimento urgência fundamenta-se na relevância estratégica da bacia do Rio Paraíba do Sul para o abastecimento humano, o desenvolvimento econômico e a manutenção dos ecossistemas aquáticos, bem como na necessidade de que o Plenário do CNRH promova de forma.

Tempestiva, debate amplo articulado entre os órgãos gestores para subsidiar ações de Gestão e medidas que assegurem a sustentabilidade hídrica da região um.

O estado de São Paulo enfrenta situação de estresse hídrico, com impactos diretos na bacia do Rio Paraíba do Sul, evidenciados pela redução das vazões observadas em diferentes trechos da bacia e pela crescente pressão sobre a disponibilidade hídrica para atendimento dos usos múltiplos.

2 a bacia do Paraná Pereira do Sul é diretamente afetada pelas transposições e sistemas de transferência de vazões que atendem as regiões metropolitanas Rio de Janeiro e São Paulo, cuja operação influencia a disponibilidade hídrica e o equilíbrio entre os usos múltiplos.

III, a urgência também decorre da necessidade de que o CNRH, enquanto órgão deliberativo máximo da política Nacional de recursos hídricos, subsidiar decisões de Gestão que garantam a segurança hídrica da região, especialmente diante de Cenários críticos de estiagem e redução de valores.

Vazões e comprometimento de uso prioritários, 4 a Secretaria executiva do CNRH.

Ao responder à solicitação inicial do CEIVAP, esclareceu que a inclusão de novos itens na pauta somente poderá ocorrer mediante requerimento de urgência, conforme determina o artigo 11 da resolução 215/2020, reforçando a necessidade de apresentação formal deste pedido.

5 destaca-se que a discussão proposta possui caráter preventivo e estratégico se necessária para orientar providências coordenadas entre.

Estados e comitê de bacia de forma a evitar agravamento das condições de disponibilidade hídrica e potenciais conflitos pelo uso da água diante do exposto e considerando a urgência e a elevada relevância da matéria para a governança dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraíba

Melo Sul solicita-se respeitosamente que vossa excelência avalie as providências necessárias para a inclusão do item na pauta da 58a reunião extraordinária do CNRH. Eu pergunto se algum dos conselheiros e conselheiras que assinaram o requerimento querem se manifestar.

O.

Algum conselheiro ou conselheira também que queira se manifestar?

Então é colocamos em.

Elias.

E Elias Adriano dos Santos 1:36:50

Não a suma importância. Até isso é a gente foi consultado. A diretoria colegiada do comitê é se reuniu, é o posto a essa matéria na a gente discutiu isso e teve até questão.

Que aconteceu aqui no Unicatório 2015, que a situação foi parar no STF, sem a gerência dos comitês e bacia, sem a participação. Então precisa-se discutir isso, trazer isso para dentro do órgão, é responsável por com relação da implantação da política.

Gestão da política de recursos hídricos no Brasil. Então, isso trouxe para o comitê.

Acredito que a Marcelo aparecida a após a aprovação pelos pelos conselheiros, É Ela vai fazer uma apresentação. Uma é como secretária executiva do comitê.

Mas é de suma importância essa discussão, trazendo para o AMP do Consuelo.

AS Alexandre Saia 1:37:41

Perfeito, Elias, Hein?

Então é peço aos conselheiros e conselheiras aqueles que estiverem de acordo com a aprovação do requerimento de urgência que permaneçam como estão.

Aprovado então, o requerimento de urgência e a gente remete a palavra a conselheira Aparecida Vargas para apresentação.

G Gustavo dos Santos Goretti 1:38:01

O.

A **aparecidapimentelvargas** 1:38:08

Obrigada, Alexandre. Obrigada, Elias, pela abertura como vice-presidente do ceivap.

Eu apresentação vou fazer enquanto secretária executiva do ceivap, não como membro aqui dos representacaocnicombr represent

É nayla, você pode colocar para mim apresentação? Eu vou tentar, apesar de ser um tema que requer, é 11 aprofundamento muito grande e devido ao adiantado da alta que a gente tem que cumprir, eu vou tentar fazer no menor espaço de tempo.

Possível, está?

Pode passar naila?

É antes da gente chegar no nosso assunto hoje, eu achei que seria importante a gente fazer uma regressão e falar um pouco sobre as crises que a gente já vem enfrentando no Paraíba do Sul e como foi que nós é solucionamos e enfrentamos os problemas.

R **Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos** 1:38:51

Date what?

A **aparecidapimentelvargas** 1:39:04

Na nós tivemos um período de racionalização de energia no período de 2003 a 2004, e esse período de racionalização ele também é impactou as regras operativas da bacia do Paraíba do Sul.

R **Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos** 1:39:13

Azevedo.

A **aparecidapimentelvargas** 1:39:20

E a gente pode ver, aí é que é. Nós tivemos de entre agosto e novembro, OAONS enviou para a Ana a Nelton e vap na época Secretaria de energia e meio ambiente do estado do Rio de Janeiro e Secretaria.

De energia e recursos hídricos e saneamento no estado de São Paulo, com a recomendação de da redução da vazão objetiva em Santa Cecília. E aí a Ana publicou nesse período 12345 resoluções, tá? De maio de 2003.

A setembro de 2004, foram 5 resoluções tentando atender a situação que a gente existia no momento. Recuperados esses reservatórios, a Ana restabeleceu novamente

a resolução 2011 2003.

Tá onde ela colocava? A vazão de defluência mínima é a vazão de objetivo em Santa Cecília em 190 m³ e a defluência mínima de Santa Cecília em 71 m³. Essa defluência mínima é o que?

R

Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos 1:40:15

lora onde eu fazer?

A

aparecidapimentelvargas 1:40:27

Passa a jusante e desce até o baixo Paraíba do sul. E essa vazão objetiva é a que a gente tem lá em Santa Cecília para poder ser é transposta para o Guandu. Então é importante a gente ver que essa resolução Ela Foi mantida.

De 2 pode passar naila. Então nós tivemos 11 período de segurança hídrica de 2003 até 2014, quando a gente teve um novo estresse hídrico, mas entre 2003 e 2014 nós tivemos algumas questões, alguns, algumas intercorrências na bacia que eu acho importante a gente citar.

Eu acho que todos aqui conhecem o que aconteceu. O acidente do Rio pomba em 2003, uma mancha tóxica resultante do processo químico de branqueamento do papel que se alastrou por quase 100 km de Rio, na no Rio Pombades, agora na no Rio Paraíba do Sul.

Causando um dos mais graves desastres ecológicos no país, que deixou mais de 600000 pessoas sem água. O veneno de coloração negra cobriu o Ribeirão cágado, impregnou o Rio pomba e se estendeu pelo Rio Paraíba do Sul até a sua Foz. E aí a medida mitigadora que teve na ocasião foi o aumento nas defluências da UHE funil. Utilizando a água armazenada no reservatório, com um de Gestão adicional de 13% do seu volume útil, a intenção era ver se diluía essa mancha que estava chegando no Paraíba do Sul. Mas o que aconteceu no pomba? A gente não tinha reservatório de regularização capaz para poder.

Minimizar esse incidente pode passar.

Depois, em 2007, a gente teve é em julho de 2007, teve um deslocamento e acúmulo de plantas aquáticas nos pilares de uma ponte do Paraíba do Sul, na cidade de Caçapava, a montante da UHF 1000, causando erosão no talude da ombreira à esquerda dessa ponte.

Novamente o ceivap atuou, inclusive com recursos, para poder fazer a retirada dessas plantas aquáticas do pilares e a reconstituição, e a gente volta sem ter que

precisar de interferir novamente nessas regras operativas.

Nós conseguimos resolver esse problema da ponte. É em Caçapava, pode passar.

S **Sergio R Ayrimoraes Soares** 1:43:03

Hhh.

A **aparecidapimentelvargas** 1:43:03

Para fazer manutenção na válvula, você tem que diminuir essa defluência, tá? E uma manutenção total significaria não ter defluência, tá? É onde quem acompanha a bacia do Paraíba do Sul sabe que a gente trabalha por.

Uma proposta de uma de uma de uma é de uma colocação de um túnel. É paralelo que a gente chama de bypass para, no caso de precisar de fazer manutenção, a gente poder passar.

Nesse túnel paralelo, minimamente para garantir a questão do abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Então, 2009 foi a questão da manutenção das válvulas da UHL no Peçanha, pode passar.

E aí a gente chega na crise hídrica na bacia do Paraíba do Sul de 2014 2015. A bacia registrou a maior seca enfrentada em sua história, o que ocasionou uma queda drástica no nível de todos os reservatórios que compõem o sistema de reservatórios da bacia.

Aqui a gente tem uma foto do sistema Santa branca à época para a gente ver como que começou, como que baixou o nível do reservatório e aqui é o gráfico do sistema equivalente da bacia do Paraíba do Sul, com os dados do inea na ocasião.

Pode passar?

E aí, em maio de 2014, num seminário do setor hidrelétrico da bacia do Paraíba do Sul, Serra sul é AONS, apresenta, não volta fazendo o favor, apresenta pela é pela primeira vez a situação crítica em que estava.

S **Sergio R Ayrimoraes Soares** 1:44:32

Urra.

A **aparecidapimentelvargas** 1:44:44

A bacia está mostrando que em janeiro de 2014 é o.

AO reservatório de Santa Cecília teve o seu segundo pior histórico, tá? Em fevereiro,

ele atingiu o pior do histórico. Em março, ele atingiu novamente o pior do histórico. Em abril, o segundo pior. E em maio, o pior do histórico.

Então isso num levantamento que a gente tinha desde a sua, desde a da construção desse complexo da transposição, em 1950, pode passar.

E aí ela EONS apresenta essa simulação, considerando as condições atuais, a época mostrando isso, ela essa apresentação foi em maio e ela mostrando que se a gente continuasse com as mesmas regras operativas.

É que estavam vigentes a ocasião em novembro. A gente chegaria com reservatório abaixo do volume útil, tá? Com menos 1,6% da sua capacidade de reservação. Pode passar.

Pode passar, nayle.

E aí, o Gestão H, que é o Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas do Paraíba do Sul, a partir dessa constatação do OMS no Cepasul, foi reconstituído, ele estava paralisado, ele foi reconstituído e eu preciso deixar muito claro aqui, tem algum microfone?

S **Sergio R Ayrimoraes Soares** 1:46:20

Joseph.

A **aparecidapimentelvargas** 1:46:22

Fone aberto aí eu preciso deixar muito claro aqui que nós tivemos. É uma participação muito grande, tanto do OMS quanto da Ana dentro do GTOH. É, eu preciso destacar a participação do Joaquim Gondim da Ana.

Em todas as ações que demandaram desse grupo, é o que aconteceu e que ficou é firmado e cumprido. É que todas essas resoluções aí citadas, elas só eram publicadas depois de discutidas no âmbito do GTH.

Tá, e aí a gente encaminhava, via diretoria do OGTOH. É foi deliberado pelo comitê que não precisaria passar em plenária, porque nós precisávamos de agilidade. Olha a diferença. E aí a gente acabou de ver esse problema na questão de agilidade.

Então OGTO Plenário do comitê deu autonomia a esse Gestão, nós é com base no relatório encaminhado pelo Gestão HE, referendado pela diretoria colegiada da época, nós encaminhávamos para a agência nacional de água e a resolução, as resoluções publicadas.

Eram com base no que nós tínhamos discutido e chegado a um consenso dentro desse Gestão h, para vocês terem uma ideia de.

2014 é até 2015. Nós tivemos 17 resoluções, tá? Aqui eu citei cada uma delas só para poder ter como documento. Eu não vou falar, não vou entrar no detalhe de cada uma delas, mas essas 17 resoluções.

Elas eram é alterando essas regras operativas de acordo com a situação que a gente tinha de estresse hídrico. Nós fazíamos reuniões semanais para poder estar analisando se precisava ou se não precisava. Éramos uma discussão entre.

Os usuários da bacia, os órgãos gestores, todo mundo participava, todo mundo se manifestava e a gente só chegava a uma definição quando a gente via que a gente estava garantindo o abastecimento. É para os municípios que captavam na calha principal.

Que a gente estava é minimamente garantindo ou pelo menos de a ao ter que diminuir, dividindo de alguma forma linear o abastecimento para o polo industrial, tá? E o quem foi impactado de fato foi a geração de energia, porque as regras operativas era.

quem demandava o que você ia gerar ou não de energia. Até que a gente chegou nessa resolução de 2015, que foi uma resolução conjunta da A e Goretti, Néia e Anna, a 1382 2015. E aí para chegar nessa resolução que vem o fato que eu acho que é importante a gente trazer para

Pereira Pereira Pereira Pereira

Pode passar a análise. Então nós tivemos em maio de 2014. O governo é o projeto do governo Paulista de transpor águas do Paraíba do Sul, foi judicializado por iniciativa do Ministério público federal de Campos de Goytacazes. Aqui começa a mudar toda a nossa história.

Então a gente tinha até então todas as discussões sendo feitas no âmbito do comitê com a NS, participação da Ana, com a Ana publicando as resoluções. E aí houve essa judicialização. É por conta, é claro que o Ministério público não.

Não tomou uma iniciativa própria. Ele precisa ser demandado para isso. Foi uma ação civil pública que foi que foi instalada por conta de algum pedido na bacia em Campos dos Goytacazes.

Em setembro de 2014, a justiça federal determinou a remessa do processo relativo da exposição de São Paulo ao Supremo Tribunal Federal porque ele impactava 3 estados da uau. Em janeiro de 2015, o grupo Interna interinstitucional Ana d'eineia e Goretti.

E ceivap concluiu a elaboração de um relatório de avaliação de lembrando que ceivap era o Gestão destaque para novas regras operativas do sistema hidráulico do

Paraíba do Sul, que substituiria a resolução Anna 2011 2003. Então, como vocês podem ver.

Nós tivemos um intervalo.

De 2003 a 2014, de 11 anos, sem que a gente precisasse é alterar essas regras operativas, e acho que fica muito claro, é o início de uma de um impacto maior de mudanças climáticas na bacia, que começaram a afetar essas regras.

Em março de 2015, a etapa de discussão da minuta para manifestação dos comitês EONSE, em novembro de 2015, a aprovação da minuta da resolução conjunta pela ANA governos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Pode passar?

Em dezembro, foi firmado o acordo no Supremo Tribunal Federal com os órgãos gestores em resolução conjunta, com novas regras sobre a operação do sistema hidráulico, onde o Ceibap atuou desde a instância do seu grupo de trabalho GTOH, discutindo a proposta até a publicação da resolução conjunta 13 de 82 2015.

As novas regras para viabilizar a interligação Jaguari Atibainha foram criadas para garantir aportes adicionais de até 5,13 m³ por segundo de água da bacia do Paraíba do Sul ao sistema Cantareira, quando necessário.

Porém, a interligação só poderia funcionar quando o padrão de chuvas registradas estivesse dentro da normalidade, respeitando o limite mínimo de vazões ajustante dos reservatórios que compõem o sistema. Em dezembro de 2006, entra em operação.

A essa resolução conjunta, tá? E nessa nesse mesmo dezembro, a Ana criou o gaops, que é o grupo coordenado pela Ana, com a participação dos órgãos gestores ceivap EONS. É além dela viabilizar essa interligação, a gente não pode perder de vista que essa.

Essas regras operativas foram também para continuar atendendo o estresse hídrico que a bacia do Paraíba do Sul estava vivendo na ocasião. Pode passar e reforçar também que essa captação em São Paulo, desde então, nós nunca tivemos problema com essa questão da captação.

S **Sergio R Ayrimoraes Soares** 1:53:05
Hhh.

A **aparecidapimentelvargas** 1:53:05
Com essa água ainda pro sistema Cantareira. Pode passar.

IF Ilana Ferreira 1:53:10

Hhh.

Hhh.

A aparecidapimentelvargas 1:53:16

Aí, em dezembro de 2015, esse acordo inédito pelo ministro Luiz Fux é foi no intuito de solucionar parte dos conflitos da gestão hídrica da região sudeste, como eu coloquei, e foi firmado nos autos de uma ação civil originária.

IF Ilana Ferreira 1:53:17

Okay.

A aparecidapimentelvargas 1:53:33

Com efeitos no na 2536, em audiência com a presença dos governadores, isso que eu gostaria de chamar atenção com a presença dos governadores Geraldo Alckmin, Luiz Fernando Pezão e o governador Fernando Pimentel, foi representado pela procuradoria do estado.

IF Ilana Ferreira 1:53:34

Franco.

A aparecidapimentelvargas 1:53:49

além de ceivar piano estarem presentes. As novas regras para viabilizar a interligação Jaguari at Bahia foram garantidas para garantir esses aportes adicionais quando necessário, mas essa interligação só poderia funcionar quando o padrão de chuvas registrada

Estivesse dentro da normalidade, pode passar.

Aí é o momento da assinatura e é aonde eu gostaria de destacar, se vocês é prestarem atenção, nós temos uma decisão sendo tomada da bacia, na bacia do Paraíba do Sul, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Com a assinatura de governadores de estado, o ceivap foi é. Eu costumo brincar que a gente foi de entrão, que a gente é, porque nós não assinamos nada, mas nós fizemos questão de estar presente. A agência Nacional de águas estava presente. Mas nós não vemos a presença do presidente do conselho Nacional de recursos

hídricos minimamente nessa, nessa ocasião e neste nesse fato, pode passar.

E aí eu passo para algumas conclusões, sabe? Lições e reflexões, fato, vivenciamos uma grande seca, dúvida, vivenciamos uma crise hídrica ou vivenciamos uma ausência de Fatura hídrica?

O que aconteceu na ocasião que no âmbito do ceivap nós conseguimos resolver é, nós estávamos com um problema de captação muito precárias da do de abastecimento de água nos municípios que captavam a que captam água.

Na diretamente no Rio Paraíba do Sul. E aí foi feito 11 grupo de fiscalização no âmbito do ceivap e da agvap. E o que eles é perceberam é que todas essas captações eram fixas e como o nível do Paraíba do Sul baixou.

A captação ficava.

É no ficava no alto e não conseguia ter a captação. O que nós conseguimos é chegar. Nós é providenciamos bombas flutuantes para esses municípios, com recursos da cobrança, tá? Essas bombas foram colocadas e.

Pelo menos a questão do abastecimento nós conseguimos resolver de imediato nesses nesses municípios. Se não me engano, é, não lembro se eram 11 ou 12 municípios que tiveram problema de captação. Pode passar.

E aí a importância da manutenção da capacitação técnica de entidades é envolvidas na Gestão dos recursos hídricos no momento de crise, é priorizar soluções com base em avaliações preliminares.

Teóricas e técnicas, que foi o que a gente fez, mas e depois manter essas avaliações preliminares, porque na época, durante a crise, o que a gente fez foi com base nestas avaliações, nesses relatórios que foram feitos durante uma crise.

Necessidade de aumento de reservação de água na bacia, que nos traz maior segurança energética, Lastro para as Fontes intermitentes e maior segurança hídrica, com melhor controle de secas e cheias. Novos reservatórios de regularização, com viabilidade ambiental e financeira compartilhada por todos os setores dos Santos. usuários de recursos hídricos quando a gente fala nesses nossos regulatório reservatório de regularização que é colocar para vocês que a Ana entre 2011 e 2012 ela fez um estudo para bacia do Paraíba do Sul chamado sistema SIEC SIEC que era para viabilizar

Para atuar na questão das cheias das bacias do pomba e muriaé, que atua, que pegava Minas, Rio de Janeiro e ainda influenciava o baixo Paraíba do Sul, é com essas cheias que vem dessas 2 bacias e desses 2 _rios.

Nesses reserva, nesse estudo, a Ana apresenta é 4 proposta de 4 reservatórios, acho

que 2 do pomba, 2 do muriaé algum algumas intervenções é de.

De correções de leito de Rio de Gabriela, na aonde você tem é maior erosão, mas especificamente com maior atuação em função na bacia.

Esses 4 reservatórios e só que esses reservatórios, eles foram é pensados para poder segurar cheia e hoje a gente tem uma alternância muito grande entre cheia e estresse hídrico. Em conversa com a Ana, nós evoluímos para isso, para que esses reservatórios eles fossem feitos, não.

Para segurar cheia, mas que a gente também tivesse uma reserva de água para poder segurar o período de estresse hídrico. E aí com essa conversa e com essa questão, junto com a Agência Nacional de Águas,

OA jewap acabou de lançar, acabou não há 1 mês atrás, lançou um edital para poder fazer o projeto básico executivo desse dessas obras apontadas nesse estudo da Ana. E em paralelo, nós estamos pedindo que os recursos da Eletrobras também possam vir para poder é bancar não só projeto e projeto básico e executivo, mas as obras desses reservatórios fazendo.

Com valer a função principal desses recursos, que é a regularização de usos e segurança hídrica, embate e Silva da Costa. Mas eu acho que a necessidade de se discriminar também com todas essas ações.

Que foram tomada os custos associados ao equacionamento das restrições hidráulicas atualmente existentes nas bacias, com impacto na operação hidroenergética, como a perda econômico-financeira de outros usos impactados para alteração dessas regras.

S

Sergio R Ayrimoraes Soares 1:59:56

Okay.

A

aparecidapimentelvargas 1:59:58

Isto não foi avaliado na época e não dava para ser avaliado. A gente estava numa crise, tá? E numa crise a gente tem que resolver a questão que está posta, tá? Mas hoje, passados 10 anos de tudo isso, tá na hora da gente se debruçar sobre esse assunto. São Paulo está novamente.

É vivendo um espécie hídrico que já está chegando próximo do que ele viveu em 2015, foi pedido uma complementação dessa dessa vazão captada na bacia do Paraíba do Sul.

Na em Jaguari, para poder ir para o Guimarães lá para abastecer o Cantareira

temporária até dezembro, uma vez que São Paulo já tinha usado todo o valor que ele precisava para que ele tem determinado na resolução.

O valor anual ele já tinha é vencido esse valor, então foi pedido como segurança, um acréscimo. É de mais uma vazão que com a avaliação do NSE da Ana, não haveria. Teria impacto hoje, com a situação que nós temos dos reservatórios e hoje a gente tem essa complementação aprovada pelo GTOH, pelo pelo ceivap, aí sim publicada. Pela Ana Gomes de Melo de Souza, está pode passar.

E aí nós temos também hoje no âmbito do CEIVAP, um estudo de atualização do quadro de demandas hídricas e atualização do balanços hídricas da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, que em seu produto 5, ela tem a avaliação dos impactos do cenário de alteração das regras operativas das usinas hidrelétricas existentes na bacia.

Na conclusão do seu relatório final era a gente tem, eu peço licença para ler pelo menos esse parágrafo. A resolução 1382 2015 representacaocnicombr a representacaocnicombr a redefinir limites de de de de de de Melo de Melo de Melo de Melo de Melo de Melo de Melo de Melo de A

Bem como fortalecer a governança por meio do gaops. Tais medidas ampliaram a resiliência do sistema, embora tenham implicado em redução da produção hidrelétrica, evidenciando o trade-off entre segurança hídrica e geração de energia. Neste contexto, recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas.

Que articule a modelagem hidrológica operacional com cenários de variabilidade climática e crescimento de demanda, permitindo ampliar a robustez das regras operativas e oferecer suporte mais efetiva tomada de decisão intemperal em consonância com os princípios da segurança hídrica e da gestão adaptativa.

Pode passar?

E aí eu falo mas se tá sendo aí vocês podem me perguntar se tudo está sendo resolvido em qualquer coisa entre C e VAP o GTOH a ana os órgãos gestores e OMS por que que você tá trazendo esse assunto para o Consuelo Nacional de Recursos Hídricos?

Primeiro ponto a gente vem falando, hoje nós estamos por várias vezes aqui o enfraquecimento do sistema de gestão de recursos hídricos e o não reconhecimento do CNRH dentro desse sistema de Gestão como órgão máximo do sistema.

Então, para que a gente evite que aconteça outra vez, que tenhamos uma ação junto ao STFA gente precisa de mostrar que é dentro do CNRH que a gente tem que resolver qualquer questão que venha de conflito, ou seja lá de que for.

Para que venha a acontecer dentro da bacia do Pereira do Sul. Nós temos um órgão máximo e nós não precisamos de levar isso para o judiciário. Nós precisamos de minimamente, se não resolvermos CNRH, aí sim buscar o judiciário. Mas antes disso a gente tem que esgotar.

o que a gente tem dentro do nosso sistema de Gestão e fortalecer ele cada vez mais, inclusive o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esse estudo João Gomes tá aí, o João Siqueira, ele até ele já levantou a mão. Eu quero deixar claro que esse estudo inclusive aconteceu, ele estava na diretoria colegiada do CEIVAP à época

A gente tem esse estudo, é graças a ele que enfatizou muito a necessidade desse estudo. Esse estudo hoje ele tá ainda em fase de ele foi aprovado dentro do grupo de trabalho, mas ele vai ser apresentado de uma forma ampliada ainda dentro.

Um seminário para que a gente consiga referendá-lo ainda esse ano dentro do ceivap, tendo esse grupo também autonomia como GTOH para aproveitar OA aprovar o produto, mas a gente acha importante.

Essa disseminação num seminário mais ampliado, tá que a gente precisa é uma das coisas que eu chamo AO segundo destaque que eu faço é e que eu venho colocando. Já tive a oportunidade de conversar com o Joaquim também da Ana sobre isso.

Nós tivemos uma resolução que foi é definida num momento de crise, que ela virou uma resolução fixa, como era de 2003, quando a gente tinha num período que a gente tinha uma estabilidade.

Climática muito maior e uma estabilidade hídrica também muito maior. E de 2015 para cá é esses reservatórios, eles foram recuperados. Por que essa resolução tem que continuar fixa? E aí, então, por que nós temos que trazer pro CNRH?

Porque eu acho que cabe ao CNRH definir diretrizes e critérios gerais para esses tipos de situação, tá? Para que essas resoluções não sejam é fixas como a que a gente tem hoje, mas que a gente precise de estar alterando de acordo com a sazonalidade.

Climática e hídrica que a gente tenha na bacia e ninguém melhor do que o CNRH para poder definir essas diretrizes e critérios para que a Ana, como junto com ANSO responsável por essa, é definição dessas regras operativas.

Tenha uma chancela acima dela e que te traga mais segurança para poder estar fazendo essas alterações, não esquecendo que a gente não pode. Aquilo que eu falei, nós estávamos numa crise hídrica, não tinha como pensar em detalhes. A gente tinha que atender a demanda.

Que a gente tinha na ocasião, não tinha outra solução e nós conseguimos e demos conta do recado, mas na ocasião, nós não nos atentamos sobre perdas econômicas, financeiras. Como que ficou a questão do desenvolvimento dos desenvolvimentos regionais que a gente tem?

Vários focos. A gente tem a bacia do Guandu, que recebe a água dessa transposição e além de abastecimento, ela tem um polo industrial muito forte. A gente tem o baixo Paraíba do Sul, que depende dessas águas. A gente tem o vale do Paraíba Paulista, que essa captação é feita a montante dele, apesar de Cesar da gente saber também que hoje é, para vocês terem uma ideia, é a arrecadação hoje do CBHPS Paulista, OCBH Paulista estadual, 60% da arrecadação desse comitê.

Ela vem dessa transposição para São Paulo, sabe? Então é essa transposição acaba contribuindo e muito também para gestão, principalmente na parte Paulista. A gente não pode deixar de colocar essa questão, mas ao diminuir a transposição para o Guandu.

Essa cobrança, onde a gente 20% da cobrança do Guandu vem para o ceivap para ser investido na bacia do Pereira do Sul, essa arrecadação foi diminuída, então a gente tem que fazer esses pesos sem que a gente atrapalhe, sem perder de vista. Que eu acho que quero deixar isso aqui muito claro, sem perder de vista a importância de primeiro atender abastecimento humano, tá? Nós não estamos aqui questionando o que existe hoje de transposição para São Paulo, muito pelo contrário.

É o que a gente precisa é olhar essas perdas econômico-financeiras, ver o que isso pode estar acontecendo. E para isso a gente precisa de um estudo muito mais aprofundado, como o próprio levantamento. É no relatório que a que eu acabei de apresentar do ceivap.

Paralelo a isso, eu falei para vocês da das barragens do pombo Muriaé.

E se a gente olhar isso como um todo, esses barramentos do pombo guriaé, ele acaba trazendo regularização também para o baixo Paraíba do Sul, que dá uma folga para quem tiver a montante. Então é um conjunto de coisas que nós precisamos de olhar.

Mas que a gente precisa de um órgão também superior, que nos ajude, porque vai muito além do que um comitê é capaz de fazer. Quando a gente está falando desses reservatórios, a primeira coisa que eu fiz a pergunta pro Joaquim, falei, quem vai operar esses reservatórios? Comecei com Alexandre também. Eu acho sobre isso.

A gente está aí com OPL 4546, com esse grande problema que tem e que na verdade, ele foi criado inicialmente para resolver a questão de operação dos reservatórios que são sobre é a.

O chapéu do MDRE. Aí ele foi virando um cabide de outras coisas que foram sendo colocadas lá dentro. Tive oportunidade de conversar sobre isso com o Nelton também, numa reunião que a gente fez do representacaocnicombr de comitês de Melo.

Então é o que a gente precisa, é ter esse olhar macro. E a gente sabe que isso não é uma questão específica, só do Paraíba do Sul, é a Ana cria regras de alocação e tem criado e é necessário criar para outras bacias.

Mas se a gente, enquanto CNRH, não se debruçar e não criar essas diretrizes gerais, esses e critérios mínimos para que a gente faça essa, esse encaminhamento, a gente vai continuar com ações locais e que ficam enfraquecidas.

porque o comitê tem o seu limite de atuação. Nós precisamos de fortalecer essas nossas questões pelo CNRH do nosso lado, e para isso a gente precisa se debruçar sobre algumas outras questões. E aí, com isso, eu encerro a minha fala sugerindo. Dá até que a gente fica meio que com até meio que com preguiça de fazer a sugestão que eu estou, que eu vou fazer agora, depois do impasse que a gente teve aí, que atrasou em base 1 hora a reunião, que a minha sugestão. E aí conversando com a Nayla, Nayla, a gente conversou, a gente também.

Teve uma discussão, é anterior, para poder ver o que seria o melhor caminho. A minha sugestão seria a gente criar um grupo de trabalho. Olha só como é que a gente agarra na coisa, um grupo de trabalho.

No âmbito da plenária do CNRH, para que a gente trouxesse esse assunto e aí a gente pudesse, não. Como eu fiz hoje um apanhado muito gente, tem muita coisa, porque eu poderia estar enriquecendo nessas Apresentações. Eu fiz um apanhado. Muito superficial. Muita coisa aconteceu no âmbito do grupo de trabalho. A gente tivesse a oportunidade de estar apresentando tudo que foi feito, como se chegou, trazer os órgãos gestores dos 3 estados, trazer a agência nacional de águas, trazer o operador nacional do sistema, o Ministério de Minas e energia.

Trazer a light, que é a responsável pela transposição, não é membro aqui do comitê, mas é associado da abragel, é associado da abraj. Trazer a light para dentro dessa discussão, Por Ela ser responsável por essa transposição e a gente.

Trazer esse assunto para um âmbito nacional, trazer o conselho Nacional para dentro do assunto e evitar que a gente tenha novamente uma judicialização e seja o

judiciário responsável para se chegar a algum acordo e não a nossa instância máxima.

Está com isso eu encerro, agradeço a vocês pelo tempo que.

E vocês me dispensaram, estou aqui a disposição para qualquer questionamento que eu consiga ou possa responder, mas se eu não puder, o João está aí, ele tem certeza que vai me ajudar, mas a gente está passando. Eu acho que o João nem sei se está desde 2003, mas eu estou desde a crise energética de 2003.

e acompanhei isso nessa discussão desde 2003 com uma reunião lembro nunca esqueço reunião na Filho do Rio de Janeiro a gente estava com uma crise que ia dar problema de abastecimento e nós verificamos que a gente não tinha participação de nenhum município na época vocês terem uma ideia como a voz do

E do e do sistema de Gestão era curta. É os municípios mais impactados, principalmente o município do Rio de Janeiro, que seria impactado, não estava numa reunião como essa. De lá para cá, a gente já conseguiu dar grandes saltos, grandes passos. Se a ebap já se conseguiu.

Consolidou como um comitê é de Rio de domínio da união, com um comitê de integração com os comitês estaduais, mas aí eu acho que ainda faltam muitos passos para a gente percorrer e principalmente para a gente conseguir fortalecer o nosso sistema de Gestão, que de fato está muito em risco.

Obrigada.



CNRH 2:13:22

Alexandre.



Alexandre Saia 2:13:23

Do grupo H



CNRH 2:13:26

Filho comentário.

E a sugestão da aparecida aqui foi daí que surgiu agora, até depois das nossas conversas. Porque a criação do GT, eu acho que de fato é um encaminhamento bom. Se for de interesse dar mais celeridade a esse processo, é possível criar um GT vinculado a qualquer câmara técnica? A gente tem sete câmeras técnicas e ver que tem

Melhor, maior alinhamento. E esse GT não tem burocracia nenhuma para ser criado.

Basta ser criado dentro da Câmara técnica. Depois a gente já pode agendar uma reunião, não precisa de Gestão, de Gestão, de Gestão de Pereira, não precisa nada. E da mesma forma, ele pode ser, é, pode ser, tem a mesma limitação de 10 membros e de 10 representacaocnicombr, então ele funciona assim como um GT da Plenário. Só que com ele é mais fácil de ser criado e de ser. Conduzido, então fica essa sugestão aí.

A **aparecidapimentelvargas** 2:14:19

Qual é mais limitado? OGT na Plenário? A gente tem condição dele ser mais amplo, não é isso, Nunes?



CNRH 2:14:26

Não ele, a gente pode o pode ser convidado até mesmo pessoas que não nem conselheiros nem conselheiros sejam. Pode ser indicação livre e basta ter alinhamento com a pauta mesmo. Pode ser, pode participar. Limitação é de 10 membros, assim como.

A **aparecidapimentelvargas** 2:14:27

Não.

Tá.

Não estão lá.



CNRH 2:14:42

No GT da Plenário, então, na prática, ele funciona da mesma forma.

A **aparecidapimentelvargas** 2:14:43

Gustavo e você sugere alguma câmara? Tem certeza que você já deve ter pensado nisso?



CNRH 2:14:50

É, eu acho que nós temos algumas opções, acho que é acetate, ACTPA, é.

Até mesmo a ctec professor Jefferson está aqui, coordenador da ctec, talvez caberia.

Eu excludo algumas, excludo Caldas, Caldas, é segurante, barragem, água subterrânea e a cetel, o cobrança e o torna. Então eu excludo essas, acho que as outras 3 excludo 4 as outras 3.

A **aparecidapimentelvargas** 2:15:06

And.

Cobrança e outorga.



CNRH 2:15:17

Teria um alinhamento, sim, para se fazer.

A **aparecidapimentelvargas** 2:15:20

Eu sou Jefferson com a mão levantada, vamos ver o que ele vai ter para falar na vez dele.

AS **Alexandre Saia** 2:15:21

É, eu vou.

Eu vou passar a palavra por ordem na ordem agora para os conselheiros e conselheiras, mas nela eu já peço para você só ao final que a gente colocar em deliberação a criação do GT é o procedimento que a gente vai adotar, tá? Se a gente sair daqui hoje já com indicações ou se como vai ser esse procedimento, tá bom? É João Siqueira.

JS **João Siqueira** 2:15:46

É, eu agradeço muito. Bom dia a oportunidade me dada aqui de fala no conselho Nacional, mesmo não sendo membro efetivo, João Siqueira, diretor do baixo Paraíba do Sul, estou aqui falando em nome da diretoria do baixo Paraíba do Sul. Estou ao lado do Presidente neste momento.

E queria é dizer Aparecida que obrigado pela lembrança do papel da diretoria anterior e muito obrigado por você saber conduzir um processo é integrado e participativo de forma contínua.

Não limitou uma decisão de uma diretoria ao longo do tempo. Isso é muito importante para todos nós. A continuidade de um processo e eu acho Aparecida que essa sua fala, a sua apresentação de hoje nesse espaço desse fórum de discussão nacional.

deveria ser colocada no estandarte tal a profundidade a clareza e a objetividade da sua fala a gente reforça tudo o que você falou exatamente gostaria de complementar pequenice umas coisas é o papel dos Santos e foi de então

Sim, mas nós do baixo Paraíba do Sul conseguimos, através do cevap, escrever um artigo dessa resolução 382, que foi aquela que aumenta a defluência de Santa Cecília para o baixo Paraíba do Sul, vamos dizer assim.

Não é quando o reservatório chegasse acima de 80%, infelizmente, eu gostaria de elogiar reiteradamente a papel da agência Nacional de águas, mas infelizmente, na reunião do GTH de julho do ano passado, nós, o reservatório estava acima de 80%. Nós requeremos aumento dessa defluência por baixo nos.

Foi negado, nós cevap e isso, infelizmente, tem que ser dito porque é um fortalecimento dessa gestão participativa dos comitês. Nós precisamos lutar arduamente por isso. Foi falado aqui hoje pela pela pela que os órgãos gestores, as decisões superiores.

Observem a gestão participativa integrada que nós fazemos aqui, porque só nós sentimos na pele a falta de água, como nós do baixo Santos. Para terminar mesmo é, eu gostaria de ressaltar também, Aparecida, que é essa questão de se você falou de segurança hídrica.

Para bacía, de fato, é essa porte de água para São Paulo, aprovado pelo pelo pelo conselho de governadores lá, junto com o ministro Fux, deu segurança ainda de São Paulo. Agora houve um aumento, deu mais segurança ainda de São Paulo e nós não somos contra isso.

Muito menos a transposição para o Rio de Janeiro, que está consolidada. Mas nós precisamos aparecida da segurança hídrica toda a bacía que não existe hoje.

Segurança hídrica de Santa Cecília, a Foz do Pereira do Sul, o médio Pereira do Sul é a porção de pior qualidade da bacía de água da bacía do Pereira do Sul e a Foz do Delta do Paraíba é a porção que mais.

Mas falta alga ao longo do tempo nessa bacía do Pereira do Sul. Para terminar, juro e prometo. E você disse muito acertadamente que é essa aquele trabalho da agência Nacional de água de 2012 não previa um ajuste de.

Reservação de água nos reservatórios propostos para Bastos do Palmoria e hoje essa necessidade é premente. Eu gostaria de fazer destaque a essas coisas que você falou. Só apenas um destaque para nós. Bastos Paraíba do Sul, somos membros do ceivar. E baixo Paraíba do Sul. Temos que ter uma visão macro repetindo a sua fala mais uma vez de toda a bacía e não apenas as 2 metrópoles que nós não somos contra da cada vez mais segurança hídrica, mas nós também na segunda parte, que eu chamo de Paraíba 2, precisamos da mesma segurança hídrica que a metrópole tem hoje. Muito obrigado.

Estou até emocionado aqui em participar dessa fala e ouvir toda a sua apresentação. Foi uma honra ter participado e agradeço a direção ter dado a fala.

AS Alexandre Saia 2:19:46

É o sóler é esclarecendo. O João não é conselheiro, mas foi concedida a palavra a ele pela conselheira. É Aparecida Vargas, Jefferson.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 2:19:59

Bem, bom dia de novo a todas as pessoas que estão aí. Aparecida, é interessante que a gente vê o mais do mesmo. É horrível isso. Quer dizer, a gente já estava com a dificuldade anterior. Essa dificuldade continua.

As ações são.

Eu ia falar um termo forte, bífias. Aí falei, você sabe que realmente não foram tão Fortes assim. O que foi colocado aqui para criar SGT fica à disposição. A Câmara técnica de é.

Educação, ciência e tecnologia para criar esse Gestão, mas ele tem que ser conjunto. A visão macro aí que o João falou, tá? E assim, com ações realmente que possam é ser mais dinâmicas do que as que estão sendo tomadas atualmente, porque não sei se vocês passaram por isso aqui na nossa região, nós passamos por.

Por uma crise em 2021 também.

Não é com falta d'água, com perfuração de poços. Então acho que é importante e urgente é se criar esse GT, como foi falado aí pelo próprio Alexandre, pela pela Nayla e nessa Câmara técnica que está aberta.

A que seja feito qualquer tipo de ação para isso, mas com a abertura para que outras pessoas também entrem e seja uma coisa mais conjunta, se for possível.

AS Alexandre Saia 2:21:27

Obrigado. Vou passar para o Ângelo e alerta os conselheiros e conselheiras do tempo máximo de fala. Tá 3 minutos, por gentileza, Ângelo.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 2:21:35

Gastei um e-mail, Hein?

AL ANGELO LIMA 2:21:40

Montenegro.

Bem, eu acho que, sem dúvida nenhuma, pensar nessa questão das crises hídricas ou mesmo é, diria que alguns aspectos são, ausência e crise de governança.

Mas eu acho que valeria a pena aproveitar esse GT ou mesmo, especialmente, eu acho que talvez nessa Câmara Técnica de Planejamento, porque quantas vezes nós vamos falar

Desse programa de crise hídrica e sempre pensar quase que exclusivamente numa única alternativa, que é transposição. Obras de transposição que precisam de muita energia, inclusive, para poder.

Fazer a transposição é, nós estou aqui no simpósio da associação brasileira de recursos hídricos e ontem tivemos um debate que teve muito. É alusão a isso, esse aspecto de crise hídricas e as.

Alternativas utilizadas para resolver a crise hídrica e quase sempre se pensa somente em transposição.

É e não se trabalha em outras alternativas que evidente que no momento de crise tem algo emergencial a fazer, mas passada a crise, é qual é a solução?

Aí a gente volta novamente com São Paulo, com problema de crise hídrica. Claro que tiveram obras importantes que a gente que tiveram no pelo estado, enfim, e mais outros alternativas, inclusive.

A questão de revitalização das bacias é de recuperação das bacias hidrográficas são insuficientes se pouco existentes para que a gente possa pensar.

Em alternativas, quer dizer, quantas vezes teremos crise hídricas e sempre trabalharemos somente na crise ou insuficientemente com alternativas para que essa crise não tenha a única alternativa ou seja a única alternativa à transposição.

E falando de uma transposição de uma bacia para outra, onde uma bacia como do Paraíba do Sul, que tem inúmeros desafios, inúmeros problemas para garantir, inclusive, abastecimento de água para a própria bacia.

E os diversos números que tem na bacia e ainda mais falando lá da região da Foz do Paraíba do Sul, como o João Siqueira falou que a gente então assim, eu acho que o. OGTE, mais do que nunca, trazer para o debate para.

Para o conselho, é fundamental que a gente traga o debate de pensar na diversidade e no mosaico de soluções, para que, inclusive, essas crises se acontecerem, porque as mudanças climáticas estão aí.

A gente não fique só esperando e aguardando que a chuva chegue ou colocando às vezes como alguns gestores fazem de colocar a culpa na chuva ou da ausência da chuva. Então é acho muito importante.

e de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de
Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de
Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de
Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de
Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos de Melo Santos e
A solução parece ser para alguns somente infraestrutura cinza, e não é porque no
médio longo prazo, evidente que se a gente não começa um trabalho de
recuperação de bacias, porque ele não é no nosso.

Para enfrentar ainda mais agora com emergência climática, e isso o trabalho e inclusive olhando para a área urbana dos municípios, pensando na no conceito, inclusive trazido.

Sobre recomendações que poderiam ser feitas para além de pensar em infraestrutura cinza na solução, inclusive de médio e longo prazo de fato para essas crises.

É John Raiser. Bom, a gente está usando essa funcionalidade do Teams agora para ajudar vocês com o tempo, tá? Então pedimos que se atenham aí aos 3 minutos, João.

Mudo, João.

Continua mudo.

AS

Isso então vamos passar aqui para o Elias, depois verifica o equipamento aí.
Ele está com o microfone desligado.

E **Elias Adriano dos Santos** 2:28:00

Mano, parabéns aparecida pela apresentação. Acho que mostrou o que o seibape vem fazendo ao longo desse tempo aí com relação à questão da Costa e após aquela aquele acórdão lá aparecida, o dentro das condicionantes.

É foi solicitada a criação de um plano de programa de educação ambiental voltado para questão de segurança hídrica na bacia do Pereira do Sul, que é o pepea, que é PGR, é foi PGRE. Esse documento vem para o Cervap por obrigação de fazer um plano.

De educação ambiental para a questão de segurança hídrica, que hoje se transformou no plano programa de educação ambiental para Consuelo do Paraíba do Sul para os próximos 15 anos, que está se trabalhando com o gestor é o Eduardo. Então é essa questão que tem que ser.

Tem que ser levado. Uma outra coisa é a aqui na parte Paulista, é a transposição. Ela tem OX 13. Ela é acrescentado um valor a mais dentro do daquele, daquela, daquela equação da cobrança.

E diante disso, quando começou a ocorrer essa questão da transposição, como a Maria Aparecida disse, é aumentou o valor.

Para distribuição de recursos para projetos na bacia do Pereira do Sul, devido a essa questão da transposição, o valor, que era de 300000 BRL para revitalização de bacias de abastecimento público na parte Paulista, que era 300000, passou para mais de 6000000 de reais.

Com isso, criou-se vários programas, dentre eles o protetor da Mantiqueira e o produtor sustentável é que vem revitalizando o Bastos na região da Mantiqueira.

AS **Alexandre Saia** 2:29:48

Alexandre.

E **Elias Adriano dos Santos** 2:29:54

A nossa, a nossa é de suma importância, porque ela abastece tanto a bacia do Rio Paraíba do Sul como a bacia do Rio Grande.

É totalizando. Se a gente for colocar em população, dá mais ou menos 25000000 de pessoas. E esses produtores estão na no entorno do monumento natural Mantiqueira

Paulista e são 95 produtores.

Que está sendo é beneficiado nesse processo, além da representacaocnicombrica, também com a implantação de biodigestores, então assim.

Tá se andando dentro desse processo e além do programa mananciais que o ceivab tem para a questão de revitalização de base hidrográfica, então acho que a gente precisa também discutir isso aí e voltar para a questão do pagamento por serviço a vantagem para o produtor rural.

Que eu acho que é quem está aonde está a aparecida de abastecimento público e a nossa bacia, através do estudo, tem muita coisa para se fazer e que a gente aprenda com os com a questão da das crises.

Eu já disse uma vez aqui, a gente até hoje não quantificou. Quanto que custou as crises hídrica para o Brasil, para o país? Quanto que isso impactou dentro do nosso produto interno bruto? A última agora de Queiroz de Queiroz de Queiroz de Queiroz de Queiroz de Queiroz de Queiroz de A

É para a gente tomar uma medida de mitigação e uma ação preventiva para que isso não ocorra. Qual é o número? A gente fala, acontecia, imagina, a gente tem que ver número. Quanto que isso custa? Como é que a gente vai? Como é que nós vamos é mobilizar e sensibilizar outros setores se a gente não tiver um número concreto de quanto a crise?

Vem causando causa dentro do PIB, é dos estados e principalmente do país com n fatores. Aí está bom, obrigado a todos aí.

AS

Alexandre Saia 2:31:50

Obrigado, Elias é João Ricardo.

J

Jefferson Nascimento de Oliveira 2:31:58

O João saiu, tá tentando entrar de novo, viu Alexandre?

AS

Alexandre Saia 2:31:58

E a tempo, ele saiu.

Tá, então eu já passo para nosso apoio técnico da agência Nacional de águas, a Ana Carolina.

A

Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro 2:32:11

Bom dia a todos eu.

Eu gostaria só de tirar uma dúvida, agradecer a Aparecida pela apresentação e só tirar uma dúvida a respeito. Se SGT seria apenas para o Paraíba do Sul, se a proposta é apenas Paraíba do Sul. Queria também aproveitar que esses 2 minutinhos. que tenho aqui chamado Doutor Joaquim também que tá aqui nos apoiando e acompanha é todos os trâmites que ele também queria trazer algum alguns pontos aí Doutor Joaquim tá online

J Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho 2:32:44

Sim, é só para esclarecer alguns números que vai ficar bem real. É até hoje é o sistema aqui da transposição do Cantareira. Não usou água do Paraíba do sul adicional. Ele está hoje com 1 o volume abaixo da cota dele.

Ele deve participar com é trazendo água a mais a partir dos próximos dias, já que ele está com 161,6 milhões e a cota é 162000000, tá? Então não usou a água mais. E essa cota?

Só para a gente ter ideia de sensibilidade de números, traz a média de 5,13 para 5,92. Nós estamos discutindo zero 8 m³ segundo para abastecimento da maior metrópole da América Latina, 0 8 m³ segundo o Paraíba do Sul hoje.

Só para ter ideia de números, também está com 39,65% do seu volume e a curva de segurança dele é 15%, é. E só para ter ideia de números também é a vazão que hoje está indo para o Rio de Janeiro, lá do Guandu, em Pereira passos.

Tá de 148 m³ por segundo, quando o previsto na resolução é 120 e tá indo por baixo Paraíba do Sul, 84 m³ é por segundo, quando o previsto é 71. Então eu acho que a discussão.

Precisa colocar os números corretos. Tá certo? É. Existe um ambiente para a discussão que chama gaops, que é formado pelos entes dos estados, mais o operador nacional sistema, mais é OAGE, é o comitê.

Tá certo? E essa discussão não chegou lá. Então a reunião do gaops acontece no dia 8 de dezembro e estamos à disposição para discutir isso e achamos que esse assunto devia antes passar pelo gaops, que é a instância correta de mediação.

Do conflitos na bacia do Paraíba do Sul, em primeira instância, como é o caso que está sendo colocado aqui, muito obrigado.

AS Alexandre Saia 2:34:43

Obrigado Joaquim o João Reiser.

JR **João Ricardo Raiser** 2:34:46
Alexandre, voltou, vocês me ouvem?

AS **Alexandre Saia** 2:34:48
Voltou, sim.

JR **João Ricardo Raiser** 2:34:49
Maravilha, vamos pelo celular, é? Então é. A gente tem 2 importantes reflexões que a gente precisa fazer recente e nós temos é sentido em como o grande é no sistema, é de não reconhecimento do sistema.
Aí para mim, isso é um fato que precisa ser enfrentado e precisa ser trabalhado. Outro ponto é que nós precisamos cumprir também nossas atribuições. Eu estou presidente também como presidente do comitê da bacia do Rio Meia Ponte. Para mim, o Meia Ponte tem um dos uma das grandes estratégias de enfrentamento a processos de crise.
Ela começou em 2018, quando não tinha o que fazer e para mim parece ser semelhante a essa do Paraíba do Sul. Chegou uma crise, não tinha regras, não tinha diretrizes e instituições ocuparam um espaço que precisava ser ocupado para enfrentar um problema. Não houve o reconhecimento inicial do comitê, isso eu estou falando lá de 2018.
A partir de 2019, o comitê puxou para si o seu o papel de definir diretrizes para esse processo e desde 2019 até hoje, a situação enfrentada na bacia, nós não apesar de ter também enfrentado problemas de disponibilidade hídrica, com redução sensível das vazões em razão da estrutura que foi montada e da definição.
de Diretrizes por parte do comitê em articulação com o órgão gestor, que é a semar de Goiás, exercendo o seu papel de órgão gestor, se atingiu o objetivo que era garantir segurança hídrica para a bacia e estão sendo tomadas providências para regularização de todo o processo de alocações de vazões.
E et cetera. Não é um processo simples, mas o meu questionamento é que eu queria fazer para Maria Aparecida. Seria nesse sentido, é muito ruim. E é mesmo. E nós temos vários exemplos nesse sentido do Brasil, do setor judiciário, é ou de outras articulações que estão avançando sobre questões que eram para ser participativas. Mas a minha pergunta seria, como que o Paraíba do Sul se posicionou depois daquele momento da crise de 2013 a 2015, para o acompanhamento e para

definição e para ocupar o seu espaço e definição das diretrizes como órgão colegiado, como base para essas discussões?

E dito isso, que aí que eu entendo que é a grande questão, que o comitê precisa exercer o seu papel e não sei como foi isso do Paraíba do Sul e para mim não ficou tão claro na apresentação, mas que a gente possa, que o Paraíba do Sul possa exercer o seu papel.

Puxar para si as suas atribuições, não deixar que isso vá para o judiciário exercendo o seu papel, porque se fica o espaço vazio, alguém vai querer ocupar. Então é mais ou menos nessa nessa pergunta e uma sugestão de que eu não sei se eu não entendi pelo menos na proposta, acho que o mérito da proposta é interessante.

Santos é, mas teríamos que ver de novo do que está sendo proposto, se é uma situação ou uma diretrizes para a política nacional ou se é uma questão é específica da bacia do Paraíba do Sul e que se a gente optar pela criação de um grupo de trabalho, que a gente tome a decisão.

É do mérito dessa criação, mas que seja trabalhado de forma mais clara, porque eu não entendi efetivamente quais vão ser as atribuições de um grupo de trabalho. É dentro do conselho Nacional. É para discutir ou apresentar as contribuições para a equalização? É.

É da questão. Então, se for a decisão de criação do grupo de trabalho que a gente tem aí um tempo, é e como foi proposto uma reunião extraordinária para tratar é daquele questionamento sobre é OA medida provisória que foi convertida em lei que afeta.

A questão do sistema e como que a gente vai se posicionar sobre isso, que pudesse ser tratado também especificamente aí para a gente ter um pouco mais de tempo para discutir, é as diretrizes e as atribuições desse eventual grupo de trabalho. Mas o questionamento inicial era, como que o Paraíba do Sul se posicionou e quais foram as diretrizes apontadas pelo comitê para o enfrentamento desse processo?

Não é porque muitas vezes, de novo, os setores acabam invadindo os espaços porque tem uma lacuna, é de atuação, é no processo.

Obrigado.

AS

Alexandre Saia 2:38:53

O antes de passar para Aparecida, a gente tem o pedido de fala aqui do André Luiz Santos, do comitê do Paraíba do Sul. É fazendo valer o regimento. É, eu pergunto se

algun conselheiro concede a palavra.

Para o André.

A **aparecidapimentelvargas** 2:39:09

Eu conselho do Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 2:39:11

Perfeito, André.

A **Andre Luiz Sanchez Navarro** 2:39:14

É bom dia a todos. Na verdade, peço desculpas. É, estou. É na verdade aqui em nome da Marcelo, que é representante do conselho estadual aqui de São Paulo. Eu sou da SP agas, agência reguladora aqui de São Paulo, segurança hídrica.

E, na verdade, só é agradecer inicialmente a possibilidade de fala, é.

E explicitar que em relação a essa autorização suplementar para captação do bombeamento solicitada esse ano, Ela Foi discutida numa reunião do gaops no dia é 9 de setembro.

E com a participação, então dos órgãos gestores e a acho que o doutor Joaquim gondim da Ana já apresentou aqui a dimensão dessa captação suplementar é justamente.

Para garantir, enfim, auxiliar na segurança representacaocnicombr da região metropolitana, mas também da região do da bacia do Rio Piracicaba. Então acho que só fazer esse reforço por aqui e também procedimento que ocorreu.

Em 2021, em 2021 também a gente solicitou essa complementação. Também passou por análise desses dessa desse grupo formado pelas instituições que atuam na gestão de recursos hídricos nessas regiões.

Agradeço a palavra.

AS **Alexandre Saia** 2:40:47

Aparecida Vargas com o questionamento aí do João ryzer para ser respondido.

A **aparecidapimentelvargas** 2:40:52

Acho que não. Eu acho que eu queria responder, não. Acho que a Ana Carolina também me fez uma pergunta. E eu queria falar também em função da fala do Joaquim e do André. É primeiro, é. Eu acho que eu deixei muito claro que é a nossa,

a nossa proposta aqui em nenhum momento foi.

É questionar ou criticar a transposição Paulista que está acontecendo agora. É prioridade de uso, é abastecimento humano. E eu acho que eu deixei. A gente está indo para um ponto que para mim não é o ponto focal do que eu estou apresentando. E isso está me preocupando, é.

Joaquim primeiro, eu gostaria de o Joaquim sabe a deferência. Eu sempre faça o nome dele. Peço desculpas se a gente não levou primeiro ao Gaops, mas a gente perderia essa janela de prazo. Próxima reunião do CNRH é só em maio, tá, Joaquim? Por isso não foi levado antes ao gaops.

E eu faço minha culpa. Eu tive cuidado. Eu conversei ontem e anteontem a gente está na BR hidro. Eu conversei sobre isso com o Marcus Neves, com o Lazareno, com o Tiago, dando alguns nomes, tá? E sabe com um erro de.

Enorme da minha parte eu não fui. Você sempre me atendeu a todo e qualquer tempo. Eu não peguei o telefone e fui tentar falar com você para falar porque que a gente estava querendo fazer isso. Então eu peço aqui minhas desculpas públicas a você sobre isso, tá? É? Durante a minha apresentação, eu deixei muito claro que o ceivap.

Sempre teve uma deferência muito grande, tanto da Ana quanto da OMS. Alves, vocês são os tomadores de decisão e nós sempre fomos ouvidos. Eu não sei se você conseguiu acompanhar a minha apresentação e eu não entrei no detalhe de.

Quanto que tinha sido? Eu só falei que foi autorizado. Eu não entrei no detalhe de quanto foi autorizado, se foi passado, se já foi transposta alguma coisa a mais ou não, justamente porque eu não queria trazer para essa apresentação essa questão como foco.

Está, é esse, não é o.

O foco na apresentação? O foco na apresentação é a gente fugir de judicializações, é a gente tentar trazer alguma questão no âmbito do conselho nacional para que a gente enfrente essas crises hídricas, que a gente use o Paraíba do Sul como exemplo. Templo como modelo, porque a gente for definir, mas que isso sirva para outras bacias. A gente sabe que isso não é uma regrinha matemática, que você vai criar alguma coisa que vai ter que servir para todas as bacias. A gente vai ter que se debruçar sobre isso. E aí respondendo ao João.

É, não foi espaço ocupado que estava vago. João o ceivap. Se você viu a apresentação ceivap atuou em todas, inclusive aquelas 17 resoluções publicadas pela agência Nacional de águas. Eu falei sobre OGTOH, falei sobre nossa atuação, eu falei

sobre esse estudo que acabou de ser feito.

Tá se entregue no ceivap sobre sobre a questão da do Balanço hídrico da bacia. Então o ceivap não deixou de ocupar espaço, mas o judiciário não funciona nessa mesma linha. Se entra uma ação lá dentro, ela segue.

O que a gente precisa é não deixar isso acontecer. A gente precisa se posicionar e não deixar que isso aconteça. Isso não significa que não exista atuação nem do ceivap, nem da Ana, nem do OMSE, nem de qualquer ente que esteja envolvido nessa questão.

E para fechar, já estou lá com 20 segundos a mais, eu gostaria de sugerir, apesar da Ana ser o apoio técnico à Secretaria Executiva, ao criar esse GT, que eu acho, Naila, que talvez seja CTPA em conjunto, talvez com a CETEC, como o Jefferson colocou, porque a gente vai precisar de alguns estudos, mas a

TACTPA é a Câmara de planejamento, é a Câmara que tem, que tem a ver com os planos e a gente pode estar tentando. Eu a inicialmente eu gostaria que ela fosse a plenária, sabe? Mas se vocês acham que o melhor caminho é por uma Câmara técnica para dar mais agilidade.

A gente pode ir nesse caminho, mas é complementando, além da Ana como apoio técnico, eu gostaria de sugerir que a gente tivesse como convidados permanentes não a agência nacional de águas, mas a superintendência de eventos críticos do Joaquim.

ONSA, Sabesp e a light, que são os 2 responsáveis pelas transposições hoje existentes e o sevap, claro que foi o autor da demanda e a gente vê como é que a gente consegue levar essa questão, mas esses 4 convidados permanentes eu acho que não pode faltar.

Então eu encerro mais uma vez, Joaquim, pedindo minhas desculpas públicas e dando a minha justificativa de por que a gente apresentou isso hoje, não em maio. E a gente não quer que isso vá parar em STF novamente. A gente sabe que uma ação civil pública acontece.

por conflito, por não entendimento, por não acatar o que as decisões que foram tomadas. A gente não tem como fugir disso, mas a gente tem como orientar e pedir para que isso não aconteça e a melhor forma que a gente tem de fazer isso é dar maior voz e maior amplitude ao que a gente está fazendo.

Tá, obrigada.

AS Alexandre Saia 2:46:08

Obrigado, Aparecida, eu na condição de coordenador da Costa.

A aparecidapimentelvargas 2:46:10

Espero que eu tenha respondido todas as perguntas, tá, Alexandre?

AS Alexandre Saia 2:46:13

É.

Não é? Eu acho que sim. Como coordenador da CTP, eu concordo com você, tá que acho que é o local mais indicado para discutir essa questão, tá? É? Não há mais considerações.

Eu então a gente antes de colocar em deliberação a criação do GT naila, você pode explicar então esse procedimento? Como vai ser feita se a indicação vai ser feita hoje ainda ou se isso vai ser feito posteriormente?

H



CNRH 2:46:47

Eu, Alexandre, sugiro o seguinte, que então esse encaminhamento sai da Plenário para ACTPA, você, já como coordenador, já está recepcionando da indicação para a criação desse GT com essa finalidade específica vinculada a esse item de pauta dessa reunião.

AS Alexandre Saia 2:46:53

Mhm.

Mhm.



CNRH 2:47:03

É quanto aos indicados. Já fica registrado então essa manifestação da Aparecida, de do convite a ser feito às a essas entidades, e aqui em Plenário, Eu Acredito que a gente já pode escolher manifestação de interessados para participar do GT.

E a gente vai ter aí com esses nomes, a gente busca o que se espera também, que tem OGT, que é aquela a paridade de setores, para que tenha uma boa representação de todos. É do todos os conselheiros, todos os segmentos no.

No plenário e aí na CTPA de fato, na CTPA gente vai consolidar essa formação no

momento da reunião, na próxima reunião do CTPA já é DP, já pode ser pautada nela. Dia 8 de dezembro tem a próxima de reunião do CTPA agendado, que é a última do ano.

Ali, se for possível, não sei como é que está a programação, mas se tiver tempo hábil, a gente já pode pautar. E ali sim, consolida a formação com os 10 integrantes. É para compor esse GT vinculado à Câmara técnica.

AS Alexandre Saia 2:48:06

Perfeito, João Raiser.

JR João Ricardo Raiser 2:48:11

Para deixar registrado já, então, é o pedido dos comitês de bacia, seja o Paranaíba ou o ceivap, que tem um na composição da CTPA para participarem do grupo de trabalho também.

AS Alexandre Saia 2:48:24

OK, Alberto.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:48:28

Não, Alexandre, eu só tô pedindo a palavra para que ao fim da discussão e da deliberação desse ponto, a gente possa voltar naquele outro ponto que ficou em aberto para que a gente, enquanto secretária executiva, se posicione em relação ao que foi relatado aí por alguns conselheiros e relacionados à questão de criação de grupos de trabalho
Quanto do Plenário da CNH.

AS Alexandre Saia 2:48:50

Perfeito, Alberto é Jefferson.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 2:48:54

É com relação a também a esse grupo de trabalho. Eu não sei quem é que está representando. Sinceramente, me perdoe a Otep na CTPA, não é? Mas se a pessoa não tiver, é tempo.

Eu gostaria de colocar o meu nome para participar também desse grupo de trabalho e também recomendo. É Aparecida. Você recomendou fortemente o Joaquim, mas

também o Marcelo Medeiros ou alguém dessa parte de dessa superintendência, que é importante.

A questão de dados não é sem dados. A gente não pode fazer muita coisa, embora a gente saiba que existem vários dados e várias informações, é isso. Muito obrigado.

AS Alexandre Saia 2:49:36

Registrado Aparecida.

S Segatti 2:49:37

Grossi comida.

A aparecidapimentelvargas 2:49:38

É primeiro só justificar porque que eu não indiquei os órgãos gestores estaduais, é porque eles estão abarcados como membros através da dos conselhos estaduais e a gente tem eles na setup, porque, é claro, não dá para ser, é seguir esse caminho sem a partir.

a participação de Minas Rio São Paulo tá é Te juro que eu esqueci que que eu ia falar você acredita mas segue eu vou tá E aí agora enquanto membro do CNRH membro do CTPA enquanto setor hidrelétrico

AS Alexandre Saia 2:50:08

Se lembrar, você pede a palavra, depois está?

A aparecidapimentelvargas 2:50:17

Colocar é a.

A nossa também intenção de participar nessa vaga, enquanto na nossa vaga de setor hidrelétrico está.

AS Alexandre Saia 2:50:30

OK, é Elias.

E Elias Adriano dos Santos 2:50:35

É o cevap se coloca como integrante deste grupo aí. Acho que é como integrante da Marcelo. Marcelo aparecida, acho que cevap tem que estar presente dentro desse processo aí. Obrigado.

A **aparecidapimentelvargas** 2:50:46

Concordo, Elias, e não falei, porque você é o representante do ceivarp aqui no conselho. Caberia você fazer essa está.

AS **Alexandre Saia** 2:50:59

Perfeito.

Alexandre Vilela.

A **Alexandre Luis Almeida Vilella** 2:51:04

Olá, Alexandre, bom dia, bom dia. Os conselheiros. Nosso titular, Mário acho que precisou se ausentar um pouquinho, não só também aqui colocar o setor industrial à disposição para contribuir, embora membro da CTPA, mas também pleitear aqui um assento, até pelos parques industriais que estão envolvidos, a própria gestão do Cantareira, do qual a fgesp tem envolvimento direto.

Então, também pleitearem um assento para poder contribuir nessa discussão.

AS **Alexandre Saia** 2:51:27

Perfeito registrado a.

A **aparecidapimentelvargas** 2:51:30

O vídeo colocou uma questão aqui no chat, que eu até tá difícil de abrir aqui para mim, mas falando sobre a importância de não só a Sabesp, mas a Auren também, como eu coloquei a Light, estar como convidado permanente, uma vez que são eles, né, no reservatório deles é que é feita

Essa operação lá em São Paulo. Com isso, a gente já tem 5 convidados permanentes, mas eu acho que é importante de fato. Imagina se fosse colocar os órgãos gestores estaduais ainda, mas é a minha Marcelo Fonseca, não sei se ainda tá aí.

Mas a minha, ao não colocar os órgãos gestores estaduais, eu não coloquei, porque eu sei que eles estão representados do pelos conselhos, tá? E não realmente não tem como eles não estarem nessa discussão.

AS **Alexandre Saia** 2:52:20

Perfeito, então colocamos em deliberação aqueles que concordam com a criação do GT no âmbito da CTPAE permaneçam como estão.

Aqueles que são contrários, que se manifestem.

Sem abstenções, aprovado por unanimidade.

Bom, é não havendo tempo antes do intervalo de pautar o próximo item. É, eu queria abrir a palavra para a Secretaria executiva em função dos questionamentos que foram colocados, tá? É anteriormente em relação.

A assinatura da resolução das resoluções. Na verdade, eu vou passar a palavra para o Alberto então, Alberto.

A

Alberto Batista da Silva Filho 2:53:09

Pereira de Almeida.

É bom, é que a gente queria posicionar. É realmente o debate se estendeu naquele momento, não era? É previsto que tantas conselheiras quisessem se posicionar. Por isso a gente respeitando o que foi.

pedido pelo Alexandre Saia naquele momento, deixamos a discussão correia até para a gente poder fazer as declarações que são necessárias nessa Agenda, mas a gente não pode deixar de se posicionar sobre a ilação que foi que foi colocada de que na verdade a Secretaria Executiva está tendo

Comportamento de procrastinar alguns encaminhamentos é para que ela que não dê celeridade a.

Os a deliberações que foram emanadas aqui pelo CNH. Então aqui já na presença também comigo, do Eduardo Gomides, que trabalha conosco, a gente vai espelhar e mostrar a vocês AO porquê.

De a gente seguir aquele rito processual que foi comentado sobre OGT da do PL 4546 e a gente esclarecer isso de uma vez por todas para vocês, conselheiros e por CNRHE para quem está participando da reunião.

Eduardo, você quer pegar uma live? Bom dia a todos. Todo mundo consegue me ouvir, Alexandre.

AS

Alexandre Saia 2:54:37

Sim, pode falar, Eduardo.

A

Alberto Batista da Silva Filho 2:54:39

Maravilha, é, eu compartilhei com uma tela, não sei se está aparecendo aí para vocês.

AS Alexandre Saia 2:54:45

Tá aparecendo sim, Eduardo.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:54:47

Tá beleza, vou aumentar um pouquinho aqui pra facilitar a visualização.

W Wilson de Azevedo Filho 2:54:48

Mas se puder aumentar, se desculpe, mas isso aumentar.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:54:56

Eu acho que não vai conseguir aumentar a letra por conta do documentos, mas deixa eu ver aqui ou talvez por PDF eu.

W Wilson de Azevedo Filho 2:55:01

Melhorou, melhorou.

Obrigado.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:55:05

Deixa eu só.

Fazer aqui, espera aí, vou só parar a transmissão coisa rápida, 2 minutos.

Eu vou conseguir aumentar a letra para vocês.

Alexandre.

Melhorou Wilson.

AS Alexandre Saia 2:55:22

Sim, melhorou bastante.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:55:24

Maravilha. O que acontece é toda deliberação que sai do CNRH. Existe uma hierarquia procedimental aqui no Ministério em que, após a deliberação do CNRH, isso vai para a conju para poder verificar as questões de legalidades e procedimentalidade do.

Das decisões e após isso, é levado para o secretário, executivo e o ministro para poder fazer a assinatura. No caso da instituição do GT, do PL 4546, por que até hoje

não seguiu em frente?

A conjur deixa eu botar aqui no manifestar na menos da conjur.

A conjun em suas manifestações, ela sugeriu que fosse observada a 33 aqui.

O disposto no artigo 42 do decreto 2002 qual é? Qual é? Qual o que se trata? Esse artigo 42 é a questão da anuência prévia da casa civil acerca da criação de colegiados. E aí ela.

Sugeriu que deve ser teria certificado a necessidade, no caso, submetendo feito a aprovação à casa civil, haja vista a previsão de participação de mais de um membro do governo federal. Essa esse documento que eu estou espelhando é uma nota técnica a Secretaria executiva emituiu.

Junto assim, quando vem a manifestação da conju, esse processo volta para a gente fazer análise técnica do que foi solicitado pela conju para depois encaminhar para a Secretaria executiva para poder colher as assinatura, para colher a assinatura do ministro no item 3 ponto 33.

Só fazer um adendo aqui no ministro na condição de presidente do conselho Nacional, exatamente no item 3 ponto 37 dessa nota técnica, a Secretaria executiva é fundamentou, justificando a desnecessidade.

Da anuência prévia da casa civil para a criação de GT do Plenário, justamente porque a criação de GT não é não tem o escopo de alargar ou suprimir ou criar um novo colegiado, mas SIM 1 componente técnico para criar. É até porque a finalidade do GT é justamente.

É emitir produtos para poder subsidiar o próprio Plenário nas suas tomadas de decisões. E aí justificamos que a criação do GT não se confunde com a instituição de colegiado de caráter permanente ou interministerial, cujo alcance justificaria a exigência da audiência.

Prévia da casa civil AE reforçando, não havendo essa ampliação estrutural.

E aí e explicamos que adotar a interpretação pela lógica do 42 para a criação de IGT, a Carvalho trariam cursos de impacto organacional e implicações diretas na estrutura da administração pública. Então, assim, a Secretaria executiva, quando foi instada pela conjur, gente, respondeu, reforçou a desnecessidade.

De se encaminhar para a casa civil para poder substituir GP vinculado a ao Plenário, justamente por informando a casa civil que não se trata de uma criação de um novo colegiado, mas SIM 1 corpo técnico.

Não o braço técnico do Plenário para poder colher subsídios técnicos para subsidiar a sua tomada de decisão. Todavia, esse processo foi encaminhado. É só parar

compartilhamento e poder voltar para o processo.

Que é feito.

Aqui foi a nossa técnica, isso e foi encaminhado pra pra pro gabinete do Ministério e que por meio do despacho da Secretaria executiva, da coordenação é geral de processos e governança institucional, foi destacado o quê?

É a observância do artigo 42 do decreto. Por isso, dessa, dessa, dessa demora na criação do GT, foi solicitado a confecção de um formulário para poder fazer essa justificativa junto à casa civil. Assim que foi que o processo chegou.

Aqui na Secretaria executiva, nós confeccionamos o formulário, encaminhamos para a casa civil, reforçando o posicionamento que a gente colocou lá atrás na nota técnica 41, de que não há necessidade para criação de grupos de trabalho vinculado ao plenário do CNRH, anuência prévia da casa civil.

AS

Alexandre Saia 2:59:30

Alexandre.

A

Alberto Batista da Silva Filho 2:59:41

Justamente pela pelo caráter do GT, por não ser um órgão, é colegiado e não se aplicaria, portanto, na incidência do artigo 42 da do decreto 2002. Então, só respondendo nessa, vou parar compartilhamento aqui pra pra voltar.

A.

Consegue enxergar? Perfeito. Então, só justificando que não há nenhuma desídia ou demora ou procrastinação da Secretaria executiva. Todas as medidas legais foram adotadas. Toda vez que a Secretaria de Carvalho foi instado para se manifestar, para poder trazer serenidade à criação do referido GTM, nós tomamos as medidas legais cabíveis. No entanto, existe uma.

Aqui é procedimental no junto ao Ministério. E se veio da ordem de cima, nós precisamos acatar. Justificamos se, mesmo após a justificativa, entenderam lá em cima, pela necessidade da justificativa da emissão desse formulário para anúncio da casa civil, a Secretaria executiva não tem essa prerrogativa de ultrapassar, de passar por cima dessa ordem.

Hierarquicamente superior é obrigado, Eduardo. Eu acho que isso daí fica muito claro o porquê que a gente segue. Essa questão é dessa forma. E aí eu passo a palavra pra você, Alexandre. Eu acho que a Secretaria fez o papel dela.

AS Alexandre Saia 3:00:54

Prefeito Alberto, só quero fazer uma defesa aqui do trabalho da Secretaria executiva, tá? O comprometimento aí da sua equipe a naila, doutor Eduardo Laila Emmanuelle, toda a equipe que realmente.

É.

prontamente atende qualquer pedido que é encaminhado mas não não existe procrastinação de forma nenhuma tá então só queria deixar isso registrado Ângelo

A Alberto Batista da Silva Filho 3:01:17

Alexandre.

AL ANGELO LIMA 3:01:25

Eu só queria perguntar o que a Aparecida lembrou, OGT do Rio Paraguai foi criado e rapidamente foi instituído. O que qual foi a diferença entre OGT do Rio Paraguai e esse GT? Porque.

É isso. Eu entendo que não tem procrastinação, mas agora tem uma diferença. E por que um foi tão rápido e o outro está demorando? É tanto.

58ª Reunião Extraordinária do CNRH- 20251126_150624UTC-Meeting Recording

26 de novembro de 2025, 02:49PM

16m 34s

AL

ANGELO LIMA 0:03

É isso. Eu entendo que não tem procrastinação, mas agora tem uma diferença. E por que um foi tão rápido e o outro está demorando? É tanto.

AS

Alexandre Saia 0:16

Você quer responder, Alberto?

A

Alberto Batista da Silva Filho 0:16

Bom, aí seria desculpa, Michel, deixa eu responder já enquanto secretária executiva Ângelo, e aí dizer que na verdade Ângelo, aí seria mais assertivo a gente perguntar a quem solicitou, porque na verdade, realmente no grupo do no GT do.

Do Paraguai não foi no solicitado esse encaminhamento, mas já nesse caso específico, agora foi, não sei se foi por uma questão de visão de quem a distribuição do processo pode ter caído em.

Em uma outra mão, de uma outra pessoa, não me parece ter sido o caso, mas, enfim, talvez seja de se questionar a própria coordenação que emitiu esse parecer e não a própria executiva, porque não É Ela que emitiu esse despacho.

Nesse sentido.

AS

Alexandre Saia 1:05

É antes de passar para o para o Mário só colocar aqui de o nosso diretor Nelton ele já esse prontificou aqui ele vai a já acionar ali a as instâncias superiores o quando é que recebem os processos que saem da Secretaria executiva para colocar

Essa situação especificamente e discutir outras também realmente é. Aconteceu algo ali que atrapalhou o processo. A gente tem que reconhecer isso e vamos trabalhar internamente no MDR. Isso tá? Ele só pediu para deixar isso registrado, Mário.

M

Mario Augusto de Campos Cardoso 1:41

Eu vou até ampliar ao comentário do Ângelo, é anterior ao meu aqui, porque ele falou de um GT que foi criado uma CNRH. Mas eu estou falando de o do conabil,

estou falando da do Conamba, eu estou falando do cghimmegovbr 15 colegiados e nunca em nenhum deles.

Que tem vários grupos de trabalho ativos. Houve essa situação. Então, assim, por que só nesse caso? Talvez tenha sido só nesse caso que foi perguntado à casa civil. Eu estou desconfiando que isso foi o diferencial nesse processo. Então é mais do que somente um grupo de trabalho de CNRH. Foi muito mais do que isso.

AS

Alexandre Saia 2:19

Perfeito é Alberto.

A

Alberto Batista da Silva Filho 2:20

Xô, xô, xô tentar. Deixa eu tentar explicar novamente, já aí ao Mário Mário, eu vou citar uma situação que não é propriamente uma deliberação do CNRH, mas nós aqui, no âmbito do da CGRH, acompanhamos.

Um projeto executado.

Na no estado do Rio Grande do Sul, que é o projeto Jeff da Lagoa Mirim, no âmbito do projeto Jeff, também foi criado não um grupo de trabalho, mas um grupo de apoio técnico que a gente trata por gate, o nome que é.

Uma composição de alguns ministérios que tem é, digamos assim, atribuições, é conferidas dentro da do escopo do projeto e da mesma forma, nós estamos até hoje tentando sair com a portaria de instituição do grupo de apoio técnico.

E também esbarramos nessa questão de anuência da casa civil, instruímos o processo, informamos que se tratava de um grupo de apoio técnico, não propriamente um colegiado, com Secretaria executiva, enfim.

Com todas aquelas características que a gente sabe que um colegiado é consultivo e deliberativo, tem, mas a gente é, segue hierarquias e se foi nos pedido e nos orientado que fosse feita essa solicitação, é, a gente não tem como passar por cima disso.

A sobre o risco de ser penalizado ali por desobediência. É, enfim, é não acatar a questão hierárquica dentro de um Ministério. Então a gente é não deixa de se posicionar.

Mas, obviamente, respeita a hierarquia, é dentro do próprio Ministério.

AS

Alexandre Saia 4:04

Jordana.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 4:07

Uma dúvida depois é porque agora o Alberto mostrou um pouco mais do desenrolar do depois que a conjura emitiu parecer de consulta. E aí teve uma manifestação, a Secretaria, falando que não era necessário tudo isso, essa manifestação voltou. Para ser conversada com a conjur, a Secretaria executiva conversou com a conjur para entender o porquê disso, sendo que nenhum outro conselho utiliza dessa forma e enfim, e nenhum outro caso de Gestão criado foi feito isso, os Gestão criados dentro do.

Do CNRH, via Câmara técnica, nenhum foi feito isso. Eu me perdi nesse retorno, não é? Ou se só subiu tudo isso para casa civil, junto com o parecer da conjur?

A Alberto Batista da Silva Filho 4:59

Oi, Jordana. Então, uma vez que o que a conjur se manifesta, aí esse processo volta para a gente para a gente esmiuçar o que foi apontado pela conjur nas questões jurídicas. Uma vez apontado esses questionamentos, o processo vai para o gabinete e aí não retorna para a conjur para poder verificar se aquilo que ela apontou foi devidamente acatado ou não.

Até porque a conju ela não determina, ela recomenda, é faz recomendações. Aquilo que for de fato é pontual, jurídico, que tem que ser feitas adaptações, a gente tem que ser acatadas. E nesse caso, uma vez a conju manifestado, a gente se manifestou via.

Via nota técnica, esclareceu os pontos da conjur e encaminhamos isso para o gabinete. E aí isso veio do gabinete para poder fazer essa questão da adaptação para encaminhamento da anuência prévia da conjur, da perdão da casa civil. Exatamente só complementando, essa análise de mérito foi feita na coordenação que emitiu o despacho.

Orientando a solicitação da anuência da casa civil para a criação de Gestão.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 5:59

Não, só para eu entender aqui é, eu entendi a posição da Conjour. Aí depois disso voltou para vocês fizeram a como se fosse a réplica do que eles arguíram. Só que isso subiu tudo para o gabinete. Então eu entendo que.

O ministro é entendeu como secretário, como presidente do conselho, que tinha que

ir para casa civil. Não se não se tentou reunir com a conju para explicar, para mostrar, para mudar o posicionamento da conju. E subiu tudo para casa civil, foi isso?

A Alberto Batista da Silva Filho 6:29

Yeah.

Não. Se você notar no é na manifestação da Coju, ela está dizendo que cabe ao Ministério analisar se é necessário subir ou não para essa anuência. E foi isso que a que a que a coordenação.

Que cuida desses processos, a coordenação de governança e processos e processos institucional, se eu não me engano, é um nome longo da coordenação. Ela entendeu que quer dizer, ela fez essa análise de mérito que deveria ser feito essa consulta, essa.

De anuência à casa civil. Então, nesses casos, Jordana, não é necessário, porque a aponjur não entra nessas questões de conveniência e oportunidade. AO Ministério entendeu, na condição da coordenação específica, que trata desses assuntos dentro do da do gabinete da.

Da do Ministro de Queiroz.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 7:23

Não, Alberto, eu entendi que existem as coordenações. O que eu quero entender é que tudo é Ministério. Então, assim, o Ministério entendeu que sim, cabia, cabia a casa civil. É isso. Então, assim, a nossa coordenação que cuida.

A Alberto Batista da Silva Filho 7:30

Sim.

Sim.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 7:39

Do nosso CNRH, nossa Secretaria executiva, a nosso presidente, o nosso secretário executivo, entenderam que OK, então esse é o entendimento do Ministério só para casa civil, foi isso?

Não houve uma intermediação do conselho de quem está à frente do conselho. Aí eu falo presidente do conselho, fala secretária executiva e fala Secretaria executiva de conversar com essa coordenação que estava com essa chancela na mão.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 7:52
Não.

J **Jordana Gabriel Sara Girardello** 8:07
É isso? E aí subiu para a casa civil como um entendimento do Ministério.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 8:12
A gente fala no processo, Jordana. Nesses casos a gente se pronunciou, tá lá e inclusive na própria nota técnica, após a manifestação da coju. Então é, eu já considero que ali já tá a preocupação da Secretaria executiva.
E acho que o doutor Eduardo foi muito feliz em citar a, inclusive, o nosso entendimento de uma forma muito abrangente, muito detalhada, e aí sim, após a nossa manifestação no projeto através da nota técnica, a coordenação.
É responsável por essas análises acima da, digamos assim, a nossa manifestação decidiu pela necessidade dessa anuência. E aí, e assim foi feita.

AS **Alexandre Saia** 8:58
Mas respondendo mesmo a Jordana não é essa reunião, esse esclarecimento não foi feito, tá, Jordana? Assim, de buscar um.

J **Jordana Gabriel Sara Girardello** 9:06
É isso que eu queria entender, porque quando eu acompanho um processo, eu entendo que ele passa por várias instâncias. Mas eu, quando acompanhante de um processo, eu faço diligências onde ele está para melhor entendimento para tudo isso. Então era só para entender, isso foi feito.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 9:22
Jordana, não.

J **Jordana Gabriel Sara Girardello** 9:22
Via documento normal, subiu EOK, é o entendimento do Ministério.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 9:27
Não é praxe na das nas manifestações, não é praxe nas manifestações. Toda questão

do toda a ação que sai, seja resolução ou moção. Não é praxe fazer essas reuniões prévias, entendeu? Até porque as manifestações, elas são feitas dentro do processo.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 9:27

Então eu não sei o que a gente está fazendo aqui, sinceramente.

A Alberto Batista da Silva Filho 9:43

Então, a as instâncias superiores analisam e verifica conveniência, oportunidade ou não de encaminhamento. Nós, como secretária executiva, é reforçamos o posicionamento de que não haveria necessidade e justificamos de forma técnica e jurídica.

Respondendo tanto a conju quanto a necessidade não de de anuência prévia da casa civil, mas por conveniência, o Gabinete entendeu por mandar para poder colher essa anuência da casa civil.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 10:08

Não, eu entendo, Alberto e Eduardo. Só que assim é uma. É uma deliberação do Ministério, de um entendimento do Ministério. E aí eu estou falando do Ministério como um todo, que é quem tem a política também. É que mutila o CNRH. Então, assim, é isso não ter sido tratado no corpo a corpo, no tete a tete.

É sequer se o secretário está. Eu entendo que assim a gente de verdade, eu acho que a gente está é perdendo o controle sobre o CNRH. Cada reunião que passa a gente fica se debatendo com miudezas que não fazem sentido.

E infelizmente eu só vejo CNRH a cada reunião, com cada problema, com cada imbróglio que é criado, tá? Porque não existia com cada situação criada que infelizmente está.

Acabando com o nosso CNRH está acabando com a autonomia do CNRH, está acabando com a autonomia dos conselheiros, está acabando com tudo que a gente trabalhou há tantos anos. Então eu acho uma lástima isso que está acontecendo. Gostaria de deixar essa manifestação.

Porque é um entendimento distorcido, deturpado, que o Ministério referendou e mandou andar o processo. Então, assim, não é na não é na coordenação de vocês, não é na diretoria que está o CNRH. Gente, é tudo Ministério. Quem quer resolver, senta e resolve.

isso eu falo porque a gente sabe que as coisas acontecem dessa forma então

infelizmente para mim é uma sinalização de enfraquecimento sim que está acontecendo do CNRH prova disso é isso aí não entendimento deturpado que veio da Conjur a secretaria fez uma

Empresa técnica dentro de um processo. Mas isso não subiu de discussão, isso não subiu de escalão e está parado, está travado. Infelizmente, essa é a verdade.

AS Alexandre Saia 12:07
Marcelo.

MF Marcelo da Fonseca 12:10

Eu queria só reforçar isso aí que a Jordana trouxe a gente está tratando aqui do grupo de trabalho mas tem a moção que também que eu não consigo entender a dificuldade de uma moção não ter sido aprovada não ter sido publicada até agora então assim é acho que realmente está tendo um desprestígio total ao conselho e assim

Sim, a gente viu isso em outros momentos, como a ausência dos representantes do Ministério, diferentemente do que aconteceu hoje. Mas as reuniões anteriores a gente tem sempre aí uma ausência grande do governo federal nas nossas reuniões. Então, assim, é muito triste é ver. É o sistema sendo deixado de lado. A gente vê aí. É um esforço que nós tivemos para o recebimento.

D Daniel de Castro Jorge Silva 13:00
Hhh.

MF Marcelo da Fonseca 13:00
Porque ele não fe

Ações serem colocadas em práticas como um simples grupo de trabalho. Gente, assim é muito fora. Eu não consigo entender. Entendo na parte da Secretaria executiva a vinculação com assessoria jurídica. Aqui no estado a gente também tem essa.

D Daniel de Castro Jorge Silva 13:15
Alexandre.

MF Marcelo da Fonseca 13:19

Vinculação, não estou trabalhando aqui. É uma crítica às Secretarias aqui, mas é o é a conjuntura como um todo. É muito triste ver o sistema sendo deixado de lado enquanto a gente vê ataques ocorrendo na mudança da política.

D **Daniel de Castro Jorge Silva** 13:26
Hhh.

MF **Marcelo da Fonseca** 13:37
Como foi colocado aqui no início da reunião, sem ouvir o conselho, o próprio é projeto na qual se refere a esse é grupo de trabalho ser construído sem ouvir o sistema. Então, assim é e 20 e pouco.
Da política, nós ainda não temos conhecimento. É da importância desse conselho, num cenário em que as mudanças climáticas estão batendo à porta. Eu fico pensando, se fosse para criar um grupo de trabalho para discutir. É como foi colocado agora há pouco a questão lá do Paraíba do Sul ou algo que.

D **Daniel de Castro Jorge Silva** 13:54
Jose Jose Jose Jose Jose Jose Jose Jose So
Tito Pereira.

MF **Marcelo da Fonseca** 14:12
Crítico como foi é Rio Grande do Sul. Se a gente precisaria esperar esse tempo todo para esse conselho se reunir num grupo de trabalho técnico para discutir e propor soluções, aguardar e arrastar tudo isso, a gente precisa ter mais. É agilidade aí no processo.

D **Daniel de Castro Jorge Silva** 14:23
Estou no Capitão, estou procurando. Filho está procurando nos benefícios, não é essas daí.

MF **Marcelo da Fonseca** 14:29
Para que as nossas deliberações é possam ter a sua execução.

AS **Alexandre Saia** 14:32
Pessoal, desliga o microfone aí paralelo.

D **Daniel de Castro Jorge Silva** 14:33
Yes.

MF **Marcelo da Fonseca** 14:35
Mas é isso, é só um desabafo. Eu acho que a gente está no momento muito crítico do sistema e, infelizmente, decepcionante. Quando a gente vê essas posturas, é quanto a legitimidade do que essa, que é discutido aqui neste conselho.

AS **Alexandre Saia** 14:52
Bom, feitos os registros, é dado avançar da do horário, é, a gente propõe então a interrupção aqui para o para o almoço, tá? E o retorno às 14:00 para seguirmos com a pauta.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 15:08
Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 15:08
Okay.
Pois não, diretor.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 15:11
Além de desejar um bom almoço a todos e todos, só faço um registro. Quero deixar, portanto, o presente de que reconhecendo a eficiência e a rapidez que a nossa Secretaria Executiva tem atuado, que a coordenação da
Do setor também é exercita de dizer que foi uma iniciativa que tivemos logo de fazer até uma reunião especial do próprio conselho para inserir a uma proposta como o s do GT. Então eu quero pedir a todos que compreendam que.
É a possibilidade e é, vamos trabalhar em conjunto no sentido de é buscar onde é que supera com urgência essa questão, mas a própria origem desse GT ter sido criado, como foi criado, com uma proposta.
Que foi em cima de uma convocação especial do próprio conselho.
Eu quero deixar claro que mostra a nossa determinação de como essa questão é nos é cara e, portanto, vamos é clarear e evidentemente superar isso. Obrigado.

AS **Alexandre Saia** 16:16

Perfeito, então agradecemos a presença de todos, interrompemos agora e retornamos às 14:00 para dar continuidade.

● **CNRH** parou a transcrição

58ª Reunião Extraordinária do CNRH- 20251126_194054UTC-Meeting Recording

26 de novembro de 2025, 04:47PM

2h 53m 20s

DS **Denis Silva** 12:15
Isso.
Horrana.
Abreu de Souza.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:25
Hoje de Apoio são sempre pontual, pessoa.

DS **Denis Silva** 12:27
Cristian.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:29
Horrana.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 12:29
É bom que você falou meu nome. Tudo bom, rapaz? Precisa conversar, viu? De hoje para amanhã para ver uns alinhamentos sobre aquela nossa. É o nosso GT e a nossa resolução, porque.

DS **Denis Silva** 12:30
Go abe

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:32
No.

DS **Denis Silva** 12:33
Nelton.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:40
Mhm.

DS **Denis Silva** 12:41
Alexandre.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 12:44
Estou preocupado.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:45
No, perfect. One moment.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 12:46
O ano está acabando, precisamos alinhar umas coisas.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:47
É.
Tem reunião marcada de Castro de Castro.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 12:51
Não, eu sei se você está feira.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:53
A gente conversa, estou à disposição aqui.

DS **Denis Silva** 12:54
Alexandre.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 12:54
Mas é bom a gente conversar.
Eu devo estar aí semana que vem.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 12:59
Legal, está à disposição.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 13:00
Aí se der a gente, a taiane está de ferro ou está?

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 13:05
Ela tava em viagem Internacional, cara, uma cópia, alguma coisa assim.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 13:09
Mas ela volta quando?

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 13:11
E ela não retornou ainda, pelo menos não viu hoje ali na junto com o secretário, mas eu vou consultar, eu te te dou um alô ali no ZAP, tá?

J Jefferson Nascimento de Oliveira 13:17
Tá, me dê um toque. É também não a Adalberto também, Serra, mas a taiane já está inteirada do assunto. Fica mais fácil.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 13:24
Veras.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 13:26
É muito velho, tirou o parti

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 13:30
a tava aí agora na reunião da Costa nunca pro Brasil

J Jefferson Nascimento de Oliveira 13:36
Ave Maria é coisa.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 13:39
Depende essas reuniões é complicado. Denis, tudo bom, Denis?

J Jefferson Nascimento de Oliveira 13:41
É.

DS Denis Silva 13:43
OPA, tudo bom? Vocês estão me escutando?

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 13:44
É o tênis estava aí, mas ele fechou.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 13:44
Good, estamos.

DS **Denis Silva** 13:46
Também não. Eu fechei porque eu não sei se está. Eu vou ter que fazer uma fala na na no final da tarde. Aí precisava ver que estava funcionando, mas vocês estão me escutando bem.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 13:48
Pronto.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 13:56
Sim.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 13:56
Não tá perfeito.

DS **Denis Silva** 13:56
Então tá bom, legal.
Paisha.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:06
Escutando alto e claro.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 14:08
I see.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:08
Professor Gerson, só queria escutar ele mais um pouco.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 14:09

Olha aí.
Quem, Diogo?

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:14
Tudo bem, professor?

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 14:15
Como é que você vai? Abreu a câmera, rapaz.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:18
abre na hora aqui Pereira aí é porque o João Ricardo já tá na já tá se mostrando muito aí a gente de Goiás tem que se mostrar menos

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 14:27
Diogão, ela não ficou nem careca. Diogão, pô, faz tanto tempo.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:30
Rapaz, olha, eu tô com eu tô com 44 anos, Jefinho, eu tô ficando velho, cara.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 14:35
E eu que estou com quase 60, vou fazer 60, cara.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:39
Mas você é aquele caso diferente, né? Esses caras assim mais super história, eles vão regredir, vão ficando mais bonitos com o tempo.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 14:42
Olha lá vem.
É e o Elton John, essa quer dizer Gilberto Gil, tá bom?
Já que você começou a brincadeira, vamos continuar, não é não. Mas você não precisa me puxar mais saco não, rapaz. Eu já deixei o procuradoriacamarademaoriticegovbrt Melo instrumento agora, sabia?

DS **Diogo Lourenço Segatti** 14:53
Como é que você está tudo bem?

Dantas.

Você vai continuar sendo para mim até o final da minha vida, até o final da minha jornada, você ainda vai continuar sendo o professor Jefferson independente.

 **Jefferson Nascimento de Oliveira** 15:08

Hhh.

Tá vendo? É esse aí é mineiro, cara. Você chega assim, fala, ô rapaz, como é que tá seu pai, sua mãe? Aí o cara fala, ô, professor, ambos morreram, morreram para você, vivem no meu coração eternamente. Esse é o Diogo, viu?

 **Elias Adriano dos Santos** 15:13

Hhh.

 **Diogo Lourenço Segatti** 15:24

Hhh.

 **Jefferson Nascimento de Oliveira** 15:27

Esse é o Diogo, mas bom te ver bem, cara, família está boa.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 15:27

Hhh.

 **Diogo Lourenço Segatti** 15:28

cara Serra tá boa graças a Deus

 **Elias Adriano dos Santos** 15:30

Professor Joseph, até parece que você vai deixar o profiogo mesmo.

Hhh.

 **Jefferson Nascimento de Oliveira** 15:35

Não deixei Elias.

 **Diogo Lourenço Segatti** 15:35

Serra e.



Elias Adriano dos Santos 15:37

Pais não, mas ele não vai deixar, pode ter certeza que.



Diogo Lourenço Segatti 15:37

Deixou, deixou mesmo, Jefferson assim, soltou.



Jefferson Nascimento de Oliveira 15:41

Deixei, de Souza. Agora são 2 mulheres competentíssimas. Agora a coisa vai para frente. Comigo só arrastava.



Marcus Aurelius Aragão Veras 15:44

Que que é?



Elias Adriano dos Santos 15:45

É eu?

Então.



Diogo Lourenço Segatti 15:48

O Jefferson.



Marcus Aurelius Aragão Veras 15:48

Oh.

Está vendo se você bota o vídeo?



Diogo Lourenço Segatti 15:50

Jefferson, agora eu vou falar, agora eu vou falar igual mineiro mesmo. Você pode ter deixado o profiago, mas o profiago nunca te deixará.



Marcus Aurelius Aragão Veras 15:57

Hhh.



Jefferson Nascimento de Oliveira 16:00

É minha cria, é minha cria.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 16:01
Horrana.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 16:01
É só cria, é só cria, é uma boa cria.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 16:06
É verdade?
Eu vejo aí os filhos do profiago, a Elias, você é um Monte de gente. Isso é muito bom, rapaz. É um prazer que eu tenho na minha vida. É ver vocês bem crescendo cada dia mais e fazendo a diferença. Diogo, me lembro de ser nervoso lá. O professor, não sei o que.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 16:22
Sim.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 16:26
Claramente.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 16:27
Hhh.
Você vê, seu pupilo tá aí presidente do comitê do Paranaíba, presidente do comitê do Meia ponte, está participacaosocial hoje, conversando mais que mais que.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 16:34
Sim.
Não, ele está quietinho, ele está quietinho. O Elias também me dá muito orgulho. O Elias é vice-presidente da do ceivap. Rapaz, isso aí é o que falou aqui também há pouco. Então isso aí dá um prazer que você não tem ideia.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 16:42
Olha o Tiago Tiago.
Consuelo.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 16:56

É ver pessoas com 60 anos também fazendo doutorado fora do Brasil, porque foram prof e a água, entendeu? Então é um diferencial que a gente que a gente é, criou para o sistema e graças a agência Nacional de águas, a Capes.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 17:01

Alexandre.

Sim.

Claro, sim, é.

Hey, what?

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 17:14

E a vocês não é se não tivesse vocês para a encampar a ideia e realmente fazer o mestrado?

DS **Diogo Lourenço Segatti** 17:14

Com certeza.

é Jefferson eu vejo o seguinte por exemplo eu também assumi aqui agora mês passado semana duas semanas atrás a vice-presidência do comitê Corumbá

Verissimo e São Marcos né que é um comitê importante aqui no estado de Goiás é

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 17:23

Seria, diga.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 17:40

o São Marcus hoje lá é a maior área irrigada da América Latina então assim é ir no cartão de visita da gente ter o prof agua é bacana demais cara assim é um diferencial para quando você vai assumir qualquer coisa nada de recursos hídricos você ter o cartão de visita do prof agua então

É aquele negócio, toda e qualquer é menção sobre você é merecida e louvável.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 18:12

The same microphones, yes.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 18:13
Tá desligado, tá desligado o microfone.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 18:17
Microfone.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 18:20
Quanto aqui que está quietinho também, que é cria do profiogo, Leonardo. Ele está quietinho que ele está magro. Agora ele não fala mais, bota a mão no queixo, fica ali só olhando, Oh, Oliveira, Oliveira, Oliveira, Agora ele vai se pronunciar.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 18:28
Hhh.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 18:31
Estou vendo você ficar emocionado, professor.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 18:34
É.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 18:36
Aí, Raphael.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 18:37
Não é, rapaz? Eu. E aí tem. Eu esqueci. O Leonardo também está aqui. Não sei se a Marcela também está aqui. A Marcela é a diretora de recursos hídricos.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 18:38
Brasil.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 18:39
Martins.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 18:44

O Leo virou modelo, Hein, rapaz? O bicho tá tão fininho. O bicho tá tão fininho que até aparecidapimentelvargas de Melo de Melo Grosso do Sul.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 18:49

Não é? Ele rejuvenesceu uns 10 anos. Aí o Leonardo, outro cara que não fica velho é esse tal de Wilson Azevedo. Rapaz, não sei nem se ele tá aqui presente, mas não fica velho. Desde que eu conheço, é o mesmo semblante, ele bota barba, tira a barba, mas é a mesma coisa.

LM Leonardo - CERH/ MS 18:54

Você é uma figura em Diogo.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 19:05

Hhh.

DS Diogo Lourenço Segatti 19:06

Rapaz, o Wilson é o Wilson é uma figura maravilhosa. Ele faz parte do nosso comitê lá. Ele foi presidente do Corumbá. Então é.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 19:07

Apoio.

É.

Conheço ele desde 2009, quase quase 3 décadas. Não é Wilson? Muito tempo, Wilson.

DS Diogo Lourenço Segatti 19:21

Ele está aí?

J Jefferson Nascimento de Oliveira 19:22

Está ali quietinho.

W Wilson de Azevedo Filho 19:23

É verdade, estamos aí. Estou só ouvindo aí a rasgação de cedo, viu, Jefferson? Mas é, mas é merecida, é.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 19:26

Hhh.

Não é, rapaz? Vou me candidatar. Ano que vem a candidatura sai, viu Wilson? A cada candidatura que.

DS Diogo Lourenço Segatti 19:29

Oh.

Agora, Wilson.

Wilson, já que está rolando a.

A Alberto Batista da Silva Filho 19:35

São as águas termais, Wilson.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 19:35

Apoio.

DS Diogo Lourenço Segatti 19:38

Já que tá rolando uma rasgação de cedo, eu quero rasgar pro Wilson também aqui. Wilson teve uma ideia maravilhosa que foi a gente fazer a primeira expedição no Corumbá Verissimo, em São Marcos. Nós estamos viabilizando isso para o ano que vem.

W Wilson de Azevedo Filho 19:38

Aham.

Hello.

DS Diogo Lourenço Segatti 19:53

A nova diretoria, se Deus quiser esse negócio, se Deus quiser, a gente vai querer e ele vai querer. A gente vai tirar isso do papel. Vamos convidar esse pessoal, viu? O Wilson pra pra fazer parte da nossa, da nossa caravana que vai é.

passar pelos municípios, testar a água, fazer toda a parte de qualidade, toda a parte de monitoramento, a parte política da água, então vai ser uma expedição bacana. Faz questão que tenhamos umas figuras dessas aí junto com a gente.

W **Wilson de Azevedo Filho** 20:24
Está sem dúvida, mas.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 20:24
Oh, você isso aí está falando do Corumbá, Mato Grosso, então?

DS **Diogo Lourenço Segatti** 20:28
É Goiás, Corumbá, Verissimo, São Marcos, isso.

W **Wilson de Azevedo Filho** 20:28
No, no, yeah.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 20:29
Goiás, então, agora em Goiás tem a UEG, viu? AUEG está junto com a gente, entendeu? Tem que entrar em contato, porque além disso, você tem que fazer o que, na minha humilde opinião, fazer como foi feito no Piracicaba mineiro, que é o que você também dá capacitação, botar os professores e alunos.

W **Wilson de Azevedo Filho** 20:33
Tem, tem, tá?

DS **Diogo Lourenço Segatti** 20:34
Sim.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 20:47
Faz um negócio bonito, entendeu? Vai com caiaque. Eles fizeram isso, a expedição do Piracicaba, faz a expedição do Curumbá. Aí que vai ficar uma coisa muito bonita, entendeu? E assim, e trazer a criançada, trazer a base, que é o futuro, que não vai ficar desperdiçando água.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 20:56
Nós já estamos já.
Sim.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 21:04

Medindo água na irrigada com bota, entendeu? Essas coisas assim, então acho que isso aqui é fundamental.

DS Diogo Lourenço Segatti 21:10

Professor, já estamos pensando nesse nesse sentido, tanto que uma das questões que o que o Wilson tinha apontado era a necessidade de ter um projeto para o para que a gente fizesse a expedição e aí a gente é.

Teve agora com o professor aqui da UFGE. Falamos que nós vamos começar a colocar os artigos científicos, os trabalhos de conclusão de curso. É no sentido de que de serem partes, é do projeto como um todo. Então nós vamos já usar a matéria. Humana, o material humano da universidade para gerar o material científico que nós precisamos para a expedição.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 21:50

Então, mas já que você está, é, tem ODNA do prof água, converse também com a UEG, que é prata da casa, é prata de vocês do estado.

DS Diogo Lourenço Segatti 22:00

Vou conversar.

W Wilson de Azevedo Filho 22:00

Sim.

AS Alexandre Saia 22:00

Boa tarde, pessoal. Boa tarde a todos e todas. Vamos.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 22:03

Pronto, agora chegou o chefe. O chefe agora, Alexandre Saia é outro ex, é ex gordinho também, viu? Se Alexandre Saia, quando eu reconheci ele, eu falei, Alexandre, é você. Só quem está engordando sou eu, os cara tudo fazendo finura.

W Wilson de Azevedo Filho 22:03

Portela.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 22:06
Tarde.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 22:07
Acabou as amenidades, até mais pessoas.

AS **Alexandre Saia** 22:08
Hhh.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 22:09
É.

AS **Alexandre Saia** 22:15
Yeah.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 22:18
E eu aí?

AS **Alexandre Saia** 22:19
Está nada, professor está em forma.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 22:22
E no formol.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 22:23
De bola.

AS **Alexandre Saia** 22:25
Não envelhece nunca. Esse homem é sempre o mesmo Jefferson.

DS **Diogo Lourenço Segatti** 22:30
O mesmo, a mesma configuração, o mesmo shape.

AS Alexandre Saia 22:33
Yeah.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 22:34
É, vocês não sabem o que é isso, rapaz? Isso é alimentação balanceada, exercícios regradados e outras coisas a mais. Só que não.

DS Diogo Lourenço Segatti 22:41
Horrana.

AS Alexandre Saia 22:42
Uh, gente, eu vou compartilhar aqui.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 22:43
O Pedro, que não me conhece, está rindo ali falando, meu Deus do céu, como é que o cara pode em tão pouco tempo falar tanta bobagem? Pedro, é.

AS Alexandre Saia 22:51
Vamos lá, então a gente está com 52. Boa tarde, Paulo, é Pedro, é, eu vou compartilhar a tela aqui. A pauta, então.

P Pedro Emílio Pereira Teodoro 22:51
Boa tarde, pessoal.

AS Alexandre Saia 23:01
Para a gente dar prosseguimento, então é considerando a inversão do item 4, a gente entra no item 5 da pauta que é a deliberação da moção de Itaipu para apoio ao Desenvolvimento de ferramenta de classificação de dano potencial associado. E aprimoramento do sistema Nacional de informações sobre segurança de barragens, o SNIsb. E eu pergunto, então se o representante da CTSBA, Câmara técnica de segurança de barragens.

W Wilson de Azevedo Filho 23:31

É o Alexandre. Eu tinha entendido que o primeiro item da pauta seria OPCJ. Agora, no início da tarde, não sei se foi isso que.

AS Alexandre Saia 23:32

Portela.

Sim.

A Alberto Batista da Silva Filho 23:40

Eu também, eu também, viu?

AS Alexandre Saia 23:43

Não. OA inversão da pauta foi para o final, tá? Foi isso que eu coloquei na em apreciação. Agora vamos ouvir o Anderson, que ele que propôs a inversão.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 23:44

Yes.

Aham.

W Wilson de Azevedo Filho 23:51

Yeah, exato.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 23:53

Isso, Alexandre, é porque no pediu a gente considerando a reunião que a gente teve, acabou há pouco tempo para ser o primeiro item de pauta da tarde. Se não tivesse uma pauta quebrada ali que fosse continuar, então se realmente já encerrou o item de pauta anterior, se fosse possível começar agora.

AS Alexandre Saia 24:01

Tá.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 24:09

É porque temos também outras é pessoas que vão fazer apresentação e que podem sair da reunião, então acho que seria um tema mais importante agora.

AS Alexandre Saia 24:15

Pronto.

Então perfeito então eu que acabei entendendo errado o pedido deixa eu compartilhar novamente aqui então a gente segue na ordem né o item 4 né deliberação sobre a minuta de resolução CNRH que aprova a revisão de coeficientes Preços unitários básicos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em copos d'água de domínio da união e da alteração do cronograma sobre o processo de revisão da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia de CJ é.

Nós temos aqui uma ordem, uma sequência, não é uma ordem de fala. Nós iniciáramos é primeiro.

pelo representante do comitê PCJ né passando em seguida aí para representacaocnicombr na sequência falaria o representacaocnicombr e por último a gente vai ouvir também o representa

Está, então eu já passo a palavra então para o representante do PCJ.

Se estiver presente.

Pois não, Denis?

DS

Denis Silva 25:27

Eu levantei, eu levantei a mão aí.

Que bom gente agradeço a Alexandre Saia pela palavra. Então primeiramente é uma boa tarde a todos é então prezados membros aí do Conselho Nacional, Senhor Secretaria demais convidados aí saudações na condição de Secretaria executivo dos Comitê de CJ aqui eu falo em nome da.

AS

Alexandre Saia 25:36

Mhm.

DS

Denis Silva 25:50

Diretora colegiada, gostaria, antes de tudo, aí é registrar nosso profundo respeito ao conselho Nacional de recursos hídricos, é e nossa instância máxima de deliberação sobre os mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água no domínio da união. E é com base nessa competência soberana, já que agradecemos a oportunidade de apresentar nossas contribuições aí no momento que essa Plenário objetiva propor uma minuta de resolução desse Conselho.

Decorrente a nossa deliberação PCJ 498 de 2025, que propôs aí a revisão de valores e mecanismos.

É primeiro ponto que queria destacar é que os comitês PCJ eles conduziram um amplo e complexo processo de debate interno sobre os mecanismos, revisão dos mecanismos e valores da cobrança. Esse processo envolveu municípios.

Dos usuários de organizações da sociedade civil, dentro com o preceito de Gestão Integrada, participativa, descentralizada da água, enfim, nada diferente do que deve ser feito dentro de um órgão colegiado, que é o Comitê de Castro de Castro de Castro de Castro de Castro de Castro de Castro de Castro de V

É um atraso aí no início dos estudos, foi decorrente da pandemia do da COVID-19. Ceifou em milhares de vidas. Muitos dos Santos deve ter perdido pessoas queridas aí. E aqui eu queria destacar que a gente perdeu o nosso secretários e.

Na época, o senhor Luiz Alberto Morais, quantos senhores é que estão mais tempo no sistema deve ter conhecidos aí e sabe das contribuições aí ele no sistema Nacional de gerenciamento de recursos hídricos?

É, posteriormente foi dada a continuidade dos estudos, findada a pandemia e tendo concluído o processo no início deste ano dos estudos da cobrança, tivemos a deliberação dos comitês PCJ 498 2025, que trata dessa revisão dos valores e mecanismos tanto na cobrança federal.

Quanto da cobrança estadual?

Embora não seja objeto dessa discussão, eu peço aqui uma autorização dos senhores é para destacar que a representa revisão estadual Paulista, pois um dos principais objetivos dessa revisão de valores foi eliminar de forma gradual.

As disparidades, hoje existentes entre a cobrança dos Santos de domínio estadual e da cobrança de dos Santos de domínio federal.

E nesse propósito foi proposto um reajuste escalonado de 92% de aumento na cobrança Paulista de forma a alcançar, ao longo do tempo, os 30% que foi proposto na cobrança federal. E cabe aqui ressaltar que a revisão da cobrança Paulista ela já foi aprovada.

Pelo conselho estadual de recursos hídricos de São Paulo, aqui representada por a Marcela netu e também consta no planejamento plurianual da nossa agência das bacias PCJ.

E durante as análises realizados tantos na Câmara técnica de Des Consuelo, tanto na Correia quanto na centau, é foi apontada pela pela Anna nas 2 câmaras, a falta de uma recomposição da inflação dos valores Públicas.

Agosto pelo comitê entre o período de implementação da cobrança pela resolução CNRH 52 2005 e aprovação da resolução CNRH 192 de 2017. E é assim, com base

nesse respeito das normas e decisões do.

CNRHEA diretoria colegiada desse comitê aí no intuito de subsidiar as melhores decisões aqui do desse colegiado com relação a aderências às normas, legislações e todas as decisões CNRH.

E de forma a não prejudicar o planejamento plurianual da agência das do Azevedo PCJ em qualquer postergação de novas de novos valores e cobranças já em Dourado, se é planejados para 2026, a gente manifesta a seguinte solicitação. aqui só um minuto.

Que seja aprovada a deliberação dos comitês PCJ 498 de 2025 na sua íntegra e que seja concedido o prazo adicional até o final do primeiro semestre de 2027, para que os comitês PCJ apresente adicionalmente uma proposta de reajuste.

Valores da cobrança federal, de forma a recompor a integralidade da inflação acumulada no período entre a cobrança é implementação da cobrança feita pela resolução CNH 52 de 2005.

E a aprovação da resolução CNRH 192 2017. É essa proposta? Ela Foi já aqui conversada, consolidada uma minuta alternativa e foi discutida e viabilizada tanto entre os comitê tres PCJ Ministro do Meio Ambiente.

Mídia a Anna, no qual eu peço aí o apoio de todos, tá? E antes aqui de encerrar, eu queria salientar que esse prazo suplementar ela não configura qualquer pedido de flexibilização da aplicação das normativas desse conselho, pelo contrário.

Ela permitiria que os comitês adequassem totalmente o processo de entendimento das normativas do CNRH. Ela vai garantir o diálogo ampliado dentro dos comitês quanto de um processo tecnicamente consistente e dialogado, além de assegurar coerência com o planejamento já pactuado no plano.

De aplicação plurianual na nossa agência de bacias, então a gente trata-se aí no, portanto, de se evitar prejuízos decorrentes de uma eventual paralisação, uma eventual postergação dos novos valores e, ao mesmo tempo, preservar rigor técnico e.

E de conformidade Institucional. Então, eu agradeço a palavra de Paula, agradeço a concessão da palavra. Desde já os comitês e a agência aqui permanecem inteiramente à disposição, sempre a gente andar junto aí no fortalecimento do sistema e do Consuelo Nacional de Lima.

Públicas hídricos é isso.

Obrigado, Denis. É, eu não sei se tem alguma consideração de algum conselheiro ou conselheira, senão a gente já passa aqui para o representante da Câmara técnica de outorga e cobrança. Aí você que vai falar, André.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 32:24

Isso mesmo, vou apresentar rapidamente a Débora Calheiros Abreu.

AS **Alexandre Saia** 32:25

Filho à vontade.

O.

Débora.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 32:33

Oi, boa tarde. É só para lembrar que está tendo uma.

Dona de pedidos de Lima.

AS **Alexandre Saia** 32:42

Débora, o som ficou ruim o som.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 32:44

Perdão.

Só para lembrar que está tendo uma proliferação de pedidos nos estados para é.

Posso não fazer?

AS **Alexandre Saia** 32:57

Tá cortando, Débora, tá muito ruim o som.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 33:00

Alexandre.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 33:01

Está bem baixo a de Moraes.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 33:05

Isso aí é isenção dos estados.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 33:05
O contato.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 33:08
Almeida do Agronegócio.

O uso d'água está proliferando isso e já tem uma decisão do STF. É importante o conselho talvez decidir sobre isso, colocar uma resolução, alguma coisa nesse sentido, porque se não vai tudo seja noticiado.

Martins.

Espírito Santos, Espírito Santos, Mato Grosso do Sul e outros estados estão fazendo essa tentativa de isenção apenas do agronegócio para pagamento.

AS **Alexandre Saia** 33:32
Bom, voltamos para.

Tá, Débora, aqui o que está em pauta, então, é a questão da cobrança no âmbito do PCJ, tá?

DF **Debora Calheiros - FONAC** 33:51

Sim, mas é como é uma questão que está é proliferando agora. Teve nesse evento do Espírito Santos novamente essa tentativa. Eu acho que é uma demanda que o conselho deveria avaliar.

Desenvolvimento, obrigada.

AS **Alexandre Saia** 34:07
Sim.

Tá OK? Bom, vamos lá, Anderson.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 34:10

Alexandre até só fazendo a ponte com que a Débora colocou como a gente está na Coordenador na de Relações e Débora, a gente vai já está ciente dessa dessa pressão, do dessa questão da representação que eu a concordamos com você, já tem uma decisão do supremo, é totalmente ilegal a nosso ver.

Que no MMAE, nós vamos pautar isso na próxima setoque no próximo ano, está

bom?

Então Alexandre eu vou botar aqui na tela a mas tem um Leonardo e baixou

AS Alexandre Saia 34:35

Pois não, Leonardo.

LM Leonardo - CERH/ MS 34:36

Rapidinho, Anderson, é só pra colocar que o estado do Mato Grosso do Sul não tá revendo isso não tá só a Débora colocou o estado de Moraes do Sul, mas o estado de Moraes do Sul foi o estado que, por lei, quando teve a lei do recursos do estado de Moraes do Sul.

Saiu essa isenção, mas foi ela que foi votada no STFEO estado cumpre a lei, tá? Então nenhum momento a gente tá.

DF Debora Calheiros - FONAC 35:00

O.

Não, desculpa. Eu não falei. Eu não falei que foi em 2021. Isso não é do MS. Agora o Espírito Santos está saindo agora. Desculpa aí.

AS Alexandre Saia 35:09

Gente, eu faço um apelo para a gente voltar para a pauta que essa pauta vai ser bem extensa. A discussão dela está e a gente pode deixar para o final para tratar desse assunto, Anderson.

Tá mudo, Anderson.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 35:26

na tela né então rapidamente aqui Alexandre são dez slides bem rapidamente só para fazer um reporte do extrato do parecer da setoque Tá bom então é tratamos a deliberação pcj498 né como foi colocado

Deixa eu passar aqui que não tá passando agora sim.

Então, o que o decreto do CNRH traz como competência do CNRH no seu artigo décimo lá fala das câmaras técnicas que constitui o CNRHEA Câmara técnica de Apoio à cobrança é uma delas e traz o seu inciso terceiro ou seu seu é a linha a linha c.

A competência de analisar e emitir parecer sobre os valores a serem cobrados pelos

Então, dependendo da finalidade, tem preços diferenciados e 2026 2027 e traria aí

uma recomposição de parte das perdas inflacionárias, chegando até 2027 a 2 centavos um pouco mais 2 centavos para a captação, por exemplo. Então essa tabela é um extrato do que?

É, está previsto aí para os próximos anos de recomposição no comitê. Aqui é só para comparação do que seria se fosse integralmente. É atualizado todas as perdas inflacionárias desde 2005 que iniciou.

A cobrança no âmbito do PCJ até 2018, que passou a vigorar aí a resolução 192, que foi aí o cerne da questão das discussões nas câmaras técnicas, a observância da resolução 92, que determina que pelo IPCAO outro índice.

Seja atualizado desde o início da cobrança no ano das bacias federais, cabendo só então dos 10 comitês federais, OPCJ fazer essa recomposição que depois de alguns é entraves e pandemia, enfim, problemas que teve no percurso.

Está foi apresentado agora neste ano.

É passando aqui a Ana, ainda nessa primeira reunião da c Torre para todo o tema, recomendou que as notas é por pelas suas notas técnicas, que o CNRH é promover-se a recomposição integral da inflação, conforme está determinando ali no artigo terceiro da resolução.

192 é já o comitê ele é, mandou comunicados, falou nas reuniões que defendendo a deliberação, a aprovação integral dessa deliberação. É argumentando também que 90% do plano de investimentos seria financiado por outras Fontes de recursos, uma decisão do próprio comitê.

Que apenas 10% seria financiado dos planos, projetos, enfim, da que estão no plano de Barros, 10% seria financiado com recursos da cobrança. Então também essa justificativa.

Foi apresentada a proposta da própria coordenação do dessa Câmara para vendo o impasse que estava tendo, tinha consenso de forma alguma de ter uma alternativa de 2 anos, é como foi citado pelo Deni, pelo comitê.

É de 2 anos para uma recomposição reajuste para integralidade da recomposição de perdas inflacionárias. É, foi um longo debate, não teve consenso entre as partes. E aí foi deliberado que precisaria continuar esse debate. Então foi a segunda reunião.

Que foi a quinta reunião da Câmara técnica. Essa primeira reunião foi no começo de junho, dia primeiro e é de julho. E dia 30 de julho a gente retomou esse tema. Os membros então é reforçaram suas justificativas. Comitê e Anna também.

fazendo suas ponderações foram apresentados novos argumentos aí é para para observância ou não da resolução 192 e se ele teve um impasse muito grande

inclusive da legalidade da 192 e o texto é particularmente a gente acha que poderia estar mais claro de Abreu dois por isso que pode ter ensejado toda essa dificuldade de Moraes então a matéria então foi colocado em votação e o resumo da votação foi esse foram duas propostas a primeira primeira para votação é a recomposição recomendação ao Plenário CNRH que a aprovasse integralmente ele a deliberação 498 né É com seus

e valores a cobrados pelos recursos ricos é e a segunda opção de votação seria a recomposição ou a recomendação ao CNRH para aprovar a representacaocnicombr e determinando a retomada das discussões no âmbito do comitê com prazo de dois anos para recomposição integral das Pedro né em observação da

A resolução do próprio CNRH 192 para você ver como foi é repartido essa questão da votação, do entendimento dessa norma, 6 votos foram favoráveis aí a primeira é opção de votação e a segunda, 4 votos tendo.

de Queiroz Queiroz de Queiroz Esse foi o extrato aí dos das discussões no âmbito das duas reuniões é então um conclusão a C Torre a gente destacou ali no parecer que o CNRH né dentro dentre os vários justificativas argumentos dos membros É da Costa a que o CNRH, o nosso Filho como Coordenador da Câmara técnica, tem sim essa competência de e fazer, inclusive, alterações nessas propostas de valores sugeridos pelos comitês. Por isso que a gente destaca a palavra de sugestão. O CNRH não constitui então meramente um órgão.

documentosproclimamdrgmailcom ele se de Lima sobre os instrumentos é de Gestão em prol da sustentabilidade do SIND a a representacaocnicombr e aprovada a liberação como saiu da documentosproclimamdrgmailcom e apresentou significativo de So

Por isso, a conclusão do parecer da CETOC recomendou a especial atenção da CETAL para avaliar as questões de observância ou não da resolução 192 que foi o cerne da questão ali nas discussões e extrapolaria as competências da CETOC

Alberto dos membros da Câmara Técnica Então se foi observado ou não se é legal ou não se é inconstitucional ou não a 192 caberia então a Ce To e não a Ce Tok a gente recomendou a aprovação né Isso fica um pouco até prejudicado haja Vista que houve todo o alinhamento posterior a isso

Que vai ser é colocado aqui pelos demais colegas. É de uma de uma proposta alternativa, mas isso fica para os próximos passos. A gente, concluindo esse ciclo de Abreuintações, a gente vai querer apresentar também uma proposta pelo âmbito do

MMA, tá bom?

Então é isso o resumo da das discussões nas 2 reuniões da setok. Obrigado, Tiago.

AS Alexandre Saia 44:13

Obrigado, Anderson. É, a gente vai passar já para a próxima apresentação de da setau e depois da Anna e vamos deixar ali, vamos pedir para os conselheiros e conselheiras se manifestarem após as Apresentações, tá? É então eu.

Chamo aí o representante da setau para fazer a apresentação.

A Alberto Batista da Silva Filho 44:37

Bom, é boa tarde a todos, Alexandre. Primeiro, Alexandre, eu queria fazer 11 pedido que após a nossa fala, a Secretaria executiva possa se manifestar anteriormente a própria Ana para fazer um adendo.

que eu acho considerando necessário, já que recebemos manifestação da Conju sobre o tema também, né? Enfim. Bom, Hakun, a Cetal, bom, nós recepcionamos o parecer e parabenizo o Anderson pela condução dos trabalhos dentro da CETOC. Recebemos um parecer. Esse parecer é foi inicialmente discutido na acetao, ainda não sobre a nossa coordenação. É foi ter feito uma reunião. É anterior a nossa nomeação como?

Coordenador da cetau, mas naquela oportunidade não se chegou a deliberar, é propriamente sobre a resolução que iria ou a minuta de resolução que iria ser apresentada EOE, obviamente, acostada ao seu parecer.

É da cetau. Bom, na última reunião, sim, na vacância da coordenação, a gente fez a nossa candidatura na reunião, fomos é eleitos coordenadores da cetau.

E fizemos, como vocês devem ter notado no próprio parecer, uma rediscussão novamente sobre primeiro, nós, inclusive a nosso pedido. Fizemos um.

Uma 192 comentada para que a gente pudesse discutir de forma bem detalhada qual era a abrangência da atuação do CNRH nessas questões relacionadas à cobrança e coeficientes, preços unitários, enfim.

E a gente deixou muito claro que, na verdade, não se tratava de um aumento eSIM de uma recomposição de valores. Acho que o próprio parecer vocês tiveram acesso.

Aí é, ele é bem longo e você deve ter acesso, já que a gente disponibilizou.

É no prazo regimental, para que todos pudessem se debruçar sobre esse parecer. É, fizemos nossas considerações enquanto coordenador. É do das respectivas. É como é que eu diria?

É implicações nessa discussão, que é uma discussão, acho que é uma discussão extremamente oportuna de qual é realmente o papel do CNRH nessas questões e depois de exaustivamente discutido.

Colocamos é em votação o parecer que chegou a Chiarao e aí é o parecer, depois a gente pode disponibilizar e colocamos essa discussão em votação.

Afinal, a c tal também ela fica restrito a de uma análise é dos aspectos jurídicos da própria resolução, sem adentrar tanto a essas questões de.

Que o Anderson falou que era uma discussões mais na no âmbito da própria acetog e, obviamente, naquela discussão ficou na votação o voto anão foi por unanimidade. Houveram 2 dissensos, que foram justamente os votos do MDR.

No caso, eu, como representante, um dos representantes do MDREO, nosso outro representante, Marcus Aurelius, é, colocamos nossa posição no sentido de que do jeito que ela vê do da resolução veio, seria um.

A ferir a resolução 192, mas a maioria, a da todos os outros membros é que estavam presentes na reunião é votaram pela aprovação da minuta, como veio da cet al.

Da Correia desculpe, então é dito isso, a nós elaboramos o parecer, conforme eu já disse anteriormente, e é.

Acostamos o parecer e a própria minuta de resolução para deliberação. Óbvio que aí o próprio Anderson já falou, houveram conversas, digamos assim, nesse interstício e me parece que a.

uma intenção de se fazer uma proposta alternativa. E aí eu peço ao Alexandre Saiax, se possível, passe a palavra agora para a Secretaria Executiva, que vai fazer uma pequena explicação e posterior.

Anna, eu acho que assim fica melhor. Não sei se vocês é aqui, entende? É melhor, não é isso mesmo. E aí a gente poderia depois, sim, entrar em outras questões para que propriamente chegasse o momento de se deliberar a minuta que.

De fato, será objeto de deliberação. Alexandre, você pode ficar com a palavra sim, gente, Luiza.



Alexandre Saia 49:54

Prontamente eu, vocês é o parecer. Vocês vão projetar. Eu vou pedir pra ajuda da Naila.



CNRH 50:10

Está em tela, Alexandre.

AS Alexandre Saia 50:10

Eu acho que ele já está em tela. Você já tinha havia destacado, Nayla, o os trechos lá do relatório, que eu acho que é bom a gente ir direto.

Bom, então aqui a manifestação da consultoria jurídica junto ao MDR é o parecer emitido no âmbito da consulta. O CNRH solicitou que agência Nacional de águas e saneamento básico, Anna, se manifestasse sobre, pois não?

A Alberto Batista da Silva Filho 50:34

O.

É, diga então, Alexandre, o que acontece? Esse parecer, ele só existiu porque houve uma demanda da Anna. Ela nos oficiou, oficiou a secretária executiva solicitando 5 questionamentos.

AS Alexandre Saia 50:48

Mhm.

A Alberto Batista da Silva Filho 50:52

Sobre a questão da resolução 19192, acerca, inclusive, da obrigatoriedade, enfim, foram 5 questionamentos que ensejaram o posicionamento da Conjur.

E bem no bem no início, o tópico é o item um Nayla é o é isso, é isso mesmo, é porque já foi, já tá indo.

 **CNRH** 51:13

É está grifado os questionamentos e a apareceu o parágrafo conclusivo de cada um deles.

A Alberto Batista da Silva Filho 51:16

Yes.

AS Alexandre Saia 51:19

É, eu já tinha ensaiado com a Nayla aí, mas pode tocar, doutor, você está mais você está mais. É a par do assunto do que eu pode ir.



Alberto Batista da Silva Filho 51:22

Não, então, perfeito, então não, tranquilo.



CNRH 51:24

Pais.



Alberto Batista da Silva Filho 51:27

Essa é só pra deixar claro que foram 5 questionamentos realizados pela Anna, que isso não partiu é da Secretaria executiva. Houve a preocupação por parte da área técnica da Anna sobre sobre esse, sobre esta recomposição e a da aplicabilidade, enfim.

Da dos regramentos emanados pelo CNRH. Mas como já está andando aí, como vai de ponto a ponto, é, pode seguir naila, que aí a gente vai lendo e vai informando aos conselheiros o posicionamento da Conjus sobre.



CNRH 52:01

Bom, então o primeiro questionamento formulado pela Anna e remetido para a conju é o seguinte, então, segundo a lei 9433, de Almeida, o decreto 11960 em 2024, as manifestações do CNRH, por meio de suas resoluções, são de cumprimento obrigatório.

Pelas entidades do singri, essa foi a primeira pergunta elaborada, então a aponjour. Ela disserta sobre o tema.

E conclui aqui, a gente trouxe de forma bem resumida para não tomar tempo, tá? Então entende-se que as resoluções válidas e vigentes editadas pelo CNRH são de observância obrigatória pelos demais órgãos e entidades do sindi. Segundo questionamento.

Segundo a lei 9433 de 97 e o decreto 11960, a resolução CNRH 192 de 2017 deve ser observada pelos comitês de bacias hidrográficas de _rios de domínios da união e pelo CNRH.

Quando da recomposição e revisão dos valores da cobrança.

De forma conclusiva.

Captar ao analisar a proposta de resolução do CNRH, que aprovou valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união da bacia hidrográfica do Rio Doce, essa consultoria jurídica recomendou CNRH que analisasse a adequação

das propostas das proposta aos artigos segundo e terceiro.

Da resolução CNRH 192 de 2017, que preveem o mecanismo de atualização de tais valores.

Terceiro questionamento, segundo a lei 9433, artigo 35, inciso quarto e artigo 38, inciso sexto e o decreto 11 960, artigo primeiro, inciso terceiro, é facultado ao CNRH deliberar sobre valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos diferentes daqueles.

Propostos pelo respectivo CBH.

Então, de forma conclusiva, a conjur é afirma que essa última previsão legal reforça a conclusão no sentido de que a definição pelo CNRH dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos deve considerar as sugestões dos comitês de bacias hidrográficas.

Mas a elas não se vincula.

Quarto questionamento, então, segundo a lei 9433 de 97 e o decreto 11960 2024, a resolução CNRH 192 2017 deve ser observada pelo CNRHE suas câmeras técnicas quando da análise deliberação acerca de proposta de recomposição de valores.

Da cobrança encaminhada pelos pelo comitê de bacia hidrográfica PCJ.

De forma conclusiva, ele diz que, por outro lado, não se vislumbra óbice jurídico ao CNRH na apreciação da deliberação dos comitês PCJ número 498 de 2025.

Afastar O Mecanismo de atualização proposto pelos comitês PCJ, inclusive para aplicar o índice previsto no artigo segundo caput da resolução CNRH 192 2017, desde que tal deliberação do CNRH seja acompanhada de adequada fundamentação.

Que considere o artigo terceiro, parágrafo primeiro, da referida resolução, os aspectos técnicos, econômicos e de atendimento ao interesse público e que seja ponderado que, segundo consta, houve prorrogações de prazo para apresentação da proposta pelos comitês PCJ.

Bom, esses foram os questionamentos apresentados. A conclusão, ela traz novamente o que foi já concluído individualmente para cada tópico. Então, as resoluções válidas e vigência editadas pelo CNRH são de observância obrigatória pelos demais órgãos e entidades do SI

A resolução CNRH 192 de 2017 é norma que estabelece critérios gerais para cobrança pelo uso dos recursos hídricos e, portanto, deve ser observada quando da atualização dos valores da cobrança, salvo se o próprio CNRH vier a editar nova norma sobre a matéria.

O CNRH, ao definir os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, deve considerar a proposta apresentada pelo comitê de bacia hidrográfica, mas pode dela discordar, desde que, mediante a adequada fundamentação técnica e respeitados os critérios gerais para cobrança.

As normas gerais sobre cobrança pelo uso de recursos hídricos, como a resolução CNRH 192 de 2017, que sejam válidas e vigentes, devem ser observadas pelos órgãos e entidades do singre, inclusive pelo próprio CNRH e pelas suas câmaras técnicas.

Não se vislumbra óbice jurídico ao CNRH afastar um mecanismo de atualização proposto na deliberação dos comitês PCJ número 498 de 2025, desde que essa deliberação no CNRH seja acompanhada de adequada fundamentação.

Que considere o artigo terceiro, parágrafo primeiro, da resolução 192 de 2017, os aspectos técnicos, econômicos e de atendimento ao interesse público e que seja ponderado que, segundo consta, houve prorrogações de prazo para apresentação da proposta pelos comitês PCJ.

Então esse parecer foi é saiu da conjun no dia 19, mas chegou para a gente apenas ontem, tá? Então por isso que esse documentosproclimamdrgmailcom de documentosproclimamdrgmailcomm documentosproclimam

A **Alberto Batista da Silva Filho** 57:26

Desculpe, Darlan, eu até pedi uma palavra, mas era justamente para informar isso que você terminou de informar aí no finalzinho. Obrigado, viu?

AS **Alexandre Saia** 57:27

O.

E aí, Nayla, você deixa esse documento aí à mão, porque talvez a gente tem que consultá-lo novamente, não é? Eu já quero convidar então o representacaocnicombr de Abreu Pereira Que faça sua apresentação.



CNRH 57:42

Okay.

AS **Alexandre Saia** 58:01

O boa tarde, sim.

T

Thiago Gil Barreto Barros 58:02

Boa tarde a todos, vocês me escutam.

Então está bom, vou tentar ser breve, objetivo, uma vez, inclusive, que os colegas que me antecederam já trataram de vários temas que eu iria cobrir. É, estamos analisando então no dia de hoje, a revisão dos coeficientes e dos valores.

Apresentados pelos comitês dos rios PCJ ao CNRH, é lembrando a todos que pela 9433, a cobrança tem como objetivo reconhecer a água como um bem econômico, sinalizar o real valor da água, incentivar o uso racional e obtenção de recursos para implementação.

Dos planos, esse conjunto de objetivos é um reconhecimento do princípio do poluidor pagador do usuário pagador e tem como é premissa internalizar os custos ambientais e mudar o comportamento por parte do usuário.

A gente relembra também a competência do conselho Nacional de deliberar sobre essas sugestões encaminhadas pelos comitês e a competência dos comitês de estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso em função disso, a gente, embora tenha abordado.

Os mecanismos na nota técnica da Anna nessa apresentação, a gente vai falar somente sobre os valores sugeridos e que estão ainda sobre a análise do conselho nacional. O comitês PCJ é uma bacia que está inserida 92% no estado de São Paulo. Uma parte menor no estado de Minas Gerais. E ela apresentou no início desse ano, em fevereiro, a proposta de revisão dos novos valores. É bom lembrar o histórico dessa discussão. Essa revisão ela acontece após.

Um comando trazido pelo conselho nacional em 2017, de atualização monetária dos preços e de recomposição da inflação acumulada entre 2005 e 2017, um período que não havia ainda esse instituto da atualização monetária pelo IPCA.

Então, o prazo inicialmente apresentado para o ano seguinte, a publicação da CNRH 192, ele foi constantemente prorrogado por diversos motivos, então foi levado uma primeira vez para junho de 2009.

Depois, em função de dificuldades por cometer, é ele venceria em 2021. Mas a gente tinha ali exatamente a ocorrência da pandemia de COVID 2019. É COVID-19, perdão. Ela Foi mais uma vez prorrogada para junho de 2024.

E naquele momento, em junho e 24, a gente ainda não tinha recebido essa proposta em função do processo de finalização do estudo que estava ocorrendo na bacia, estudo qual, inclusive a Anna, participou nas reuniões do grupo de trabalho da

Câmara técnica.

Assessorando a discussão, quando a gente finalmente recebeu então a deliberação 498, a Anna partiu para análise do que estava sendo propostos. Os preços públicos já foram apresentados pelo Anderson.

E o que a gente fez foi exatamente comparar o que estava sendo apresentado com o comando trazido pelo conselho Nacional de recomposição da inflação, então o estudo que foi contratado pelo comitê, ele sugeria cenários de reajuste entre 64% e 70%.

Mas o que foi proposto pelo comitê em última instância, aprovado, foi um ajuste de Fatima, parcelado em 2 anos. Esse reajuste, ele ficaria localizado ali entre o cenário a, que era zero por cento de reajuste, e o cenário b.

64% de reajuste trazido pelo aqui pelo estudo técnico. E esse cenário ele se justifica no âmbito da discussão, exatamente pelo fato de que o estudo estava olhando também para recomposição dos preços dos comitês Paulista.

Que não tem um mecanismo de reajuste, recomposição pela inflação automático.

Então, em que pese, a gente vê com bons olhos essa tentativa de equalização dos valores. Aí a gente precisa registrar que no ano ter mais um.

Da aprovação desses preços, preços que a gente está aqui observando, já vai haver nova defasagem caso o estado de São Paulo não apresente um normativo que preveja esse reajuste automático. A inflação medida, então, finalmente.

Que apuramos a partir dos dados do IBGE incidido entre esse período foi na casa de 183% e os reajustes que já vinham sendo aplicados, somado a esse novo reajuste apresentado pelos comitês PCJ, ele representava apenas 145%. Essa diferença, portanto, de 38.

Por cento, ela ficaria aquém do comando trazido pela resolução 192 2017, então apresentando na tela com destaque o valor corrigido pelo IPCA em janeiro de 25.

E o valor que seria apresentado a partir da aprovação da 498, mesmo após o segundo é parcela segunda parcela de reajuste, ela ficaria ainda aquém razão de não ter considerado a totalidade e integralidade da inflação.

A gente precisa registrar aqui também que foram feitas alterações nos mecanismos e que a simplificação da fórmula ela trouxe uma redução no valor é final arrecadado, então, embora a gente tem uma aparente correção de 30% do preço para 2027.

Quando você soma isso na fórmula aos ajustes de multiplicadores, divisores e índices de que a própria fórmula prevê, esse incremento, do ponto de vista de receita, ele representa o contrário, de fato de 24%, ou seja, a gente poderia ter um cenário.

inclusive que sem o ajuste de preço é apenas o mecanismo faria que o comitê perdesse a arrecadação né a partir da revisão do mecanismo e para finalizar minha fala né a consideração é de que mesmo com atraso de oito anos em relação Consuelo Nacional trouxe como comando 2017. É e essa revisão sugerida? Ela fica abaixo do patamar apurado pela inflação. Então é a 498, da forma com que foi apresentada. Ela não atende a resolução 92.

E esse foi, inclusive, um dos motivos que levou a Anna nas reuniões das câmaras técnicas e após a reunião da Câmara técnica, inclusive, fazer aquela consulta à consultoria jurídica via Secretaria executiva para entender a real aplicação.

Dessa normativa que, do ponto de vista da Anna, ela precisaria sim ser considerada nessa análise, não é importante registrar que os outros comitês de bacia interestaduais todos fizeram essa recomposição no período imediatamente seguinte a 192.

Falta somente OPCJ é cumprir esse dispositivo. Então a sugestão que a Anna traz é que o CNRH considera a reposição integral da inflação, com base nesse índice apurado e com base na resolução CNRH que está vigente.

Precisamos deixar registrado também, como foi trazido, inclusive pelo Denis, na fala dele, pelo Anderson na sequência, que houve conversas previamente a reunião do dia de hoje, que tentam buscar um caminho alternativo.

Para que a gente evite que essa situação é leve a um pedido de vistas, a uma não decisão que prejudique o planejamento financeiro do comitê de bacia, e a gente tem uma proposta que deve ser é apresentada pelos conselheiros.

É para tentar endereçar essa diferença entre o necessário e o que foi apresentado pela deliberação do comitê PCJ. Eu encerro minha fala por aqui e agradeço a oportunidade.

AS Alexandre Saia 1:06:12

Parabéns, Thiago, pela apresentação.

Bom, então é, nós temos aí essa proposta a ser apresentada. Eu vou passar aqui para o para o Anderson, o coordenador da setok aí para passo a palavra para ele.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:06:29

Eu posso passar a palavra para o secretário, que é também é uma das vagas aqui do Ministro, por favor, secretário.

A**Adalberto Felício Maluf Filho** 1:06:38

Obrigado, Anderson, Alexandre. Bem, pessoal, acho que deu para a gente entender bem o contexto. Eu acho que e também prestigiando todo o trabalho que o comitê de Brasil OPCJ fez nessa matéria, mas eu acho que a apresentação da Anna.

Thiago foi muito clara em relação a os outros comitês todos terem já atualizado.

Então é, eu sei que o pessoal aí fez algumas reuniões e umas negociações e pelo que eu entendo, já tanto PCJ, Anna.

A maior parte dos atores ali concordaria com uma proposta intermediária que mantém e aprova essa resolução, como foi proposta, mas já determina esse novo prazo de 1 ano e meio para.

Publicação e se isso não ocorrer, que ela seria automaticamente aplicada com o índice do IPCA. Então aqui está a proposta intermediária que foi construída ali entre MMA Anna OADR, eu acho que.

Também participou, se não me engano, todos, então, de atualizar ali os temas da resolução 192, a deliberação dos comitês e bacia do PCJ 498. E aí traria esse novo artigo segundo, que determina OPCJ que apresenta.

Está presente em até 30/06/27, uma proposta de reajuste de valores para uso e recompõe a integralidade da inflação acumulada no período da cobrança da resolução e aprovada pela resolução 92 e depois um parágrafo único.

Que na hipótese do comitê PCJ não apresentarem é a proposta no termos desse caput, aplicaria-se automaticamente recomposição integral das perdas inflacionárias, conforme variação. Frisar que essa proposta, obviamente ela não.

Não prevê ser retroativa. Ela basicamente vai mudar a partir do dia que ela for mudada, garantindo estabilidade e segurança jurídica. Mas também seria muito ruim.

Eu acho que para o conselho aprovar uma resolução.

após esses pareceres jurídicos da Conjur e outros dizendo de que ela não incorporou as diretrizes da 192. Então acho que essa proposta da gente fazer essa resolução conciliatória intermediária para poder aprovar aqui e prestigiar o

Trabalho do PCJ, mas ao mesmo tempo considerar esse trabalho técnico feito pela Anna é relacionada a resolução 192.

AS**Alexandre Saia** 1:09:17

Obrigado, secretário, o Anderson, você faz alguma complementação ou?

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:09:21

Não perfeita acho que a secretária já falou tudo essa só a gente fez vários alinhamentos com a Anna o MDR o próprio comitê como foi apontado pelo Denis é houve também a diretoria e colegiada já fez uma série de bilaterais ali para

AS Alexandre Saia 1:09:28

Mhm.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:09:38

Chegaram a esse entendimento é uma proposta que está alinhada e a proposta que está na tela é, tem os ajustes, os registros de ajustes no texto é baseado naquela resolução que saiu da chiaraunbgmailcom da Costao. Então, o que está em vermelho aí são os ajustes que a gente está propondo e já alinhado com.

Com esses atores e como o secretário falou, se aprovássemos uma resolução que vai de encontro a uma própria resolução do CNRH, seria enfraquecer sobremaneira OCNRHE um momento que a gente precisa realmente cada vez mais fortalecer CNRH como distância máxima do sistema. Então é uma proposta que eu.

Para seguidamente, peço a avaliação dos conselheiros para que a gente possa aprovar, não prejudicar OAO planejamento do comitê e é em 1 ano e meio, mais ou menos a essa prerrogativa do comitê apresentar novamente esse essa matéria.

É incorporando aí todas as perdas inflacionárias. Isso mantém a prerrogativa ali do comitê de discutir essa pauta e a mantém também a determinação do CNRH de que seja observada as suas resoluções.

AS Alexandre Saia 1:10:41

E o próprio parecer da consultoria jurídica junto ao MDR também, que é nesse sentido bom, então a gente abre feitas as Apresentações, a gente abre a palavra aí para os conselheiros e conselheiras, tá?

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:10:45

Exatamente.

AS Alexandre Saia 1:10:55

É esclarecer eventuais dúvidas antes de colocar qualquer tema em deliberação.

Deixamos aberto aí.

Aparentemente, não há nenhum tipo de dúvida em relação a.

Ao assunto, acho que ficou muito bem apresentado aqui por todos. E aí a questão agora é a deliberação sobre AO que nós colocaríamos em deliberação, então, é a proposta de substitutivo.

Na resolução.

É do texto original da resolução, está, então eu proponho que.

colocar em votação esse esse item se não houver nenhuma divergência

Então, vamos lá, é?

Apresentada a proposta de substitutivo, tá da minuta de resolução.

É aqueles conselheiros e conselheiras que concordam com a proposta apresentada agora do substitutivo que permaneçam como estão.

Então, aprovado por unanimidade.

A proposta de resolução.

É Ângelo.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:12:28

Pais de Carvalho.

AS **Alexandre Saia** 1:12:34

Está mudo, Ângelo.

AL **ANGELO LIMA** 1:12:34

Boa tarde novamente para todos e todas, só para parabenizar o trabalho feito, porque eu acho que mostram o CNRH e suas instâncias funcionando.

Inclusive através dos ministérios. Eu acho que isso é bem interessante, ao mesmo tempo que valoriza e um princípio muito importante da discussão da cobrança pelo uso da água e em relação, inclusive, a partir do.

O próprio comitê de Castro e eu só quero também, a partir disso, de valorizar tão importante instrumento para nossa gestão. E fico feliz que o Anderson informou que a c TOC vai discutir.

É em relação a essa questão das isenção. Eu acho que, para além de discutir até a questão da isenção, a gente precisa pensar, muito embora, tomara que a gente não consiga, possa da da serenidade a.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 1:13:23
Sim.

AL **ANGELO LIMA** 1:13:40

Recomendações, moções que a gente faça aqui no CNRH, porque é hoje a gente falar sobre isso para que não aconteça um desmonte a partir, inclusive, dessa questão desse instrumento tão importante que é a cobrança, quer dizer.

O ato aqui e que vai acontecer, eu estou aqui no Espírito Santo. Vai acontecer amanhã da isenção do da agricultura do setor Castro Brasil. É como disse o colega aqui, reforçando todo mundo, muita gente conhece o hélio.

Se temos que se podemos e se devemos, é até admitir a isenção que ela, e acho que essa é a grande recado que a gente deveria dar, é deve ser feita no comitê. O comitê deve ser decidido dentro da instância.

E não fora da instância. Então, essa questão da cobrança pelo uso da água, ao mesmo tempo, até mesmo me parece, viu, Anderson? Aí obviamente eu não estou na Câmara técnica de cobrança, mas eu acho que valeria a pena além disso também. Pensar em um Balanço de como está a cobrança no Brasil, nos estados, nós temos ainda.

Esse Balanço olhando para o Brasil, porque mesmo Alagoas, que, óbvio, aqui a gente tem que comemorar, é a resolução que aprovou a cobrança em Alagoas, mas.

De outro lado, também tem as dificuldades, inclusive, de da arrecadação que haverá na cobrança de Alagoas. Vamos fazer um Balanço disso, acho que me parece importante aí pela Chiara, se não é que já esteja fazendo.

A **Adalberto Felicio Maluf Filho** 1:15:29
Hhh.

AS **Alexandre Saia** 1:15:35
Ei, Alberto.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:15:38

Olha, eu peço a palavra aqui na condição de Coordenador da Cetao e não como Secretaria Executiva. Primeiro parabenizar a Amanda Alberto, MMA, Thiago, Humberto, da Anna, e parabenizar o PCJ na pessoa do Presidente Sérgio Rossato

Pereira,

Forma Franco em que nós conversamos é uma oportunidade. Então acho que é esse é um caminho que eu considero enquanto coordenador da Costa, um caminho muito bom de se chegar a um consenso de todos.

saem, eu acho que muitas pessoas duvidariam que um tema como esse fosse voltado por unanimidade, sem que ninguém tivesse nada a colocar, porque eu acho que o papel nosso é justamente preservar o sistema, preservar inclusive o trabalho do CNRH e também dos comitês,

Ao qual OCNH é tem um profundo respeito, que eu acho que é um sistema que a gente, apesar de ser descentralizado, é essa, esse trabalho, esse olhar conjunto é muito bom para todos. Então acho que esse foi um exercício e nós, como coordenadores aqui da Cetau.

Fomos muito felizes pelo resultado e damos os parabéns a todos que participaram e construíram essa solução que eu acho que Visa atender a todos e fortalecer com cada vez mais o CNRH, mesmo num dia que a gente tem apanhado muito aqui enquanto Secretaria executiva, mas enfim.

Faz parte do processo e vamos em frente que novas é boas brigas como essa, que eu considero uma boa briga, digamos assim, sejam travadas e a gente consiga chegar num termo que.

Que satisfação a todos, não é? Então, mais uma vez, obrigado.

AS Alexandre Saia 1:17:25
Elias.

E Elias Adriano dos Santos 1:17:29

Então, primeiro, parabenizar a todos aí pelo pelo empenho. Acho que é foi de suma importância essa articulação, essa conversa, essa conseguir gerir bem esse conflito, não tirando a competência nem de a nem de b.

E permanecendo, o colegiado é fortalecido. O Ângelo não falou com relação à questão da dos da cobrança e tal que é o que é no artigo 19 da 9433, mas a gente também tem que se preocupar com relação à questão da inadimplência.

Que algumas tem algumas macias isso tá tá complicado Então acho que acho que é preciso trabalhar também de dentro desse processo já que do jeito que a gente do jeito que tá indo né Com relação a questão de mudança climática e outras ações aí A tendência é do recurso ficar mais escasso e aí com certeza vai ter mais aumento de

conflito e aí a gente vai ter uma mais umas ações pra pra gente poder discutir e ver. Qual é o consenso que a gente que nós todos vamos chegar? Então parabenizar a todos aí, Anna, MMA, OMDROPCJEA cetoc cetel que se chegou num denominador comum, no qual fortalece na a política da.

Da das algas, das águas aqui no nosso país, obrigado a todos aí.

AS Alexandre Saia 1:18:57

Deixa eu passar aqui para o Sérgio Resende.

SR Sergio Razera 1:19:01

Agradeço, viu, Alexandre? Apesar de não ser conselheiro, mas agradecer as palavras do Alberto.

AS Alexandre Saia 1:19:06

O Sérgio, deixa eu só colocar aqui, perdão que eu estou concedendo a palavra aí para você, está?

SR Sergio Razera 1:19:11

Tá bom, obrigado. Alexandre. Muito obrigado para dizer que agradecer as palavras do Alberto aqui, colocar um nome aqui, viu? É aqui agradecer em nome do secretário Alberto, que tem umbigo dele aqui na cidade de Piracicaba.

AS Alexandre Saia 1:19:14

Yeah.

SR Sergio Razera 1:19:27

Então tá enterrado aqui o umbigo dele, então ele também sofre com isso. Mas agradecer imensamente a lara a lara não está aqui hoje com a gente, a lara articulou toda essa conversa Anderson Thiago. Agradecer especialmente o Alexandre Vilela, que também articulou bastante com os usuários.

Wilson conversei bastante com Wilson então o Ângelo então agradecer todo mundo que entendeu que a gente todo o nosso PAP 2026 30 já negociado com a Anna o contrato de Gestão

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:19:57
Martins.

SR **Sergio Razera** 1:20:02
Todo ele montado em cima dessa proposta já. Então a gente, caso houvesse uma retirada de assunto e tal, a gente ia perder um ano inteiro de trabalho. Então a todos, muito obrigado. E daqui a pouco, ano que vem, muito mais tardar de 27, nós estamos de volta.
Abraço a todos.

AS **Alexandre Saia** 1:20:21
Abraço, Sérgio. Bom, passamos então para o nosso próximo.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:20:25
O.
Alexandre.

AS **Alexandre Saia** 1:20:27
Pois não, pois não, Nelton?

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:20:29
Eu pretendia até ficar até só reconhecendo a grandeza desse desse processo que se arquitetou e pelo resultado alcançado, mas eu quero dizer aqui, com a presença do próprio Sérgio.
E de todos vocês. E não é, viu, Maluf? Essa oportunidade de eu não tenho mais o que dizer do que fazer o seguinte, aplauso.
É rápido.

AS **Alexandre Saia** 1:20:58
Obrigado, Diretora.
Então passamos aqui para o nosso próximo item de pauta, o item 5, que é a deliberação da moção de Itaipu para apoio ao desenvolvimento de ferramentas de classificação de dano potencial associado e aprimoramento do sistema nacional de

informações sobre.

Se.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:21:28

Alexandre travou.



CNRH 1:21:35

Alexandre.

H

A Adalberto Felicio Maluf Filho 1:21:39

Acho que vale, o que vale.



CNRH 1:21:39

Alexandre travou, enquanto ele destrava, eu vou, vou compartilhar e fazer a leitura desse item de Paula.

Então é deliberação sobre a minuta sobre a moção deliberação da moção de Itaipu para apoio ao desenvolvimento de ferramenta de classificação de dano potencial associado, DPA e aprimoramento do sistema Nacional de informações sobre segurança de barragem Luiz nesb.

A Adalberto Felicio Maluf Filho 1:21:53

Abreu SI



CNRH 1:22:07

Processo CMDR 59000 zero 18 zero 27 barra 2000 e vinte 5 68.

Então essa é proposta. Ela Foi trabalhada dentro da Câmara técnica de segurança de barragens. É hoje pela manhã, estava presente o ovidiojr, que ele é representante.

Agora à tarde ele não pode estar.

AS Aldo Azevedo- SEMARH-TO 1:22:24

Melo.



CNRH 1:22:32

A coordenadora da Câmara técnica de segurança de barragem, que é a Jussara, ela

também está em compromisso. E o representante da Anna, que é o Rogério Menescau, ele está em trânsito, então a gente está defasado aqui quanto representacaocnicombr da Câmara técnica, mas.

A minuta ela é auto-explicativa, então eu vou fazer a leitura e também tenho parecer da Costa BE para esclarecer qualquer ponto, tá? Então não certo que não vai deixar dúvidas, então a proposta da Costa da Costa BE.

É essa minuta para ser encaminhada para Itaipu, então o conselho Nacional de recursos hídricos no uso das competências que lhe são conferidas pela lei 9433, de 8 de janeiro de 97 pela lei 9984 17/07/2000.

Pela lei 14600 19/06/23 e pelo decreto 11960, de 21/03/2024, e tendo em vista o disposto na resolução CNRH 215, de 30/06/2020 e no processo 59018 zero 27. 2025 68 e considerando a lei 12 334, de 20/09/2010, que estabelece a política Nacional de segurança de barragens e cria o sistema Nacional de informações sobre o segurança de barragens como um de seus instrumentos.

Considerando que a classificação de barragens quanto ao dano potencial associado é uma etapa fundamental para verificação do enquadramento na PNSBEA consequente priorização de ações de fiscalização visando à segurança da população. Considerando o contínuo aumento no número de barragens cadastradas no sistema Nacional de informações sobre segurança de barragens, que, segundo o relatório de segurança de barragem de 2024 2025, ultrapassa 29000 estruturas, tornando imperativo o uso de tecnologias para otimizar a fiscalização.

E a gestão da segurança, especialmente para as barragens de usos múltiplos, para os quais é essencial melhorar a qualidade da informação para conferir maior assertividade à classificação do DPA, visando aprimorar a prevenção de acidentes, considerando que destas.

29000 barragens cadastradas, pouco mais de 14000 tiveram seu dano potencial associado avaliado e que só na base de massas d'água da agência Nacional de águas e saneamento básico existem mais de 170000 reservatórios artificiais mapeados. E que todas essas?

Amaliações de dano ao potencial associado devem ser revisadas periodicamente em função de alterações na ocupação da área afetada jusante, considerando que diversas dessas massas d'água estão localizadas na bacia hidrográfica de contribuição em Itaipu, podendo impactar em.

Em questões relacionadas à gestão da segurança e ambiental do reservatório, considerando a cumplicidade técnica e a necessidade de atuação de profissionais

altamente qualificados e dedicados para desenvolver uma ferramenta automatizada para delimitação de manchas de inundação para fins de classificação de DPA.

E que os órgãos fiscalizadores de segurança de barragem não dispõem de equipe em número e qualificação técnica adequados para enfrentar o desafio de classificar uma a uma as barragens já mapeadas, considerando a premente necessidade de aprimoramento do sistema Nacional de informações sobre segurança de barragens. Fundamental para sistematizar as informações e promover a transparência sobre a segurança de barragens no país, garantindo a boa qualidade e a completude dos dados, considerando que o relatório de segurança de barragem e avaliação ex post da política Nacional de segurança de barragens.

Evidenciam dimensionamento insuficiente na estruturação dos órgãos fiscalizadores e o desafio contínuo de qualificação profissional, o que torna a capacitação e o treinamento permanentes um Pilar estratégico para atuação dos fiscalizadores a gestão do conhecimento.

A padronização dos trabalhos e o efetivo fortalecimento institucional, considerando que o tema foi submetido à Câmara técnica de segurança de barragens deste conselho, reforçando a importância da matéria no âmbito do sistema Nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Considerando a importância estratégica de desenvolver pesquisas e o estado da arte em ferramentas computacionais que atendam às dimensões do território Nacional e a complexidade da gestão, fiscalização e classificação do DPA de barragens de uso múltiplos no Brasil.

Considerando a consolidada expertise do parque tecnológico de Oliveira no desenvolvimento de soluções e metodologias inovadoras para setores estratégicos, como energia, recursos hídricos e, notadamente, segurança de barragens e infraestruturas, o que estabelece como referência nacional e Internacional.

Por sua capacidade multidisciplinar na concepção de projetos complexos e integrados, considerando o ganho de visibilidade da Itaipu binacional na promoção de ações visando a sustentabilidade socioambiental, resolve recomendar a Itaipu que.

Um avalie com a devida prioridade a alocação de recursos de seu orçamento, bem como seu parque tecnológico, para apoiar a agência Nacional de águas e saneamento básico e os demais órgãos fiscalizadores de barragem de usos múltiplos no desenvolvimento de ferramenta computacional de ponta.

Para a classificação semiautomática de barragens quanto ao dano potencial associado para o aprimoramento do Sistema Nacional de informações sobre

segurança de barragem e para o apoio à gestão do conhecimento, capacitação e treinamentos aos órgãos fiscalizadores para utilização de metodologias e tecnologias desenvolvidas.

Bem como a atualização de guias e manuais sobre seguranças de barragem e 2 promova a articulação com agência nacional de águas e saneamento básico e o Ministro da integração e do desenvolvimento regional, bem como agência nacional de energia elétrica, agência nacional de mineração.

O Ministro de Minas e energia e os órgãos estaduais fiscalizadores de segurança de barragem para célere efetivação da parceria proposta, considerando o interesse público e a relevância da iniciativa para a sociedade.

Então, essa é a moção, é, eu sei que temos alguns, embora não tenha o coordenador e relator, temos alguns representantes aqui da CTSB. Se alguém quiser falar, fique à vontade. Está com a palavra? Eu vejo aqui Aparecida.

Do Ministro de Minas e a energia, temos alguém, será?

A **aparecidapimentelvargas** 1:28:58

Só eu?

Não, eu pediria pela o apoio de vocês na aprovação dessa moção que ela é muito importante para nós na questão de segurança de barragem, tá e se a gente puder contar com esse apoio a gente acho que tudo que deveria ser dito a Nayla já já leu nas considerações sobre a moção.

Tá.

AS **Alexandre Saia** 1:29:28

Anderson.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 1:29:30

o Alexandre Obrigado é aparecida só como não participamos Aline na na gente não faz parte a eu participante não faz parte da Costa Santos Bicca o relação à questão dos seus considerados a gente sabe da posição da Conjur do É de não falar sobre consideramos. Não sei se é só em resolução ou moção. Também não caberia só em resolução. Então, perfeito. Então é essencial.

A **aparecidapimentelvargas** 1:29:49

Só em resolução, moção, não.

Teve essa discussão antes, quando a gente foi preparar o documento e aí é só ir resolução.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 1:29:56

Santos.

Então, perfeito, obrigado.



CNRH 1:30:02

Relembrando só que também essa moção segue acompanhada do parecer tanto da CTSB, que detalha ainda um pouco mais a motivação, e o parecer da Costao, que essa moção foi submetida para análise da Costao e também ambos com parecer favorável para aprovação.

O encaminhamento das câmaras técnicas é esse.

AS **Alexandre Saia** 1:30:24

O Elias.

E **Elias Adriano dos Santos** 1:30:28

Então, primeiro, parabenizar, eu acho que é uma ferramenta de suma importância devido AO que já ocorreu no país e isso é bem melhorado, que é uma busca de melhoria contínua dentro desse processo.

Com capacitação, com envolvendo academia, anos, envolvendo todos os atores para melhorar. Acho que é um é um processo de melhoria contínua. Acho que a gente precisa é, nós estamos partindo para essa, para essa ação, não é? Eu Acredito que e o conselho está de parabéns.

É de trazer essa discussão e para poder a gente melhorar esse processo dentro do país aí com relação a questão de segurança de barragens.

AS **Alexandre Saia** 1:31:09

Wilson.

W **Wilson de Azevedo Filho** 1:31:11

É bom, boa tarde a todos. É claro que é muito importante essa moção. Esse monitoramento de barragens, ele é fundamental para a segurança de.

De segurança total, não só de dos recursos hídricos, como das populações e danos

ambientais, entre outras. Agora, é interessante lembrar que as moções do conselho. Elas precisam de ter um acompanhamento. Não adianta o conselho fazer uma moção e achar que cumpriu o seu papel. Não é o suficiente. Tem que ter consequência essas moções. E aí eu não sei se seria interessante, viu, Alexandre? É se criar algum tipo de acompanhamento da evolução dessas noções, porque não só essa, mas é noções que já foram feitas no passado pelo conselho, muitas vezes ficam só no texto.

E o conselho acha que cumpriu o seu papel de fazer a noção, mas tem que ver a consequência dela. Então só queria fazer esse registro, dada a importância dessa noção. Obrigado.

AS Alexandre Saia 1:32:34

Obrigado Wilson é Ângelo.

AL ANGELO LIMA 1:32:46

Esse tema é bastante importante e parabéns aí pela articulação. Agora eu tenho uma dúvida aqui e se puder mostrar ali de novo a.

a Moção e porque eu fiquei pensando, refletindo aqui, já que vocês gente está falando de barragem, barragem também tem, pode ter problemas de aspectos ambientais e afetar a

Biodiversidade e outras questões, por que OMMA não está ali também pensado nessas nesse segundo é ponto aí de promover a articulação que me parece que valeria.

a pena pensar no MMA também, ou pelo menos, talvez outros, aspectos, outras instâncias do próprio Ministro do Meio Ambiente, como o IBRAMA,

Enfim, mas eu acho que teria que estar o Ministro de Meio Ambiente, a mudança do clima. Então, só uma pergunta, por enquanto, se não seria o caso de refletir, de colocar o MMA também nessa articulação.

A aparecidapimentelvargas 1:34:03

Ângelo só foi colocado é órgãos e instituições que tenham alguma relação direta com segurança de barragem, por isso que OMMA não está aí.

AS Alexandre Saia 1:34:16

É Leonardo.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 1:34:19

É primeiramente agradecer, não parabenizar a moção, acho que toda a parte da. Também da deliberação ficou. A ação ficou bem escrita, mas assim a dúvida que eu tenho, até pensando no que o Wilson colocou também. E assim é, se já foi feito algum contato, alguma articulação. O que a gente tá dando aqui é até. dando parabéns para a articulação, mas a gente não sabe se houve articulação, a gente sabe da moção. Então, alguém que trabalhou poderia saber se já teve uma primeira conversa com Itaipu, sabe se é uma coisa que é viável mesmo ou a gente, como Wilson colocou assim, a gente vai ter que esperar Itaipu De pronunciar e quem que vai acompanhar? Então, acho que se tivesse essa resposta de que se já houve um primeiro contato e já tem um sinal positivo, seria legal para até para o conselho saber.

AS **Alexandre Saia** 1:35:18

Você quer responder, Alberto?

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:35:21

Não. Na verdade, a ideia era tentar é falar em cima do que o Wilson falou. É de que vocês assim temos aqui conselheiros de longa data no Plenário aí do CNRHE dizer que eu também considero, inclusive, importante que seja feito um acompanhamento, porque se não.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:35:33

Brasil.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:35:41

Fica uma coisa muito solta. E aí eu pergunto aos colegas se existe se a existiu ou porque eu acho que fica esquisita se for a Secretaria executiva, a responsável para verificar essa, digamos assim, os passos posteriores a própria. Publicação da moção e aí Aparecida, que também é uma pessoa que extremamente conhecedoras aí da do funcionamento do CNH. Wilson é existir algum mecanismo de acompanhamento, como foi citado para essas moções? Para que? Tivesse, digamos assim, alguma afetividade a elas ou pelo menos saber se o recado

foi propriamente compreendido pro para quem fica, digamos assim, se é o responsável por rececionar essa noção a quem é nós endereçamos.

A **aparecidapimentelvargas** 1:36:16
Okay.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:36:28
Essa noção é um questionamento da Secretaria executiva nesse sentido.

A **aparecidapimentelvargas** 1:36:34
O Alberto, obrigada Alexandre. O Wilson reclamou justamente sobre isso, porque a gente aprova a moção e aí o fato fica como encerrado, sabe? Ele tá pedindo justamente que exista um acompanhamento mais próximo para saber se.

AS **Alexandre Saia** 1:36:34
Alexandre.

A **aparecidapimentelvargas** 1:36:52
Sim, inclusive pediu uma resposta minimamente da moção recebida. É, eu costumo falar que emoção para gente no CNRH dá às vezes preguiça, que a sensação que a gente tem a emoção, pega e coloca na gaveta uma resolução já não do CNRH, já não tem uma força como eu.
Gosto de comparar com a do konami, imagina uma moção? É, mas alguns assuntos não tem como não ser por moção, pelas formas como a gente tem de se manifestar. O que eu sugeriria. Desculpa estar colocando mais trabalho para vocês.
Mas é quem pode falar em nome do CNRH, é a Secretaria executiva. Quem pode ligar, cobrar, procurar saber. Porque nós, enquanto membros do conselho do conselho Nacional, a gente não pode falar em nome do conselho. Quem fala em nome do conselho é o presidente e a Secretaria executiva.
Se não, a gente estaria usurpando, sabe uma?
Uma questão que não é uma competência que não é nossa.

AS **Alexandre Saia** 1:37:58
O Leonardo.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 1:38:00

É não, eu volto a insistir na.

A pergunta é porque é assim, me parece uma coisa chata da gente chegar aprovar a moção aqui. É solicitando recurso para Itaipu, assim, sem ter nenhuma, nenhuma conversa antes, sem ter uma articulação antes. Por isso que eu estou.

Que eu volto a fazer a pergunta, houve uma articulação, houve um alguma coisa para alguma conversa onde com o Itaipu ou simplesmente a gente está só chegando, aprovando a moção, dizendo bem assim, nos ajude aqui com recursos para fazer. É um programa de segurança de barragem que vai nos auxiliar a se aliar os estados.

a fazer a sua classificação, que é obrigação do Estado. Essa é a pergunta que, para mim, eu acho que se a gente não conseguir responder isso, eu fico até meio constrangido de aprovar uma moção assim, sem saber se já teve. Se não teve, se a gente está pedindo recursos sem conversar com eles antes, eu achei complicado a Moção. Vamos colocar assim.

AS **Alexandre Saia** 1:39:10

Aparecida, antes de passar pro João, você quer falar sobre isso? No âmbito da CTSB, houve algum tipo de foi ouvida a Itaipu? Houve algum contato? Tá mudo?

A **aparecidapimentelvargas** 1:39:25

Desculpa, eu estou tentando ver se o Rogério Menescal não está aqui também na reunião para ele poder dar essa resposta.

 **CNRH** 1:39:33

Não está parecido. Eu falei com ele, está em trânsito, não consegue. Rogério, que olha lá.

A **aparecidapimentelvargas** 1:39:37

Alá não está assim, alá conseguiu entrar.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:39:39

No.

AS Alexandre Saia 1:39:42

Então, Rogério.

R Rogério de Abreu Menescal 1:39:42

Conseguir entrar pessoal, desculpe aí, tudo bom?

A aparecidapimentelvargas 1:39:45

Obrigada, Rogério.

AS Alexandre Saia 1:39:47

Você ouviu a pergunta, Rogério?

R Rogério de Abreu Menescal 1:39:48

É, ouvi, ouvi, ouvi sim. É, foi feito uma tentativa. Obrigado a todos pela atenção. Aí é Itaipu já tem feito alguns trabalhos semelhantes com a agência nacional de mineração, o sistema de gestão de segurança de barragem de minerações, que é o sd

AS Alexandre Saia 1:39:50

Anna.

NF Nelton Miguel Friedrich 1:40:05

Yes.

R Rogério de Abreu Menescal 1:40:08

E até seguindo esse mesmo caminho, a gente tentou já fazer, por meio da Anna, uma articulação com o Itaipu, mas infelizmente não é questão de priorização, não é? E aí a ideia e a gente chegou a pedir uma.

O do MDR não sei se a Nayla lembra que aí mandamos um ofício para OMDR pedindo esse apoio, mas um nível político mais forte, EOMDR encaminhou para o próprio CNRHOA análise do e foi que resultou na moção.

Então houve aí um caminho de uma tentativa de subir o nível de é de, digamos assim, de chamamento de atenção de Itaipu para a temática, mas a equipe.

Técnica do PTI que tem lá o centro é de segurança de barragem, até o doutor Nelton

Friedrich, que está aqui também na reunião do conselho, foi um dos que criou esse centro lá em Itaipu e tem total condições de apoiar.

Essas ações até já fez algumas ações também em parceria com a Anna e tem assim e tem disponibilidade orçamentária para quando ela prioriza em termos de é dos diversos assuntos que ela desenvolve lá, com os recursos.

Que eles têm alocado para esse tipo de coisa. Então é uma questão mais de apoio no sentido de colocar na escala de prioridade deles. Mas eles têm total capacidade técnica e operacional para desenvolver a atividade. Não sei se eu consegui explicar e esclarecer.

Está contente aí, estou à disposição aqui.

AS **Alexandre Saia** 1:41:52

Perfeito. Obrigado, Rogério. O João raiser está na sequência, depois o diretor Nelton vai falar.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:41:53

O.

JR **João Ricardo Raiser** 1:41:59

Says me over at e Fa

AS **Alexandre Saia** 1:42:01

Sim.

JR **João Ricardo Raiser** 1:42:02

Tá. Bom, boa tarde. Então a pergunta era um pouco complementar a fala do Leonardo e eu acho que o Rogério Melo esclareceu um pouco. Então já existe uma conversa, porque tá precisando é reforçar a Itaipu a importância dela colocar isso como prioritário. Essa que é a ideia da moção, então.

Acho que a preocupação do Leonardo era de nós estarmos fazendo um pedido sem que isso tivesse acontecido uma conversa ou tivesse relacionado a um contexto.

Então está é uma proposta de um projeto que eles têm capacidade de auxiliar, mas ainda está.

Não está tendo a vontade ou a relevância política para tratar, disponibilizar essa parceria e o conselho entra reforçando a importância disso.

A **aparecidapimentelvargas** 1:42:48
Não só reforçando, como formalizando.

JR **João Ricardo Raiser** 1:42:51
Isso, perfeito, perfeito.

AS **Alexandre Saia** 1:42:53
Vamos ouvir o diretor Nelton.

JR **João Ricardo Raiser** 1:42:54
Obrigado.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:42:58
Bom, primeiro, já que citado pelo Rogério, meu condutor, antes pelo aeroporto, dá uma obra do Espírito Santo, com aquele trânsito naquela hora com chuva, é lá em Vitória. Bom, bem rapidamente é. Veja, eu só tenho uma observação de ordem muito.

R **Rogério de Abreu Menescal** 1:43:02
Gustavo.
Franco.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:43:14
É hoje não é mais Park tecnológico de Itaipu. Ele passou a ser Park Tech Itaipu Park tech. Só observação para facilitar a gente é acertar bem então a alteração quando nós criamos OPTI de 2003 para 2004.
Deixa eu fazer um comentário aqui, porque mostra a expressividade do que é uma empresa estatal binacional, no caso, de quando coloca o interesse do país, o interesse maior e não apenas o objetivo imediatista, o objetivo só lucrativista. A decisão que havia na Itaipu era colocar abaixo toda aquela estrutura que estava em processo de deterioração. É da morada dos operários solteiros, porque foi criada uma cidade. Eram 9000 operários sorteio. Tinha tudo que vocês possam imaginar. É cinema, é delegacia de polícia, refeitórios, dormitórios, porque os casados, as famílias, foi inaugurado um é um bairro especial próximo à construção.

Agora, dentro da do canteiro era esse espaço que era a Morada dos operários solteiros, et cetera, et cetera.

Repetir, tinha o cinema e talvez aqui de maneira um pouco curiosa, uma das grandes atrações eram os shows da Gretchen. Bom, voltando para o assunto Sérió, é interessante a gente observar que aí o que nós decidimos reformar aquilo que estava caindo em.

AS

Alexandre Saia 1:44:33

Santos Santos Santos Santos.

NF

Nelton Miguel Friedrich 1:44:41

Processo de deterioração e fazer um parque tecnológico.

e a conectando exatamente três grandes eixos como mantenedora energia meio ambiente e água por isso que são os três eixos é que o dia fundantes do próprio PT e agora é Park Tech a conclusão que eu deixo aqui

É, eu acho que a gente até abrevia um contato como esse já diretamente pelo conselho. Eu confesso que abrevia, porque eu não tiro a possibilidade. Se quiserem, a gente pode até com o secretário ou enfim, com o membro, é.

Diretora de Itaipu, simplesmente informar que estamos encaminhando isso e aquilo, mas eu ganharia tempo para encaminhar logo, sim, talvez apenas um telefonema, porque eu confesso, conhecendo um pouco, fui lá para ficar 2 anos, fiquei 15, é, eu acho que você teria uma boa receptividade esse.

R

Rogério de Abreu Menescal 1:45:33

O.

NF

Nelton Miguel Friedrich 1:45:35

Esse pleito aí, essa reivindicação, até porque, repito, e o Rogério colocou muito bem, é a Itaipu tem um dos melhores. É cursos de especialização em segurança de barragens e tem convênios com várias universidades, com várias instituições.

Então tem um curso de segurança e barragem. Além disso, é evidente que é tem um processo extraordinário, permanente, de observação, de acompanhamento, monitoramento e até com um Borges Internacional. Conclusão.

É, não vejo é nada mais, nada menos do que eu acho que encaminhar isso sim, até pelo que significa o próprio é remetente, não é? E a gente, quem sabe é uma ligação

apenas dizendo, olha, estamos diante, na realidade, é encaminhando o expediente formalmente.

É isso?

AS Alexandre Saia 1:46:27

Obrigado, diretor, deixa eu passar aqui pro Alberto, Secretaria executiva.

A Alberto Batista da Silva Filho 1:46:33

É porque enquanto secretário executivo, a gente precisa entender bem o que foi colocado aqui, porque se não lá na frente estava, nós vamos ser cobrado. E assim, e pelo que eu entendi, ninguém fez isso lá. Aparecida que você sugeriu que eu estou falando daqui para trás.

Que é o que você estava sugerindo de que a Secretaria Executiva fizesse esse corpo a corpo a quem é endereçado essas moções? Porque se você ler bem o decreto, o decreto diz que a Secretaria Executiva é exercida pelo DRHB, então, e como nossa autoridade máxima do DRHB é o nosso Diretora Nelton.

Eu pergunto aí não especificamente sobre essa noção, que é, por coincidência, tem a toda expertise e o conhecimento do nosso diretor na condição de ex-diretor da do Itaipu, mas eu falo em relação às outras noções.

E as que porventura vierem é o que foi dito. É, e aí eu pergunto que se não seria um caso de futuramente a gente já delimitar isso de uma forma muito clara de que, independente da noção, essa articulação posterior ao envio da moção.

Seria feita pela Secretaria executiva na pessoa do nosso diretor. É, fica esse questionamento aí da Secretaria executiva, para que a gente depois não seja sendo cobrado, ser uma coisa que não ficou muito bem entendida, se é isso mesmo que foi que foi falado.

A aparecidapimentelvargas 1:47:55

Alberto, foi isso mesmo. É o que eu disse. É hoje, da forma como tá o decreto e da forma só quem pode falar em nome do conselho é a Secretaria executiva e a presidência do conselho. Nós não podemos abrir outras prerrogativas, não tem mais ninguém, até porque para evitar problemas.

Turos, a gente tem que deixar isso muito claro, porque se a gente abre essa exceção para uma coisa, fica aberto para várias.

A Alberto Batista da Silva Filho 1:48:22

A gente só queria entender, não desculpa, aparecidapimentelvargas se antes a própria Secretaria executiva já fez esse papel ou seria um pedido daqui para frente.

A aparecidapimentelvargas 1:48:22

E eu acho que não.

Yeah.

Não.

Mas foi o que o Wilson reclamou. O que aconteceu até então é a prova, se a moção e por aí para e você fica com um documento que não faz muito. Ele não tem muita força porque você.

Aprovou, vai lá e encaminha. A partir do momento que encaminhou, considera como sabe, cumprido. E aí a gente não tem hoje efetividade de fato em quase nenhuma das moções, anão ser aquelas que, por alguma iniciativa individual ou alguma questão, a gente tenha tomado inicial.

Mas a gente não pode abrir essa prerrogativa de dessas iniciativas individuais serem oficiais pelo Conselho Nacional entendeu a gente pode até ajudar mas quem tem que fazer esse esse papel é a secretaria executiva

A Alberto Batista da Silva Filho 1:49:16

Perfeito foi.

G Gustavo dos Santos Goretti 1:49:19

Quantos centavos que é os 2% aí vai dar 30 centavos mais ou menos?

A Alberto Batista da Silva Filho 1:49:24

Não perfeito, era só para uma questão de entendimento, entender perfeitamente.

A aparecidapimentelvargas 1:49:26

Você entendeu o que eu quis, não? E o Wilson estava justamente reclamando de da ineficácia de Moções até então, por não ter uma sequência.

A Alberto Batista da Silva Filho 1:49:37

Perfeito, concordamos também. A gente também sente essa, enquanto Secretaria

executiva, essa coisa muito solta que é, tem assim uma moção, mas a gente não sabe como é que isso, qual é o tratamento que está sendo dado, não a Secretaria executiva entendeu perfeitamente.

A **aparecidapimentelvargas** 1:49:46

Is.

Exatamente.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:49:52

Como eu disse, a quem representa a própria Secretaria executiva é a autoridade máxima, é o nosso diretor Nelton. Então a gente vai a gente articular de agora por diante, com o nosso diretor, como fazer essa, esse, digamos assim, esse corpo a corpo a posteriori? Obrigado, Aparecida e.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 1:50:05

Okay.

A **aparecidapimentelvargas** 1:50:07

E nada impede que um membro ou outro do comitê que tenha mais proximidade com o tema da moção em que tiver em questão, sabe? Ajude nessa aproximação, ajude nesse contato agora em na.

Nesse caso em questão, o Nelton é a melhor pessoa para fazer isso. A gente nem tem, nem tem o que discutir, sabe? Mas acho que nada impede que haja essa articulação. Mas que quem tem que procurar tem que ser quem fale em nome do CNRH, acho que não.

Não tenho a menor dúvida.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:50:39

Perfeito, perfeito. Vamos fazer o levantamento dessa Gestão Agora, as noções que foram é oriundas dessa Gestão para não foram muitas, mas as que foram vamos tentar articular com o nosso diretor uma forma de buscar elementos de como é que dá.

A **aparecidapimentelvargas** 1:50:46

Nem foram muitas.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:50:57

Se quem recebeu entendeu exatamente qual era AOA mensagem e se por acaso houve alguma mobilização e se não houve tentar mobilizar quem foi enviada à moção para que realmente tenha um princípio de efetividade nessas moções, não fique só como um recado.

E a secretária executiva entendeu perfeitamente qual é AO papel que se espera dela e vamos providenciar o mais rápido possível um encaminhamento nesse sentido. Obrigado.

AS **Alexandre Saia** 1:51:22

No.

A **aparecidapimentelvargas** 1:51:23

Obrigada aí pela compreensão, Alberto.

AS **Alexandre Saia** 1:51:25

Antes de passar para o Ângelo, fica aí OA sugestão, Alberto, é da ali no Painel do CNRH, que é bem completo. Ali a qualquer pessoa poder acompanhar onde faz a pesquisa da moção. De repente a gente cria um campo colocando ali o andamento, se o órgão que foi.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:51:26

Tá.

AS **Alexandre Saia** 1:51:43

Para quem foi encaminhado à moção, que tipo de iniciativa ele teve, se ele respondeu ou não, fica, fica essa sugestão, mas vamos passar para o Ângelo aí.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:51:53

Thank you.

AL **ANGELO LIMA** 1:51:57

E hoje eu fiz uma questão aí, até Rogério, e longe de querer dar trabalho por MMA, mas se a gente olhar a lei 12.334 do artigo V a fiscalização da segurança de

barragem caberá

sem prejuízo de ações fiscalizadoras dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de meio ambiente dois pontos aí no item se a entidade então caberá fiscalização caberá

A Entidade que concede a Licença Ambiental e para fins de distribuição disposição de resíduos industriais. Portanto, OMMA também tem atribuição sobre a questão de segurança de barragem. Então eu fiz a questão ali no segundo artigo da moção.

Porque aqui não está OMMA, obviamente se OMMA não quer fazer esse trabalho é uma coisa, mas o fato é que cabe também ao MMA. É atribuição em relação à segurança de barragem.

AS **Alexandre Saia** 1:53:10
Rogério.

R **Rogério de Abreu Menescal** 1:53:14

Me permite pronto agradecer as palavras carinhosas aí do diretor Nilton. E eu tinha até levantado a mão antes, mas como o tema tinha mudado de assunto, eu baixei. E era justamente nesse sentido. É porque hoje o Ibama, ele não tem nenhuma barragem. É que ele.

Deu licença para uso industrial. Então, por isso, o Ibama não é um órgão fiscalizador de segurança de barragem. Quando a gente colocou os órgãos estaduais, a ideia era pegar justamente também os órgãos como o Inema, Secretaria de meio ambiente, que também.

Fiscalizam segurança de barragem, tanto às vezes de recursos hídricos como de resíduos industriais. Mas é eu, a Anna não é não é membro do conselho, mas se me permite Aparecida, não vejo problema nenhum colocar o Ibama.

Inclusive o Ibama, mesmo não tendo barragem, eles participam bastante com a gente em reuniões, em discussões técnicas, viu Nayla? Não vejo problema nenhum em acatá e a sugestão do conselheiro Ângelo, eu acho até muito bem-vinda e bem lembrada.

Não vejo, eu acho que é importante para que o Ibama sirva como.

Uma instituição que ajude nessa capilaridade com os órgãos ambientais estaduais. Obrigado.

AS Alexandre Saia 1:54:38

Secretário Alberto.

A Adalberto Felício Maluf Filho 1:54:41

Era o meu comentário um pouco nessa linha do Ângelo, do Rogério, que é OMMA, apesar de não ter atribuição direta ali sobre barragem, a gente tem sobre outras políticas ambientais que são correlacionadas, como o programa nacional de emergências, é.

OP 2 r 2 de emergência de desastres ambientais. A gente trabalha aqui junto com o Ibama em todos os temas da recomposição, por exemplo, de Brumadinho, Mariana, é nos comitês. Então, assim, eu não vejo problema nenhum mencionar ali essa integração com a política ambiental.

E citar qualquer coisa os órgãos do sisnama, entidades e é autarquias ali do sistema.

AS Alexandre Saia 1:55:24

Anderson.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 1:55:25

Só complementando a nós participamos do comitê Interministério de segundas barragens também, como Ministro o meio ambiente. Então acho que esse tema tem relação de fato com o Ministro meio ambiente, suas autarquias e Pintos vinculadas e não vejo também problema.

É de inclusão aí na no inciso segundo, ali da proposta de Paula.

AS Alexandre Saia 1:55:47

Não havendo mais considerações, a gente podemos ir para deliberação com os acréscimos sugeridos da resolução, tá desculpa da minuta de Moção.

Que é para apoio ao desenvolvimento de ferramenta de classificação de dano potencial associado e aprimoramento do sistema Nacional de informações sobre segurança de barragens.

É colocamos então em deliberação a minuta de Moção com os ajustes do inciso 2, com a inclusão é do Ministro do meio ambiente e mudança do clima e.

Ibama.

Aqueles que estão de acordo com a aprovação, conselheiros e conselheiras que

permaneçam como estão.

Então, aprovado por unanimidade, a minuta de Moção.

Então, seguimos com a nossa falta.

O item.

Cláudia, pois não?

Está mudo, Cláudia.

Não estamos ouvindo.

Está.

Então, item 6 da nossa pauta, deliberação sobre a prorrogação, pelo prazo de 1 ano, dos mandatos dos membros titulares e suplentes do comitê da bacia hidrográfica do Rio Piancó, Piranhas Açu, CBHPPA lembrando.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 1:57:38
Hhh.

AS **Alexandre Saia** 1:57:41
que é no caso é da prorrogação de prazo não há mais nessa deliberação do conselho aqui a gente tá trazendo mais como um informe que já ficou pactuado e acordado em reuniões anteriores que as prorrogações de Mandato
Não necessitam mais de deliberação dos conselheiros e conselheiras, Alberto.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 1:58:07
Não, era justamente isso. Como coordenador da Costao, esse assunto teve, foi colocado diretamente para a Costao. Exatamente, veio uma manifestação da Anna. Primeiro, houve uma deliberação do próprio comitê, só que na própria deliberação do comitê, o comitê falava em dar conhecimento ao Consuelo.
E não é uma, digamos, uma convalidação ou mesmo uma deliberação do conselho sobre sobre essa questão. É, num primeiro momento, é. A gente trabalhou e. Porque a gente iniciou tendendo a ter uma deliberação, porque recentemente aconteceu isso com o doce, se eu não me engano, mas é verde grande. Desculpe a Regina, verde grande, mas com o bendito pela nossa a é.
Já experiente e conselheira Aparecida, que também faz parte da acetau, ela levantou, levantou essa questão sobre não anão exigência dessa manifestação do conselho nesses casos, já que o próprio comitê já tinha deliberado.
E muito bem fundamentado, por sinal, porque justamente AO parecer foi acostado

também aí a aos documentos da reunião. AO pedido de deliberação se dá pela questão é de uma falta de recursos por parte da Anna, já que o comitê.

A partir do próximo ano foi aprovado esse ano pelo conselho OA cobrança no comitê e a partir do próximo ano vai ser iniciada a cobrança, então ele só vai poder ter esses recursos para poder fazer a mobilização que é necessária para.

Para a própria eleição, isso só vai poder se acontecer no ano de 2027. Então, tendo isso em conta e pela vasta experiência, não só da Aparecida, do próprio Wilson, isso foi longamente debatido numa reunião que.

Parecia que ia ser em coisa de meia hora. A gente passou quase 3 horas discutindo isso na cetau. E a unanimidade da cetau foi pela enviada para o conselho, não de uma deliberação, enviar o conselho, não uma deliberação, eSIM uma dar conhecimento ao conselho.

Dessa deliberação que foi é emanada do próprio Comitê de Bacia do Piancó. Então a gente, Piranza da Silva, então a gente na verdade fez esse ajuste para que inclusive deixasse isso muito claro para o conselho de que não era praxis e não é, não há nenhum

Mando específico, determinando que o conselho se debruce numa deliberação ou mesmo numa manifestação de concordância ou não sobre esse pedido de deliberação de prorrogação do da eleição dos membros titulares e suplentes do dos comitês, então?

Dito isso, por isso a gente transformou num mero conhecimento. Geralmente seria através do comunicado que a gente está fazendo quinzenalmente, mas especificamente por esse caso, a gente está levando um plenário para que o Plenário conheça o porquê.

De que a gente não tenha emitido uma deliberação eSIM um e dar conhecimento a deliberação que foi emanada lá pelo comitê é que nós consideramos tem a prerrogativa para essas, para essas manifestações, para essas deliberações.

AS Alexandre Saia 2:01:31
Anderson.

A Anderson Felipe de Medeiros Bezerra 2:01:33
O prefeito eu queria até parabenizar esse tal pelo esse entendimento, porque se você for ver no calhamaço de resoluções que tem o CNRH, quantidade de resoluções que aprova a extensão do prazo da diretoria colegiado do colegiado tal.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 2:01:48
Brasil.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 2:01:48
É desnecessário totalmente não é uma prerrogativa do comitê fortalece o comitê e vem para o CNRH é importante sim vim para conhecimento mas é isso deixa as resoluções para temas mais importantes né é o manifestação para

G **Gustavo dos Santos Goretti** 2:01:49
Hhh.
Brasil.

A **Anderson Felipe de Medeiros Bezerra** 2:02:05
coisas mais para de Gestão na prática dos recursos hídricos, enfim, e essa questão mais administrativa é importante tomar conhecimento e não é necessário a nosso ver aqui realmente essa quantidade de resoluções que tem sobre de Gestão de Prazos de Diretora Colegiada.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:02:23
Anderson, só pessoal, só complementar AOA O posicionamento da própria cetau. A cetau de Souza também assim, não nas discussões, ficou o alerta de que bom, tudo bem, a prerrogativa são é dos comitês de deliberar sobre isso, desde de que justificadamente.
Inclusive, foi sugerido que isso seja é discutido dentro das câmaras técnicas para que a gente deixe isso melhor, melhor entendido, para que os seus próprios membros não prorroguem os seus, os seus, os seus respectivos é.
Mandatos sem uma justificativa plausível. Então, isso eu acho que vai ser, provavelmente futuramente, em um curto espaço de tempo, objeto de análise pelas câmaras técnicas. É que tem essa prerrogativa e a gente talvez transforme isso numa resolução muito mais bem, digamos assim, delimitado o alcance.
Dessa dessa atuação do dos comitês em na prorrogação dos seus mandatos, para que isso não seja um instrumento de se perpetuar um mandato AD eternum é nos comitês, mas sim é.
É preservando as prerrogativas principais, é do comitê, mas obviamente tendo um

limite disso para que isso não seja não seja feita a mau uso, claro, a gente sabe da dos comitês.

É só para deixar uma coisa mais bem acabada e que a gente não fique nessa dúvida se cabe ao CNH é deliberar, se manifestar sobre isso ou não. Então isso vai ser objeto de discussão nas câmaras técnicas. Mas para o momento eu acho que essa, esse encaminhamento, eu acho que foi um avanço.

E como você bem disse Anderson, é dar uma despoluída naquelas resoluções que tem um condão apenas de é validar uma decisão que já foi, é manada de onde um comitê, enfim.

Então, a acetao entendeu isso perfeitamente. Os membros é discutiram isso exaustivamente e o posicionamento foi no sentido de dar conhecimento e depois avançar num momento oportuno, numa um arcabouço mais bem definido do que qual é o alcance desse?

Desse pedido de prorrogação de mandato.

AS **Alexandre Saia** 2:04:43

Cláudia.

Está sem som, Cláudia não está saindo.

Tenta desconecta o fone e conecta novamente.

Não, infelizmente não tá.

é não não tem o chat já foi explicado né porque que ele não tá disponível bom gente antes do encerramento eu queria só trazer aqui uma informação importante foi citado aqui hoje o a discussão do PL 4546

E a informação que eu trago é que o fórum Paulista de comitês de bacias conseguiu uma audiência com a deputada Adriana Ventura, presidente da comissão de serviços públicos da Câmara, onde está o projeto de lei sendo?

Apreciado e me convidaram. Participei dessa dessa conversa com a com os assessores da a deputada nos recebeu e depois ela nos deixou ali discutindo com os seus assessores.

E houve o entendimento de que a apreciação.

tem que ser paralisada né no âmbito ali da comissão até que haja aí uma proposta de substitutivo tá deixando claro que a os assessores da deputada defenderam fortemente ali né esse viés todo Liberal ali que que

tem no projeto de lei atual Tá mas é algo que eles Estão dispostos a conversar e a discutir Então acho que foi aí um grande passo que foi dado né E já que a gente

tocou nesse assunto eu só queria fazer uma manifestação aqui em relação eu a gente tem ouvido

Por aí, críticas a aos trabalhos, as reuniões do CNRH de estarem sendo pautados temas de menos importância. Tá, o que a gente queria deixar claro aqui é que a Secretaria executiva, ela é aí um.

O apoio é um instrumento do CNRHEA gente às vezes pensa que o os conselheiros e conselheiras ficam esperando uma apresentação de pauta que parte ali da própria Secretaria executiva e a gente entende que não, que.

A as pautas que vocês entendam prioritárias têm que ser apresentadas, tem que ser trazidas pelos próprios conselheiros. Então é algo que a gente queria deixar isso registrado. A gente tem ouvido muito se hoje mesmo aqui foi colocado isso, que estão sendo pautados temos.

Não tão importantes. Então só queria deixar isso registrado, tá? Cabe aos conselheiros e conselheiras também essa participação e essa apresentação de pautas consideradas estratégicas, é.

Bom, Cláudia, você quer tentar mais uma vez?

Não tá saindo o som, Cláudio, infelizmente.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:07:53

Alexandre, eu queria só contribuir na sua fala e dizer que justamente a própria PL 4546 foi objeto de uma de pauta da de uma reunião extraordinária, é já com a chegada do nosso diretor Nelton, que nos é instou a tratar esse tema dentro de uma reunião do.

AS **Alexandre Saia** 2:07:56

Mhm.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:08:12

Do conselho, assim que ele assumiu AO departamento de Resende de Castro dos Santos Brasil. Então, assim, dentro do que cabe a gente, eu acho que a gente está demandando, mas eu acho que os é preciso, entendemos que.

Se a gente quer é debater assuntos de maior relevância que já do que eu já que já é debatido. É preciso que os as próprios conselheiros tragam isso de forma estruturada. Não, também não pode ser só uma linha dizendo, eu quero discutir sobre.

É uma pauta estruturada e isso daí já é de conhecimento. Eu acho que de grande parte dos membros que já participaram de do conselho Nacional de recursos de Paula anteriormente. Então a gente pede essa ajuda, porque eu acho que essa construção de Paula é uma construção de Paula em conjunto.

Aqui OMDR também faz parte, é Secretaria executiva e também parte do conselho. E nós não estamos atentos a isso. Mas nós somos nós não somos. Só é o os o Ministro que impulsiona a pauta do conselho. É preciso que a gente também possa rececionar essas demandas.

Que os conselheiros entendem ser relevantes e a gente não se escuta de forma alguma a colocar na pauta e trabalhar isso no âmbito do conselho das câmaras técnicas, o que for melhor. Enfim, é, estamos abertos aqui. Como já dissemos isso inúmeras vezes, é Brasil do que se diga.

AS **Alexandre Saia** 2:09:37

João climaco.

Está desligado o microfone, João?

A **aparecidapimentelvargas** 2:09:52

Eu acho que a Cláudia do IBRAM é pediu primeiro, está aparecendo como um aqui para gente.

AS **Alexandre Saia** 2:09:57

É, mas ela.

J **Jordana Gabriel Sara Girardello** 2:09:57

Só colocar. A Cláudia pediu só para avisar que ela queria registrar presença. Está? Espera aí, só a fala dela.

A **aparecidapimentelvargas** 2:10:02

A hhh.

AS **Alexandre Saia** 2:10:02

Está bom?

Ela está sem microfone, infelizmente, o então, João, você está com o microfone

desligado, viu?

Bom, vamos passar então para o professor Jefferson.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 2:10:19

Bem, é indo ao encontro do que foi falado pelo Alberto e pelo Alexandre com relação a pautas. A gente fez uma promessa lá no início do ano e parece que não vai conseguir cumprir. Faço aqui um talvez 16 culpa.

Anderson, me dê a mão também para esse mea culpa, que é a nossa resolução de reuso Nacional. Ela está muito bem encaminhada, está a gente, pela primeira vez, também está em tratativas com a o Conan.

Tivemos ótimas reuniões com a Conama e com as pessoas relacionadas principalmente com a Taiane e uma postura muito boa. E eu espero que infelizmente não vai ser possível. Jordana não coça o nariz. Eu estou vendo que você já está nervosa com isso.

Conheço Jordana há muito tempo, mas vai sair. Jordana vai sair no nosso mandato, viu? E aí isso é uma coisa que nos incomoda muito. É porque todo mundo só fala aqui e critica. Mas eu tenho um incômodo pessoal com isso, essa resolução não ter saído.

Eu gostaria de registrar isso aqui, não é? E de novo, é?

Diretora Nilton falar que a gente precisa se aproximar mais, como foi falado lá em onde é que a gente estava? Quer fazer isso? Foi em João Pessoa.

AS Alexandre Saia 2:11:43

Acho que foi em Vitória, o Jefferson.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 2:11:44

Aquela reunião foi em Vitória, foi em Vitória. Nos aproximarmos mais ainda do Congresso. Não é porque tem a 4546, tem outras resoluções que estão, tem outras. É legislações que estão sendo tramitadas lá e precisa.



CNRH 2:11:45

Vitória.

J Jefferson Nascimento de Oliveira 2:12:00

Tapá e passo. E principalmente também com aquela é confraria de deputados que

pensa nas bacias hidrográficas, na água. Então isso aí do bom gás lá, Nilton, você sabe e conhece, então.

Ter essa aproximação desse conselho também com o legislativo é importante. Eu acho que eu deixaria isso aqui. A gente não pode ficar deixando isso um pouco mais de lado, não, principalmente o ano que vem. Ano que vem a gente vai ter uma Batalha muito forte.

Tá bom, é isso. Muito obrigado. E não usei os meus 3 minutos, viu, Alexandre? Sou um homem que cumpre o meu papel aqui. Muito obrigado.

AS Alexandre Saia 2:12:40

Parabéns, professor Jordana.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 2:12:43

Tá, não só pra colocar da fala do Alexandre do Alberto assim, gente, não é nada pessoal. Eu acho que a gente tem um nível de maturação e maturidade do nosso CNRH, de quando a gente cobra as coisas, a gente quer que o CNRH funcione. Não é a pessoa do Alberto, não é a pessoa do Alexandre, não. A gente tem um colegiado forte que tem uma missão ímpar numa política ímpar desse país que a gente está vendo desmoronar na frente dos nossos olhos.

Então é, a gente não pode levar isso aqui como crítica pessoal. Eu acho que a gente está em outro nível de maturidade para isso daqui. Então assim é, me incomoda as falas que colocaram agora, porque parece pessoal e não é. A gente quer o fortalecimento do nosso sistema, a gente quer que as coisas funcionem e a gente. gente se pega toda reunião discutindo miudeza processual, é desgaste completamente desnecessário, né, abrir uma reunião, depois você entra com as pautas, coisas se tem muito, muito básicas que a gente não precisa estar dentro Primeira reunião do CNRH no passado, batendo cabeça com pequenos desgastes completamente desnecessários. Então assim, não personifiquem as críticas, não personifiquem nesse sentido. É algo para que a gente de fato tem o nosso CNRH.

G Gustavo dos Santos Goretti 2:14:04

Não, então não.

J Jordana Gabriel Sara Girardello 2:14:10

no patamar é que a gente tinha e onde as deliberações eram tomadas, andavam,

eram feitas, as coisas fluíam e infelizmente o sentimento que temos agora, e com o andamento das moções, das criações de grupo de trabalho é que tem alguma coisa que não tá fluindo como deveria. Então a gente só pede que isso suba para um nível de Ministro mesmo, para dar uma prioridade, para olhar, falar Ministro, você tem o Consuelo Nacional de Recursos Hídricos aqui dentro do Ministro, vamos dar atenção devida, vamos dar o foco, vamos fazer as pautas depois de aprovadas no CNRH andarem, a gente está aí com a questão de coisas que foram colocadas em maio, Então, assim, é uma sinalização de que nós, como integrantes dos sistemas, a gente precisa que sejam é fluidas, que as coisas fluam e que a gente não entre em desgastes desnecessários todas as reuniões. Só isso, obrigada.

AS **Alexandre Saia** 2:15:20
É Aparecida?

A **aparecidapimentelvargas** 2:15:24
Obrigada, Alexandre. Eu quero primeiro complementar o que a Jordana colocou é tanto eu acredito na nessa força que o CNRH tem que eu trouxe uma pauta hoje para dentro do Consuelo mais bem na linha do que vocês estão falando que é Esse papel nosso também está trazendo assuntos para cá. A minha preocupação é justamente com esse dia a dia, esse dia a dia aqui dentro de nós, enquanto nós conselheiros, muita das vezes a gente fica uma hora e meia numa discussão que não faz o menor sentido. Eu vejo Alexandre a sua, a sua tentativa de fazer a gente respeitar esses 3 minutos que na maioria são desrespeitados. Eu assumo a minha culpa. Às vezes eu também eu furo essa, essa questão.

AS **Alexandre Saia** 2:16:07
Mhm.

A **aparecidapimentelvargas** 2:16:16
Mas é importante. E agora é em relação a atuação de vocês. Eu não tenho nada a reclamar, mas a Jordana tocou num ponto aí que a gente não pode deixar de não

colocar a ausência do ministro numa reunião do CNRH.

Ajuda sim a enfraquecer o CNRHE, conseqüentemente, o conselho.

É o Ministro. É quando era MMAE, mesmo depois do MDR. É enquanto quando a gente estava dentro da pauta do MMAO Ministro também não ia, mas nunca faltou uma reunião do conselho.

Entendeu? Então isso enfraquece, sim, a gente enquanto conselho. Eu acho que a gente precisa. Talvez a gente tem que fazer uma moção para o presidente do CNRH. Quem sabe saiu uma moção do conselho falando que a gente precisa e deseja a presença dele, a força política que ele pode estar trazendo para dentro.

Do conselho, porque nós aqui, na nossa grande maioria, nós somos técnicos, tá? E a gente precisa da força política do conselho, sim. E é o Ministro que vai estar trazendo. E se ele não participa do dia a dia do conselho?

Ele não vai conseguir defender o conselho porque ele não vai estar pautado, ele não vai ter condição, ele não vai ter segurança para falar em nome do conselho. Então a gente precisa sim. E só fechando. Eu tenho 45 segundos. O Jefferson falou sobre essa pauta do Congresso.

É em João Pessoa, no fórum Nacional das águas, a gente até criou uma comissão pequena para poder estar atuando junto ao Congresso, junto a ao próprio é aos próprios ministérios, uma comissão do.

Do de membros do conselho Nacional para a gente estar atuando na questão da na ocasião da daquela questão da do dos recursos da Anna e dos recursos dos comitês. Mas eu acho que a gente tem que ir mais adiante, como a gente tem vários grupos de trabalho, Câmara técnica, a gente criou.

um grupo de trabalho agora no âmbito do, aí ó, perdi já ó, no âmbito da Costao, vou pegar os 35 segundos do Jefferson a gente pegou um, Obrigada Jessica, a gente criou um grupo de trabalho no âmbito da Costao, não é isso Alexandre, sobre acompanhamento legislativo.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 2:18:34
Autorizada está autorizada.

A **aparecidapimentelvargas** 2:18:43
Mas eu acho que a gente precisa ir além disso. Não é de acompanhamento legislativo, não. É como se a gente fosse um acompanhamento, é dentro do próprio Congresso. A gente precisa ter atuação dentro do Congresso, a gente precisa estar lá

dentro. A gente precisa se mostrar como existe assessoria parlamentar.

Talvez a gente tivesse que fazer um grupo nesse sentido aqui dentro do CNRH, nesse tipo de assessoria, sabe? Para que a gente se mostrasse dentro do Congresso, participasse mais ativamente das discussões, porque eles nem sabem que a gente existe.

A gente chega lá como abragel, como CNRHidro, mas nunca como conselho Nacional de recursos hídricos. Eu acho que se a gente chegar como conselho Nacional de recursos hídricos, a gente chega com empoderamento para discutir questões de recursos hídricos bem mais diferenciado.

Acho que nós podíamos pensar nisso em relação a uma, não como nome de assessoria parlamentar, mas um grupo parlamentar, alguma coisa nesse sentido, para que a gente atuasse mais proximamente, tá? É isso.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:19:45

Ô, ô, ô Aparecida, eu queria só fazer uma parte da sua fala, porque a gente conversou aqui na Secretaria executiva sobre isso hoje, inclusive por conta da colocação da lei que foi promulgada agora sobre que alterou a 9433.



CNRH 2:19:46

It's okay.

AS **Alexandre Saia** 2:19:46

O.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:20:01

Talvez fosse interessante a gente fazer um levantamento de tudo que pode estar, de certa forma, ligada a política nacional de recursos hídricos e.

A **aparecidapimentelvargas** 2:20:12

Nossa, você vai ficar. Você vai cair de Costa. É muita coisa a gente tem.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:20:14

Mas é isso, mas talvez isso, mas talvez isso, Aparecida, é desperte dentro do próprio conselho assuntos que são mais urgentes para a gente não deixar. Agora, como é que eu vou dizer tal um termo popular? A Inês está morta, de certa forma, em

relação.

Aquela questão, já que está já dada, já é, já virou lei a questão da alteração da 9433, mas pra gente é visualizar o todo o do que é de médio prazo, curto prazo, o que o conselho tem que ficar atento.

Para que a gente não reaja depois que a coisa já não tem mais assim tanto como voltar atrás. Então a gente conversou isso inteiramente e eu estou só é dizendo que obviamente isso também depende da do próprio, do próprio Plenário.

Mas a gente está atento a isso, Leonardo, a gente queria o apoio de vocês, se é isso mesmo, se a gente tem que fazer um levantamento mais minucioso dessas pautas, dessas PLs que estão.

A **aparecidapimentelvargas** 2:21:08

Eu acho que vários órgãos já tem, Alberto, sabe? Eu acho que podia é cada um contribuir com o que já tem de levantamento seu em suas áreas e a gente faria um compilado para evitar esse trabalho, sabe da na Secretaria executiva?

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:21:11

Ótimo.

Tranquilo.

A **aparecidapimentelvargas** 2:21:23

Eu acho que valeria a pena. Quem contribuir com os PLs que estão acompanhando, como a gente faz na abrageel, como a abrage tem, como o femase tem, como ACNI tem, ACNA tem. Então, pelo menos da parte de usuários, a gente sabe que existe um acompanhamento.

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 2:21:28

Eu Não sei.

Posso.

A **aparecidapimentelvargas** 2:21:41

Mais próximo. Eu acho que essa contribuição não é difícil da gente. É ser solicitado formalmente via Secretaria executiva e a gente encaminhar. E daí? Fazia um documento, só fazia um compilado desses.

Desses PLSE, como é que estava a situação, Hein?

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 2:21:58

Me permita aparecida

Me permite, Aparecida, me permite. Também temos uma outra, que é a questão de assessoria parlamentar da própria Anna. Ela mudou recentemente. Ele deve ter um contato muito forte com tudo que está acontecendo. A Anna, a Anna tem isso.

Desculpa, eu sei que eu cortei Alexandre, porque eu falei antes.

A **aparecidapimentelvargas** 2:22:03

Pois não?

Com certeza.

AS **Alexandre Saia** 2:22:13

Pessoal.

É porque tem uma fila muito grande de pessoas pedindo a palavra, viu, professor?

J **Jefferson Nascimento de Oliveira** 2:22:19

Não é? Mas para não esquecer o assunto, eu vou tirar o meu minha mão aqui. Só para dizer também que a Anna pode ajudar imensamente aí vocês do conselho nacional de recursos hídricos. Com relação a isso, muito obrigado. Desculpe a impertinência.



CNRH 2:22:31

Só queria acrescentar, Alexandre.

A **aparecidapimentelvargas** 2:22:33

Vocês não nós do conselho Nacional.



CNRH 2:22:36

É exato, é só a título de acompanhamento, ACTSB, dentro da Câmara técnica, criou um grupo de trabalho especificamente para é levantamento legislativo de PLs relacionados à segurança de barragem que pode propor.

AS **Alexandre Saia** 2:22:36

Pois não, Nayla?

G **Gustavo dos Santos Goretti** 2:22:43
Is.

 **CNRH** 2:22:51
Alterações na política.

AS **Alexandre Saia** 2:22:54
Antes de passar aqui para Débora só dizer que a gente tá fazendo a nossa lição de casa né Alberto o diretor Nelson e Alberto almoçamos juntos aqui e terminando aqui a gente já tá indo ali levar tudo que foi discutido aqui principalmente essa questão de representa
Tá parecida aqui vocês colocaram aqui e do secretário a gente quer chegar no Ministro tá então diretor neutro já determinou aí deixa eu passar para Débora

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:23:24
Oi, é só eu vou mudar de assunto. Já esgotaram esse assunto?

AS **Alexandre Saia** 2:23:29
É, a gente está no encerramento, Débora. Agora não tem nenhum assunto em pauta, não pode falar.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:23:32
Tito Santos.
Sim, eu queria saber é qual o prazo que a gente deve ter para mandar essa solicitação de uma reunião extraordinária?
E colocando a pauta da minuta de resolução que a gente propôs.
É pra essa reunião ser é realizada ainda esse ano.

AS **Alexandre Saia** 2:23:59
É eles, eu pergunto aí pra Secretaria executiva, existe tempo hábil de uma convocação?

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:24:05
Isso até ainda este ano.

AS Alexandre Saia 2:24:05

Ainda esse ano?

Eu queria perguntar para a gente vai ter que avaliar em função das outras agendas.



CNRH 2:24:11

Esse ano é muito difícil.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:24:13

Queiroz é só de férias dia 5, *****.



CNRH 2:24:14

Esse ano é muito difícil pelos prazos regimentais.

AS Alexandre Saia 2:24:20

É, Débora, a gente pode discutir isso depois, tá? Você entra em contato aqui com a gente para verificar aí as agendas e o e se existe prazo. Tempo hábil, tá?

DF Debora Calheiros - FONAC 2:24:21

O.

Yeah.

Alexandre.

Sim.

AS Alexandre Saia 2:24:31

Tempo, o prazo regimental de convocação e tudo mais.

DF Debora Calheiros - FONAC 2:24:36

Sim, a outra questão é, seria em relação só um informe que eu não dei de manhã e é em relação ao GT Paraguai que a gente enviou uma minuta de resolução que a gente tinha enviado em.

L Lilian Bozzi - Consórcio PCJ 2:24:40

Alexandre.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:24:54

Dezembro de 2021 em relação à atualização do plano de recursos hídricos da região hidrográfica do Paraguai.

E.

No ano de 2022, passaram até outras questões na frente, então teve 11 atitude é questionável da Secretaria executiva na época, que não colocou a nossa minuta de resolução em votação.

Na época eu era a representação do funasc, não do atualmente, como eu estou como Pescador, representacaocnicombr, a gente mandou, então reenviamos, agora já foi.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 2:25:48

Martins.

Hoje.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:25:48

Porque o plano foi aprovado em 2018 e nada foi feito até agora e teve base com estudos científicos de altíssima qualidade, coordenados pela Embrapa Pantanal e pela Agência Nacional de Águas. E a gente queria que.

G **Gustavo dos Santos Goretti** 2:25:51

Martins.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:26:08

Todo esse esforço não é com dinheiro público, esforço institucional.

De pesquisadores, de toda a questão do próprio é do próprio.

Plano que isso fosse devidamente analisado e com é prioridade dentro desse GT Paraguai e solicito novamente que a tenhamos a possibilidade de é.

Agora, como representante dos pescadores, não é de participar desse GT.

Que é, foi a eu participei de todo o processo do plano, desde a sua concepção, desde a sua articulação até.

É, participei do GT Paraguai em 2022. Fizemos a inscrição esse ano. Eu até revi aqui.

Eu mandei uma ofício em julho, começo de julho, para solicitar a nossa participação no GTE. Não tivemos resposta, então.

É, eu queria que tivesse a possibilidade de checar isso, porque que nós não fomos atendidos nessa solicitação.

É só isso, obrigado.

AS Alexandre Saia 2:27:21

Alberto, você quer que você responder agora os questionamentos?

A Alberto Batista da Silva Filho 2:27:25

É falando nisso, na hora do intervalo, enquanto uns estava almoçando, a gente estava conversando sobre justamente esse assunto. E Débora, é, se você puder reenviar isso, porque nós não localizamos essa sua solicitação. Agora, se eu não me recordo, Nayla, eu sou um componente, mas como a.

Na condição de suplente, a aquele pedido que veio formal da fonasc em relação ao que ela citou aí da do ofício, eu acho que a gente encaminhou pro pro coordenador e eu acho que.

Também os estudos foram encaminhados por Leonardo. Então é Débora dizendo a você que isso foi encaminhado, então?

DF Debora Calheiros - FONAC 2:28:02

Tudo.

Não, eu sei. Eu sei que foi encaminhado. Só queria é compartilhar isso com todos os conselheiros e entender que anão é um esforço desse tamanho de instituições públicas do próprio conselho e.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:28:09

Okay, DPOG.

DF Debora Calheiros - FONAC 2:28:20

E da.

Das de pesquisadores do dinheiro público desde 2018. Parado realmente é. Não é concebível, não é aceitável. Obrigada.

A Alberto Batista da Silva Filho 2:28:32

Então, se puder, nos reenvie. É o e-mail, foi o ofício que você é, encaminhou em julho, que você fez a Larissa Antônio, julho.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:28:43

O mesmo de Oliveira, sim.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:28:45

Pronto, no Zé e Vieira que nós vamos tentar localizar e ver qual é a Secretaria de Melo. Eu digo a você que aqui a gente não deixa ninguém sem resposta, então pode ter certeza é que a gente localizando e entendermos que se tivermos errados, não tem problema nenhum de reconhecer o erro.

Eu acho que quem acompanha os a reunião de vocês sabe que a Secretaria executiva já disse que ela não é formada em Secretaria executiva, está aprendendo a sexta década executiva e atende a todos de forma tempestiva.

É, seja quem for, é, posso até dizer, a própria Aparecida nos pediu para que a gente também tivesse ali. É consignando o pedido de requerimento de emergência e o Ministro não se furtou a isso. Então a gente está atento a todos os pedidos. Pode ter passado um, Débora, não posso agora, nesse momento, ele dizer isso.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 2:29:19

E a Montenegro e a Jordana.

Alexandre de Almeida.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:29:35

Mas a gente vai analisar e dar o retorno para você, Alexandre.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:29:39

Okay.

AS **Alexandre Saia** 2:29:40

Obrigado, Alberto Ricardo.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 2:29:43

Alexandre, questão de ordem rapidinho só para explicar a da Débora do GT do Paraguai, é um minuto só.

R Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos 2:29:43
É.

AS Alexandre Saia 2:29:49
Pois não, pois não, meu Marcia.

LM Leonardo - CERH/ MS 2:29:51

Não só para avisar, é até não só a Débora a todos, mas que amanhã nós vamos para nossa segunda reunião do GT do Paraguai. Então tá, já está convocada. Amanhã tem pauta já. E assim, de novo, é a segunda reunião. A gente está trabalhando sobre o plano de trabalho, então a gente está fazendo agendas.

Para a gente debater é e se organizar para ver o é os nossos trabalhos futuros. Então a gente está se programando e a gente está é iniciando os trabalhos e a gente vai chegar. Os documentos realmente foram.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:30:10
Martins.

Lilian Bozzi - Consórcio PCJ 2:30:14
Consuelo.
Thank you for Santana.

LM Leonardo - CERH/ MS 2:30:26

Enviado para nós e assim, e vai ser pautado quando é tiver tempo e acho que na próximas reuniões, quando tiver já o calendário e a agenda programada já e acertada, tá?

[illegible]

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:30:39

E Leonardo, eu solicito então que eu possa participar como ouvinte da reunião, pode ser?

AS **Alexandre Saia** 2:30:40

O.

LM **Leonardo - CERH/ MS** 2:30:46

É aí a Secretaria executiva, mas eu acho que é aberta. Eu acho que não tem problema nenhum por nós. Não sei. Tem que dar uma olhada, viu?

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:30:47

A reunião é deve ser a reunião pública.



CNRH 2:30:49

Alexandre de Moraes sem problemas. Todas as reuniões de CNRH das câmaras técnicas, grupos de trabalho, elas são abertas. É o vocês encontram no site do CNRH.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 2:30:55

Brasil.

Martins.



CNRH 2:31:03

Tem um botão chamado agenda, ali tem todas as reuniões que vão acontecer e o link para acesso.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:31:10

Que bom, então fala Leonardo, por favor. E eu solicito também. É a pessoa que falou agora, a senhora que não passa o nome aqui, que é atualize a lista de membros ali está bem confusa.

Isso aí tenho que atualizar, obrigada.



CNRH 2:31:28

Está atualizada Débora no na composição, você diz no site está atualizado OGT do Paraguai é aquela composição.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:31:34

Brasil.

Está bom?

Não só no GT, no.



CNRH 2:31:41

Está tudo atualizado, todinho, todas as câmaras técnicas, conselho, tudo atualizado.

Se identificar algum erro, eu peço que nos indica pontualmente que a gente procede com a correção, mas a princípio está 100% atualizado.

AS **Alexandre Saia** 2:31:56

O Ricardo.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:31:56

Ok, então, por favor, Leonardo, você pode.

R **Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos** 2:31:58

É, eu estou vendo que está difícil a gente seguir a sequência, mas é eu só. O meu é rápido. Eu gostaria de até pedir desculpa, mas eu cheguei uns 20 minutinhos atrasado na reunião.

AS **Alexandre Saia** 2:31:59

E.

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:32:01

Na reunião de Abreu, agradeço, obrigada.

AS **Alexandre Saia** 2:32:04

É, está. Eu peço desculpas, Ricardo, vai lá, é com você.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 2:32:15

E você?

R **Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos** 2:32:16
Por parte da manhã, eu gostaria de firmar minha presença durante todo o evento, obrigado.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 2:32:22
Santos represent

AS **Alexandre Saia** 2:32:24
Perfeito é João climaco.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 2:32:27
Pais de Almeida, e a gente de Abreu Franco e a gente de Abreu Franco.

AS **Alexandre Saia** 2:32:33
João, seu microfone está desligado.

JC **joao climacofilho** 2:32:37
Mais uma vez, boa tarde a todos, saudade e companheiros do conselho pela.

AS **Alexandre Saia** 2:32:41
Pessoal, tem um microfone ligado aí que está atrapalhando. Eu peço por gentileza que desliguem. Obrigado, João, com você.

L **Lilian Bozzi - Consórcio PCJ** 2:32:41
E se eu gosto, você não perdeu o Paulo.

JC **joao climacofilho** 2:32:47
dos colegas do Conselho aí Cruz sobretudo aqueles que estão contemporâneos de um processo de construção dos deste próprio conselho e pelos pelos ricos posicionamentos que eu vi aí que comprova a minha fala de de manhã
De que nós estamos num processo de regressão é da política de recursos isso.
a partir do da experiência de olhar essas reuniões que tá tendo tendo eu não vou ser repetitivo em relação aos que foi colocado mas eu acho que essa reunião pode servir de flexão nada pessoal contra nenhum agente público

Para essa Secretaria procurar saber como é que era essa Secretaria, em termo de e. de festa e de transparência e agilidade no trato de informações e no trato com os conselheiros é eu queria aproveitar saudar o nosso de seu novo o Nelton o Nelton que é uma pessoa que tem uma experiência muito rica e foi um dos grandes colaboradores para viabilização do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e que ele aí que seja ator importante para ajudar essa secretaria ter referências

É que se compatibilize com a necessidade da política, a necessidade dos pescador sobre tudo e honre a honre a história dele. Se não, ele sai daí, porque é uma pessoa que não pode ficar, é.

passivo diante de tantas é retrocessos que estamos vendo na política de recursos hídricos Bastos a reuniões para a gente tirar essa conclusão eu espero que essa reunião de hoje tenha se vindo de sensibilizar essa Secretaria que ela seja mais Prestes a ter mais presteza e sensibilidade política aos dramas daqueles que mais sofrem e da do dos casos da política de recursos hídricos, às vezes pontuais, às vezes gerais, que são os pescadores.

Obrigado.

AS Alexandre Saia 2:35:01
Ângelo.

AL ANGELO LIMA 2:35:06

Primeiro, saudar a todos aí pelo final do ano, um desejo de que tenhamos um ano melhor ainda do que esse, bem melhor e lembrar que e aqui no contato com o Rodrigues Flecha,

Que é lembrar que ele fez um trabalho do MDRO ex MDR sobre levantamento das leis que estão no Congresso. Então ele disse que está à disposição. Esse trabalho é então é só fazer uma pequena, talvez uma pequena atualização.

Para esse trabalho aí de levantamento de leis no Congresso, a gente pode até também fazer uma interlocução com OGT, uma frente parlamentar ambientalista que eu estou lá no GT água, então.

É.

Me parece que ajudaria bastante isso para que a gente não possa. É que certamente tem muitas leis lá, muitas propostas de resolução. Na realidade, inclusive, o próprio 4546 está pensado a vários outros projetos de lei relativo.

A 9433 e lembrar que aproveitar que falaram sobre a presença do Ministro, é lembrar aqui que naquela reunião que ele apareceu no início do ano, em que a gente.

Praticamente várias vozes iniciando por mim, saudamos a presença do Ministro na reunião e levantamos a bola no sentido de que ele comparecesse a uma reunião com mais tempo para.

Dialogar e discutir sobre o conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Ministro, inclusive, prontamente disse que faria isso e, no entanto, passado esse ano inteiro, o Ministro não compareceu a uma reunião do conselho para ter esse diálogo.

Com mais tempo, a gente sabe das atribuições todas, mas é fundamental ter a presença do Ministro numa reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Então, reitero aqui o posicionamento da importância da presença dele.

E que se possa fazer chegar a ele essa, na realidade, agora já é, eu diria que até numa certa forma, uma cobrança, porque ele mesmo disse que viria.

E marcaria agendaria uma reunião para esse diálogo do com os membros do conselho Nacional ou nós do membros do conselho Nacional de recursos hídricos. É e para só para lembrar aí, Débora.

Para ter uma reunião extraordinária, o regimento interno diz que temos que ter assinatura de 1/3 dos seus membros e 15 dias para convocar, então, se tiver 1/3 dos membros assinando uma convocatória.

Acordando e tem que ser convocada com 15 dias de antecedência. Muito grato e reforçando que nós estamos falando aqui de uma política pública, então?

A gente pode e não há nenhum problema em divergirmos, porque o fato existem muitos interesses e ao mesmo tempo também.

Quando há divergência, quando há uma cobrança, não estamos cobrando de uma pessoa, mas de um sistema que precisa funcionar. Me parece que eu tenho andado em várias bacias hidrográficas. Não há nenhuma bacia hidrográfica sem problema no país.

Nenhuma, nenhuma. Eu fui agora a semana passada na no alto Araguaia e espanta a vazão a um os dados sobre vazão no alto Araguaia.

No Aragão, aliás, não é só no alto e fornecido pelo professor Dias da UFMTE, que estavam fazendo um trabalho muito significativo sobre a bacia.

e a Vazão diminuindo ao longo do tempo numa bacia como a do Araguaia. Então, nós precisamos dar um sentido de urgência à governança e à Gestão das Águas.

Obrigado.

AS **Alexandre Saia** 2:39:50
O Elias.

 **CNRH** 2:39:52
Alexandre, você me permite só é informar para o Ângelo da consultoria do Rodrigo flecha é de 2021. Ele fez de fato esse levantamento e esse estudo foi disponibilizado para as câmaras técnicas. Já está disponível para todos já há um bom tempo, tá?

AS **Alexandre Saia** 2:39:59
Pois não?

DF **Debora Calheiros - FONAC** 2:40:00
O.

 **CNRH** 2:40:08
Tem sido trabalhado juntamente com o trabalho também, que foi feito pela pela enge Corps no ano passado, cumprido ano passado, que dá continuidade a esse trabalho iniciado pelo Rodrigo flash, então está em Posse das câmaras técnicas.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:40:21
É o Alexandre. Eu queria pedir pela ordem aqui para a gente fazer um defesa da nossa Secretaria técnica. A gente foi citado aqui. Não posso deixar isso passar sem que a gente possa se posicionar.
Okay.

AS **Alexandre Saia** 2:40:33
Pois não, pois não Alberto é nessa pode falar, pode falar.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:40:35
Não, eu queria falar em é em relação a falha do a fala do João climaco. A gente quer refutar, porque assim, acusações de falta de transparência. Eu não me recordo de a Secretaria. A Secretaria executiva tem um comportamento de falta de transparência. Muito menos de presteza. Agora já disse aqui, João Prado, que é uma Secretaria executiva. Eventualmente ela pode cometer algum deslize, não de forma proposital

nem intencional, mas obviamente, como a gente disse, ninguém aqui é formado Secretaria executiva.

Mas estava se esforçando ao máximo para prestar o melhor serviço para o conselho, no sentido de Moraes a ele de toda a nossa capacidade operacional. Particularmente, entendo que a Câmara técnica a na a Secretaria executiva evoluiu muito do que já foi.

E eu não gosto de fazer comparações, porque seria leviano falar de colegas que não estão aqui presente, que já exerceram essa função de Secretaria executiva. Inclusive, antes de retomar a própria Secretaria, tive o cuidado de conversar detalhadamente por mais de uma vez com a Roseli, que cuidava com.

Com muito carinho dessa Secretaria executiva, então, assim, acho que não nos parece ser a nossa característica, nem de nem de procrastinar, nem de faltar com transparência e muito mesmo com presteza.

Agora, somos humanos como qualquer um e podemos cometer qualquer deslize, seja no pleito da Débora, seja no pleito que o Cláudio abordou na última reunião, é de que alegava que tinha mandado um e-mail justificando a falta dele na participação das câmeras técnicas.

Localizamos, o respondemos e obviamente tiramos ele daquela condição de Fatima que foi imputada naquela época. Então, assim, acho que a gente tem se esforçado ao máximo para fazer um bom trabalho EAO retorno e o feedback que temos.

Tito de grande maioria dos conselheiros é que a gente precisa separar um pouco das coisas, o que é uma crítica ao Ministro e eu ouvi algumas hoje. E o que é uma crítica à própria Secretaria executiva? E me parece até a própria Aparecida é.

E **Elias Adriano dos Santos** 2:42:46

Alexandre.

A **Alberto Batista da Silva Filho** 2:42:47

Fez colocações recentes e até na própria reunião de hoje é elogiando a Secretaria executiva, mas, enfim, é respeito a opinião, mas eu tenho o direito de não concordar e dizer que a Secretaria executiva vai continuar no esforço de melhorar o seu trabalho.

De se aproximava cada vez mais. Temos incessantemente é feito melhorias nas nossas, na nossa página, no nosso BI. Para que a sociedade, porque o conselho, na verdade, ele representa a sociedade. Então, o nosso compromisso vai além do que

somente os conselheiros, a sociedade como todo.

Tenha conhecimento de tudo que é deliberado. As reuniões das câmeras técnicas são disponibilizadas integralmente a gravação. Enfim, temos é nos esforçados ao máximo, mesmo com poucos recursos e com pouco material humano. Mas estamos nos esforçados porque é o nosso CPF, é o nosso trabalho que está em.

Jogo e ninguém quer que ter a peste aqui de procrastinador, nem falta de transparência, nem nada que diga que desabone uma conduta intencional, porque se por Ventura tivesse esse comportamento, não seria uma.

11 comportamento é.

Fortuito seria uma coisa intencional. E isso jamais houve da parte da Secretaria executiva um comportamento de querer procrastinar ou não dar transparência a nada do que se refira ao conselho. Então, sobre a ideia, deixar registrado isso daí.

AS **Alexandre Saia** 2:44:16
Elias.

E **Elias Adriano dos Santos** 2:44:18
eu acho que até chovendo molhado eu com relação à questão da representacaocnicombr e do sistema né Como disse no início da a parte aí a gente nós a cada dia que passa a gente está se enfraquecendo é como disse a Jordana aí a cada dia
Então, tirando um pedaço da política de Gestão de Gestão de Araújo aqui no Brasil, então, essa questão de mobilização política, a gente já discutiu isso aí dentro do fórum Nacional, inclusive.
Que resultou na presença do deputado Borges lá EOE assim um sistema.
Tem que ter os comitês, hoje a gente tem mais de de 230 comitê, tem que ter um escritório político em Brasil.
Tá para discutir, trabalhar dentro, como tem a outras entidades, é que convive é lá no Congresso Nacional, porque se não ocorrer isso, não tivesse tipo de mobilização, a tendência é a cada dia que passa.
Aparecer dentro das propostas, um Jabuti, alguma outra coisa de outra maneira é que vai sempre desgastando e desmobilizando. E a esse nosso, a nossa política.
Então acho que a gente precisa.
pensar nisso trabalhar nisso é porque a gente depois de 30 anos é a gente tá vendo que é a coisa tá tá caminhando e a gente não pode deixar isso numa política que ela

é de centralizada participativa e integradora a gente não pode deixar
Como cidadão brasileiro.

AS Alexandre Saia 2:46:02

John Rese

Mas não, sua mão está levantada.

[illegible]

Temos o nosso papel e se tiver que melhorar, a gente vai. Nós vamos nos esforçar aqui, está a nossa missão é reforçar o que o Alberto falou AO estamos aqui para apoiá-los. Não existe nenhuma tentativa de procrastinação. Nada está.

Fiquem conscientes disso, tá que vamos fazer tudo para melhorar a cada dia. Não vamos ficar chorando aqui que na virada de 2022 para 23 houve um abandono total. Nós perdemos todo o acervo do CNRH.

Todos os servidores saíram, mas vocês já ouviram essa choradeira aqui? A gente tem que fazer o nosso trabalho e estamos dispostos a isso, tá? É só isso, agradecer. Então, João, você quer falar ou não? Sua mão levantou de novo.

João Ricardo Raiser 2:47:14

Aí é dessa vez foi intencional. É, acho que é me colocar Alexandre, acho que como.

Alexandre Saia 2:47:15

A então vo, então vai lá.

João Ricardo Raiser 2:47:22

Como você disse, é um processo em construção, é, erros acontecem. O que a gente precisa fazer é entender porque eles aconteceram e buscar a correção, a adequação necessária ou o melhor caminho a ser construído. E nesse sentido, é colocar também não só a mim, mas todos os conselheiros aqui de uma forma geral.

Para contribuir para esses processos. Então, se surge uma dúvida, se surge um questionamento ou alguma insegurança, procurem também os conselheiros para tentar. É discutir, discutir qual o melhor caminho, qual, qual a forma de encaminhamento? Eu Acredito que é pela experiência dos conselheiros de uma forma geral.

É uma contribuição importante para esse processo, usando hoje esse exemplo da do envio ou não para casa civil, independente de qual foi a decisão que foi tomada ou em que momento foi tomada, é, eventualmente os conselheiros poderiam auxiliar nesse sentido, pegando a experiência dos conselhos estaduais da atuação dos comitês.

Da própria participação e do histórico no conselho Nacional. Então, contem conosco também para essa evolução e para que a gente consolide o conselho. É nas suas atribuições e nos nossos resultados. Obrigado.

AS

Alexandre Saia 2:48:26

Nós que agradecemos, João é diretor Nelton.

NF

Nelton Miguel Friedrich 2:48:31

É muito rápido. Primeiro eu quero fazer um destaque que, por mais que estamos aqui desde 9 e meia da manhã, com intervalo para o almoço, mas você veja que algumas pautas eram é não só necessárias, mas que estavam até gerando alguma angústia. Outras estamos gerando preocupações.

Então, veja que o diálogo levou a uma série de entendimentos. Outras questões, evidentemente apareceram de maneira mais consistente que vamos ter, que é nos debruçar com interesse. Eu quero concluir, pois primeiro, de que como valeu a pena a gente se encontrar e se reunir. Eu sou.

Um advogado, eu diria assim, empedernido da sabedoria do Ulisses Guimarães, que não se reúne, se desune ao mesmo tempo, quando que o diálogo é o princípio de da postura dialógica. Quer dizer, isso facilita muito. Terceiro.

Eu acho que está muito claro de que nós precisamos nos é nos esforçar para ter mais força. E isso implica, portanto, vou começar agora não apenas pelo cargo que estou momentaneamente. É a compreensão que tenho e vou tomar Liberdade. Não devia aqui, viu Alexandre?

porque é uma não é nem propor pauta mas trazer uma questão Extra é que por coincidência foi de uma forma ou de outra aqui colocada como tá o por exemplo a questão de relação com o congresso ter essa perspectiva de cada 60 dias ter uma reunião com o colegiado da frente parlamentar de

Gráfica ele já para se ter uma ideia, o primeiro mês que eu estive aqui, já fui visitar o presidente, já fizemos 3 reuniões, vamos estar juntos, por exemplo, num evento na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, da frente das águas do Rio Grande do

Sul.

Que é equivalente no Rio Grande da é da grande Fernando de parlamentar, é de das bacias geográficas. Eu tenho. Eu acho que isso é importante construir essa relação orgânica, as mais diferentes forças. Por isso eu quero concluir.

É além de exaltar as atividades de hoje, por mais que tivemos essa ou aquela questão, não importa, valeu. O segundo ponto é que para a próxima reunião, até antes dela, eu vou tomar Liberdade. Só estava pensando em voz alta agora.

Não é elaborar uma proposta de como uma coisa que me incomoda há algum tempo, é ausência de uma política de comunicação, de conversação, de identificação pública, do conselho, dos comitês e bacias dos comitês.

AS **Alexandre Saia** 2:50:45

Alexandre.

NF **Nelton Miguel Friedrich** 2:51:01

A necessidade de uma capacidade de articulação entre forças, ao mesmo tempo de autovalorização. Mas um dado fundamental, estratégia, estratégia digital, estratégia de conversação é estratégica de.

Comunicação, que é mais hoje conversação do que comunicação e, portanto, você tem ações diferenciadas muito grande. Não é mais o período de release, não é mais noticiar. É por isso eu preciso ter uma aproximação muito grande com os comitês, com o conselho.

E com uma política de conversação, comunicação, de engajamento, inclusive de outras forças no próprio é trabalho que existe. Quantas são as escolas que receberam até agora um guia do que é um conselho nacional de recursos hídricos? Quantas universidades estão envolvidas com algumas atividades mais concretas do da nossa questão, do relacionada ao próprio conselho Nacional de recursos hídricos ou dos comitês? Tem as muitas com excelentes trabalhos e outras estão a.

A e ao largo. Eu quero concluir então de como eu termino a participação hoje satisfeito. Tivemos divergência. Que bom, isso aqui não é cemitério. Ao mesmo tempo, a única forma de aperfeiçoar é participando mais.

A democracia só tem um remédio, é mais democracia, é democracia de alta intensidade. Comitê conselho faz fortalecer quanto mais nós NOS esforçarmos para existir, para mostrar que existirmos a nossa importância de NOS valorizarmos e ter,

portanto, uma ação de convencimento. Uma ação, portanto, de.
Demonstração de quanto que nós somos úteis e necessários. É isso, obrigado, Hein?

 **Alexandre Saia** 2:52:49

Obrigado, diretor. Com isso, então a gente encerra a nossa 50a reunião extraordinária do conselho Nacional de recursos hídricos desse dia 26/11/2025. Obrigado a todos. Um excelente final de dia.

 **Patrícia Boson CNT** 2:52:58

Consuelo de Abreu de Abreu de Abreu de Abreu.
Temos revisão do atraso.
Territorial sobre o Luís e a Gestão compartilhada.

 **Gustavo dos Santos Goretti** 2:53:09

Próximo pessoal, obrigado.

 **Marcus Aurelius Aragão Veras** 2:53:10

Olha a todos, grande abraço. Azevedo aí Santos.

 **Gustavo dos Santos Goretti** 2:53:14

Brasil.

 **CNRH** parou a transcrição